ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

REALIZADA EM 27 DE JUNHO DO ANO 2011

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS	
ACISB	Associação Comercial, Industrial e de serviços de Bragança
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
AM	Assembleia Municipal
APADI	Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual
DREN	Direcção Regional de Educação do Norte
EARMA	Associação Europeia de Administradores e Gestores da Ciência
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
FMI	Fundo Monetário Internacional
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
PCP	Partido Comunista Português
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade da Administração Local
PROCOM	**Programa Operacional para o Desenvolvimento do Comércio Português**
PS	**Partido Socialista**
PSD	**Partido Social Democrata**

--------Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 27 de Junho de 2011, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança. .....

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	304
Membros que pediram substituição	7
Membros suplentes convocados	8
Instalações	8
MOÇÃO – Taxa de ocupação de esplanadas.	61
REQUERIMENTOS: 1- Propõe que seja retirado o ponto 4.3.4 da ordem de trabalhos 2- Matadouro Municipal	277
QUORUM-	7,89
EXPEDIENTE (alínea n) n.º 1 do art.º46.º -A da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro)	8
INTERVALO PARA ALMOÇO	89

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- ACTAS: Leitura, discussão e votação da acta da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 29 de Abril de 2010	8
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.	10
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	10
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	22
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	22
4.2 – Ratificação do seguinte Ponto: **4.2.1** – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LECTIVO DE 2011/12 .	90
4.3 – Discussão e deliberação sobre os seguintes Pontos:	

4.3.1 - NECESSIDADE DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – ÁREA DE ACÇÃO EDUCATIVA PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA DOS CENTROS ESCOLARES DA SÉ E SANTA MARIA - 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011;	102
4.3.2 - CARTÃO ECOTUR – CARTÃO DE FIDELIZAÇÃO DOS TURISTAS DAS ZONAS GESTUS – Redução de Taxas;	106
4.3.3 - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS;	111
4.3.4 - ESTUDO TÉCNICO E DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRO DA EMPRESA, TERRA FRIA CARNES UNIPESSOAL, LDA.	120
4.4 - Eleição dos Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para integrarem os seguintes órgãos: - Comissão de Protecção Civil; - Conselho Geral da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste; - Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho.	302

INTERVENÇÕES

Nome	**Página (s)**
Alcidio Castanheira	85,99
Amândio Gomes	284,291
Bruno Veloso	19
Carlos Cadavez	59
Guedes de Almeida	12,67,86,274
Hugo Pereira	69
João Ortega	72,
Jorge Novo	15,83
José Brinquete	10,80,99,101,108,119,281,289
José Baltasar	13
José Lourenço	287
Luís Fernandes	289,292
Manuel Pires	10,286
Maria Amparo	79
Maria Veloso	60,63,64,293
Nuno Reis	69
Paulo Xavier	65,88

Presidente da Câmara	20,56,89,100,105,109,118,263,271,295,298
Presidente da Mesa	10,12,13,15,19,20,21,22,53,55,58,60,62,63,64,65,66,68,69,72,73,74,75,76,77,78,79,80,82,85,86,88,89,97,99,100,101,102,105,106,108,109,110,111,118,119,120,263,267,268,269,270,272,273,276,278,279,280,282,283,284,286,287,288,290,291,292,293,294,295,300,301,302
Rui Correia	68

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Guedes de Almeida	55,269
Jorge Laranjinha	267
José Brinquete	53,105,118,268
Luis Fernandes	55
Manuel Pires	270
Maria Veloso	54
Paulo Xavier	62

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Bruno Veloso	279
Domingos Seca	280
Guedes de Almeida	78,110,120,279,283,300
Joaquim Queirós	74
Jorge Laranjinha	120,284
Jorge Novo	75
José Baltasar	277,283
José Brinquete	77,283,301
José Lourenço	278,279
Luís Fernandes	102,119
Manuel Pires	75,111,278,302
Maria Veloso	76

DEFESA DA HONRA

Nome	Página (s)
Guedes de Almeida	85
Manuel Diz	293
Amândio Gomes	293
Luís Fernandes	298

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página (s)
Guedes Almeida	272

--------- **Aos vinte e sete dias do mês de Junho, do ano de dois mil e onze**, realizou-se no Auditório "Paulo Quintela" de Bragança, **a Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal**, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das dezanove horas, na **qual participaram noventa e três membros, dos noventa e nove** que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: .....

1- ACTAS: Leitura, discussão e votação da acta da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 29 de Abril de 2011. .....

2– PÚBLICO – Período de Intervenção. .....
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. .....
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: .....
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município. .....
4.2 – **Ratificação do seguinte Ponto:** .....
4.2.1 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LECTIVO DE 2011/12 . .....
4.3 – Discussão e deliberação sobre os seguintes Pontos:.....
4.3.1 - NECESSIDADE DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – ÁREA DE ACÇÃO EDUCATIVA PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA DOS CENTROS ESCOLARES DA SÉ E SANTA MARIA - 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011; .....
4.3.2 - CARTÃO ECOTUR – CARTÃO DE FIDELIZAÇÃO DOS TURISTAS DAS ZONAS GESTUS – Redução de Taxas; .....
4.3.3 - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS; .....
4.3.4 - ESTUDO TÉCNICO E DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRO DA EMPRESA, TERRA FRIA CARNES UNIPESSOAL, LDA. .....
4.4 - Eleição dos Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para integrarem os seguintes órgãos: .....
- Comissão de Protecção Civil; .....
- Conselho Geral da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste; .....
-Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. .....

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes: .....

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL .....

MANDATOS-MEMBROS: .....

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: .....

PSD: Cândido Vaz Alves; António Eduardo Fernandes Malhão; Carlos Abílio Moreno; Vânia Alexandra da Silva Rodrigues .....

PS: Luís Carlos Magalhães Pires; Victor Prada Pereira; Sandra Marisa Rodrigues Valdemar .....

CDS/PP: Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida .....

Movimento Sempre Presente: Agostinho Gonçalves Esteves; Cristina Maria Rodrigues Afonso e Armando José Morais .....

Presidentes de Junta: Filipe Osório Caldas (Salsas) substituído por Francisco João Silva Ribeiro; São Julião de Palácios (Elias Santos Vara) substituído por David António Rodrigues. .....

MEMBROS SUPLENTES CONVOCADOS: .....

PSD: António Nuno Neves Pires; Mário Francisco Gomes; Maria do Amparo Mendes Alves; Armando José Pereira .....

PS: Fernando Carlos da Silva Paula; Maria Celina Silva Paula; Nuno Filipe Canelhas Miranda .....

CDS/PP: António Guedes de Almeida.....

Movimento Sempre Presente: Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro; Jorge Manuel Xavier Laranjinha e Hugo Manuel Rodrigues Pereira. .....

INSTALAÇÃO: - Hugo Manuel Rodrigues Pereira, eleito pela Lista do Movimento Sempre Presente, nascido em 27/01/1979, filho de Mário José Pereira e de Ana da Conceição Rodrigues Garrido Pereira, residente na Freguesia de Sanceriz, Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 11565488 7 ZZ9. .....

- Francisco João da Silva Ribeiro (Substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Salsas) – Eleito pela Lista do Partido Social Democrata, nascido em 03/11/1971, filho de João Pereira Ribeiro e de Rosa Pinheiro da Silva, residente na Freguesia de Salsas, Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 09660459 0 ZZ2. .....

- David António Rodrigues (Substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de São Julião de Palácios) – Eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido a 17/05/1950, filho de José António Rodrigues e de Maria Celeste Cavaleiro, natural da Freguesia de Deilão e residente em Palácios, Freguesia de São Julião de Palácios, ambas do Município de Bragança, portador do Bilhete de Identidade n.º 5731112, emitido em 30/06/2006 pelo Arquivo de Identificação de Bragança, e Contribuinte n.º 144170060. .....

***EXPEDIENTE:* (alínea n) nº. 1 artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro) .....**

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 13 DE MAIO DE 2011

Data	Remetente	Assunto
13/05	CMB	Procuradoria da República-notificação de despacho arquivamento-Prc.º P.A.

		13/2010_Ana Caudia Guedes Almeida
13/05	UTAD	Convida PMAM para cerimónia de doutoramento "Honoris Causa" do Sr Dr. Francisco Javier Olazabal Rebelo Valente
13/05	Câmara Municipal Bragança	Convida o PMAM a estar presente dia 18 de Maio pelas 10 h, no dia da mobilidade eléctrica (Local Estação Rodoviária)
17/05	Câmara Municipal de Bragança	Concurso Público sobre prestação de serviços de transporte escolar para o ano lectivo 2011/2012
17/05	Câmara Municipal Bragança	Resposta da Câmara de Bragança, em relação ao pedido da Sr. Deputada Ana Guedes relacionada com a prestação de serviços da Sociedade Luís Filipe Chaveiros & Associados para com a CMB
20/5	Alcidio Augusto Castanheira	Solicitação de informações para a Comissão de Educação
03/06	IPB	Convida o PMAM para a sessão de Abertura do XXI Encontro da AULP
03/06	Bombeiros Voluntários de Bragança	Convida o PMAM para a festa de aniversário da Corporação
13/06	CMB	Envia relatórios e Contas 2010 – Empresas Participadas e outras
13/06	CMB	Convoca o PMAM para a Reunião do Conselho Municipal de Educação a realizar no dia 14 de Junho
16/06	CMB	Resposta – Informações para a Comissão de Educação

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO EMITIDA A PARTIR DE 28 de Abril de 2011

Data	Destinatário	Assunto
28/04	CMB	Sociedade de Advogados – Luis Filipe Chaveiro & Associados
05/05	Comunicação Social	Envio Moção-Orçamento Participativo
06/05	CMB	Envio Moção/Recomendação-Orçamento Participativo
06/05	CMB	Envio Boletins Itinerários
10/05	Maria Aurora Correia	Injustificação da falta
10/05	Luis Manuel Silvestre	Injustificação da falta
10/05	Gerente do BPI	Encerramento do Balcão do BPI em Izeda
20/05	CMB	Solicitação Informações para a Comissão de Educação
23/05	Ana Cláudia Guedes Almeida	Sociedade de Advogados, Luis Filipe Chaveiro & Associados

--------- **Presidente da Mesa –** Bom dia, Srs. Deputados. Temos quórum podemos iniciar os trabalhos.

--------- Então iríamos começar os trabalhos desta terceira sessão ordinária do ano de dois mil e onze com o ponto, ...

1- ACTAS: Leitura, discussão e votação da acta da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/Quadriénio 2009/2013, realizada em 29 de Abril de 2011. .....

--------- Srs. Deputados, há alguma consideração a fazer sobre a acta da reunião de vinte e nove de Abril? - .....

--------- Sr. Professor Pires, faça o favor. . .....

--------- **Manuel Pires –** Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É só aqui relativamente à página 374 (trezentos e setenta e quatro) onde se lê "espaços do Concelho" deve ler-se "Paços do Concelho". .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Não havendo mais observações a fazer à acta eu poria a acta a votação. .....

--------- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A ACTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DEZ ABSTENÇÕES E CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E UM MEMBROS PRESENTES. .....**

--------- **Presidente da Mesa -** Declarações de voto? Não há declarações de voto. Muito obrigado, Srs. Deputados. Passamos ao ponto seguinte, ...

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção. .....

--------- A Mesa coloca a questão se na sala existe alguém do público que pretende fazer alguma intervenção. . .....

--------- Não se regista nenhuma intenção de intervenção por parte do público, pelo que avançamos para o ponto seguinte, ...

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. .....

--------- Srs. Deputados, pedidos de inscrição para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia? -- .....

--------- Regista, a Mesa, as intenções de intervenção de: Brinquete; Guedes de Almeida; Baltazar; Jorge Novo e o Professor Pires. São as inscrições que verificamos, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado da CDU, José Brinquete. .....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Membros da AM, minhas Sras. e meus Srs., bom dia a todos. .....

--------- Esta AM realiza-se numa situação política a que alguns chamam de novo ciclo, isto é, depois das eleições para a Assembleia da República, do dia cinco, onde o PS sofreu uma profunda derrota política e eleitoral. Claro que não se trata de novo ciclo nenhum, não só porque se José Sócrates era um liberal *puriduro*¸ o Passos Coelho é um ultraliberal, ambos servidores do capitalismo selvagem, desumano e sem pátria. Em democracia quem ganha é quem governa, portanto não está em causa a legitimidade do PSD e CDS governarem ou desgovernarem o País em resultado do respectivo resultado eleitoral, conhecido. O que poderá estar em causa é se o novo Governo não respeitar a Constituição da República Portuguesa e os direitos nela consagrados. É por isso que face ao anúncio do novo Governo e à divulgação pública do acordo político entre o PSD e o CDS/PP, considero oportuno dizer o seguinte: .....

--------- Primeiro - A gravidade da situação que o País enfrenta, e a perspectiva do seu agravamento, reclama não a continuidade da política de desastre nacional caracterizada pelo anterior Governo PS, mas a sua substituição por uma outra política patriótica e de esquerda, que responde aos problemas dos trabalhadores do Povo e do País. Não é essa, contudo, a intenção do novo Governo, identificando-se com os interesses dos grupos económicos e financeiros, que se prepara para levar por adiante embrulhadas em palavras ocas de preocupação social, o programa de submissão e agressão externa que o PSD, PS e CDS assumiram com a União Europeia, o BCE e o FMI. .....

--------- A composição do Governo representa a continuação e aprofundamento de um programa e de uma prática que ao longo dos últimos trinta e cinco anos teve nos direitos dos trabalhadores e do povo, na soberania e independência nacional, no regime democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa, um alvo a abater. Uma equipa e uma estrutura construída para levar por diante uma nova fase da política de direita, com mais exploração, facilitação dos despedimentos e fragilização dos direitos dos trabalhadores, ataque aos serviços públicos, à saúde, à educação, à cultura, ao desporto, privatizações, cortes nos salários e pensões, liquidação da produção nacional e agravamento da submissão aos interesses do grande capital e das potências da União Europeia. .....

--------- A exigência de uma política alternativa ganha mais importância a cada dia que passa, uma política que tal como o PCP propõe: aumentos de salários e das pensões; combate à precariedade e ao desemprego; defenda e promova a produção nacional e o crescimento económico; assegure a renegociação da dívida pública, tributos lucros da banca e dos Grupos Económicos; combate à especulação financeira; reforço do sector empresarial do Estado e os Serviços Públicos. .....

--------- Afirmo Portugal como um País independente e soberano, uma política alternativa e de esquerda, que terá na intervenção do PCP e da CDU e na luta dos trabalhadores e das populações, uma resposta firme e combativa, aos tempos difíceis que o novo Governo pretende impor. . .....

--------- Muito obrigado. . .....

--------- Presidente da Mesa – Obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Guedes de Almeida. .....

--------- Guedes de Almeida – Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, aos Srs. restantes Membros da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, estimados companheiros e amigos, estimado Público e Comunicação Social. .....

--------- O que me trás aqui, hoje, efectivamente que houve uma mudança, a que falou aqui o Sr. Brinquete, uma mudança de ciclo, e essa mudança de ciclo, pelo menos, também se espera que não seja só de …mais assim de fundo político, mas também e sobretudo na postura dos políticos que perante aquilo que se chama a transparência da governação e a apresentação séria do gasto dos dinheiros públicos. .....

--------- E o que me trás aqui a esta AM, e agora para retomar a palavra, tem a ver precisamente com uma postura que eu acho, com o devido respeito, que não é séria, do Sr. Presidente da Câmara, que mediante o mesmo problema apresenta duas justificações e completamente quase antagónicas uma da outra. Trata-se de um problema que já foi aqui debatido algumas vezes, que tem a ver com o pagamento a uma Sociedade de Advogados, em que a mim, pessoalmente questionado como Advogado desta Comarca, me dão uma resposta e a uma Sra. Membro desta AM lhe dá uma quase completamente antagónica, e tem a ver precisamente com a Sociedade de Advogados, Luís Filipe Chaveiro e Associados. .....

--------- Uma resposta que me é dada a mim com data de 06/12/2010 e à mesma pergunta o Sr. Presidente diz que presta serviços jurídicos à Câmara Municipal de Bragança desde o mês de Agosto de dois mil e três. Uma resposta ultimamente mandada por intermédio do Sr. Presidente da AM, diz que foi celebrado um contrato de avença de prestação de serviços entre o Município e as sociedades em Fevereiro de dois mil e quatro. Pronto, já há aqui quase mais de meio ano de divergência. A mim não me referem prestação de serviços. Aqui fala numa avença de mil e quinhentos euros, a mim não me responde de que havia avença nenhuma. E mais, os critérios são diferentes relativamente a um advogado desta praça, o Dr. Agostinho Ribeiro, um Advogado desta praça que trabalha para a CMB, ou presta serviços para a Câmara Municipal há já vários anos, foi submetido, esse contrato de avença, a uma reunião de Câmara. A mim diz-me que não era necessário haver deliberação da

Câmara. O contrato de avença celebrado com o Dr. Agostinho Ribeiro é muito inferior e não contém, isto é, honorários para além do serviço que é prestado ao nível do serviço de avença a esta sociedade de Advogados, são mil e quinhentos euros mensais. Refere aqui que inicialmente terá sido novecentos e cinquenta euros e que terá sido actualizado em dois mil e sete para mil e quinhentos euros, portanto quase o dobro. Os critérios não são ditos, e depois há um tratamento desigual, para um Sr. prestador de serviços da Cidade e do Concelho de Bragança, e para um prestador de serviços fora do Concelho de Bragança. . .....

--------- Segundo – O contrato celebrado com o Dr. Agostinho Ribeiro foi submetido a reunião de Câmara, este é desconhecido de ter sido submetido à apreciação dos Srs. Vereadores em qualquer reunião de Câmara. .....

--------- É-me dito que ao longo destes anos terão sido, e é escrito pelo Sr. Presidente, alguns milhões de euros à Sociedade de Advogados. Em concreto não o diz nesta resposta a uma Sra. membro desta AM, só se refere apenas ao ano de dois mil e dez, em que terão sido pagos 87.389.00€ (oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove euros), isto, à partida, nenhum advogado de Bragança levaria isto durante, eu ia apostar em dez anos, independentemente de qualquer razão, que aqui tentam-se explicitar mas não justificam absolutamente nada para este valor de honorários apenas relativamente a uma acção.....

--------- Depois refere aqui um anexo de acções propostas, enquanto que numa, para justificar os 50.000.00€ (cinquenta mil euros) de honorários mais os trinta e sete mil e tal, ...

--------- Presidente da Mesa – Sr. Deputado, queira terminar, terminou o seu tempo. . .....

--------- Guedes de Almeida – Terminou o meu tempo, pronto o que eu queria aqui lembrar é que efectivamente há aqui critérios, que não é verdadeiro, o que eu perguntava, ao Sr. Presidente, é efectivamente qual é a informação que é dada como verdade, se é a que me foi respondida, se é a que foi respondida ao Membro da AM que a solicitou e lhe foi respondida através do Sr. Presidente da Assembleia. . .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

--------- Tem, agora, a palavra para a sua intervenção, o Sr. Deputado do PSD, Baltazar. .....

--------- José Baltasar – Apresentou, por escrito, o seguinte: .....

--------- "Sr. Presidente da AM, Sra. e Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, dignos membros da AM, Srs. Presidentes de Junta, Órgãos da Comunicação Social e Público. .....

--------- As eleições legislativas do passado dia cinco de Junho revelaram o desejo de mudança de orientação política, relativamente à que se verificava nos últimos (6) anos. Os Portugueses confiaram a liderança do governo de coligação ao PSD (Partido Social Democrata), com *uma votação expressa de* 38,63% *dos votos* e 11,6% ao CDS, constituindo assim uma maioria absoluta no Parlamento, com 132 deputados contra os 98 da oposição. .....

--------- O governo irá governar com um programa de austeridade, desencadeado pelo pedido de ajuda externa e a cuja execução estamos obrigados. Exige-se da sociedade portuguesa uma mobilização franca, leal e responsável a fim de que seja cumprido o compromisso estabelecido pelos três partidos com a troika, FMI/EU/BCE. Assim o governo tem a ingrata missão de tirar o país da situação de insolvência em que se encontra, dando uma resposta célere, competente e eficaz, pois até ao fim do ano e decorrendo do acordo referido, terão de ser implementadas aproximadamente 14 medidas em Junho, 12 medidas em Julho, 5 medidas em Agosto, num total de 90 medidas até *mais ou menos fins de* Setembro. *Mas não ficando por aqui as medidas continuam com* mais 6 medidas em Outubro, 7 em Novembro, num total de 90 medidas até Dezembro e mais umas 12 medidas sem data de concretização.....

--------- *Dito isto, e de uma maneira muito breve ficamos a saber qual é a panorâmica em que nos encontramos em termos políticos.* .....

--------- Quanto ao distrito de Bragança, verificou-se também uma votação de protesto contra o governo e contra o partido que o suportou, com 51,81% dos votos para o PSD, 26,28% para o PS, 11,08% para o CDS, 2,59% para o PCP – PEV e 2,3% para o BE. .....

No concelho de Bragança os resultados foram os seguintes:

2011	VOTOS	%
PSD	9056	51,54
PS	4561	25,90
CDS	1774	10,10
PCP – PEV	564	3,21
BE	535	3,04

--------- *Desta maneira ficamos com uma leitura muito breve daquilo que aconteceu no 5 de Junho passado, e que nos deve de algum modo merecer alguma atenção para procedermos em consonância com aquilo que foi a vontade expressa dos eleitores do nosso concelho, e perante isto*

aqui ficam estes reparos que para os quais nós estamos mandatados para o resto do mandato que nos resta. .....

--------- *Muito obrigado.* .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo. .....

--------- Jorge Novo – Apresentou, por escrito, o seguinte:.....

--------- "Sr. Presidente da AM, Sra. e Sr. Secretários da AM, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Sras. e Srs. Presidentes da Junta de Freguesia, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Sras. e Srs. Jornalistas. .....

--------- A Reforma do Estado tem sido, nos últimos tempos, e vai ser nos próximos, com certeza, um dos motivos de grande discussão política a nível nacional e, até, local, com incidência na perspectiva da reorganização administrativa, e nesta, sobre as Freguesias, como modelo a reconverter e estrutura a redimensionar. .....

Antecipando-se a qualquer tentativa de distorção ideológica ou de manipulação política, protagonizadas por quem tão pouco conhece sobre a universalidade do trabalho das Freguesias junto das populações, a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias promoveu um debate nacional, convidando as Freguesias a expressarem *a sua* opinião sobre as questões em discussão que não pode perder de vista a sua participação na realidade política, autárquica, social e económica do País. *E este debate foi tão ou mais importante quanto em cima da Mesa se encontra mais ou menos pelos corredores já de algum poder a extinção pura e dura simplesmente das freguesias com menos de mil eleitores, significado isto que no Distrito de Bragança cerca de noventa e cinco por cento das freguesias, e eu repito, noventa e cinco das freguesias seriam, a ser aplicado este pensamento, pura e simplesmente extintas. E por isso esse debate se realizou.* .....

Sacudidas por este Debate, que em Bragança *também nós fizemos aqui precisamente neste Auditório, promovida pela Delegação Distrital, coordenada pela Freguesia da Sé,* se realizou promovida pela Delegação Distrital e com a participação de algumas Freguesias, os seus representantes aprovaram um documento, por unanimidade, no Conselho Geral da ANAFRE realizado no pretérito dia 18 de Junho de 2011, em Castelo Branco, onde se rejeita que esse debate seja centrado em meras questões económicas, *ou, ainda acrescentando mais,* num economicismo falso, lembrando que o real peso destas autarquias na despesa pública é irrelevante perante o todo

nacional. *E vou apresentar alguns números para ficar com a ideia mais precisa daquilo que é cometido às freguesias em termos de finanças*.....

De facto, co-responsáveis pela democratização do país, contribuindo com o seu trabalho para a coesão social, *e que é verdade,* para o desenvolvimento económico, *que é verdade,* para a sustentabilidade do território e para a dinamização e participação cívica dos cidadãos, *lembremos quantos cidadãos estão ligados à política e à participação mais nobre, política cívica através das freguesias, e é através das freguesias que muitos cidadãos se impõem, se apresentam para servir nas suas comunidades,* as Freguesias participam, *reparem,* somente, em **0,10% do Orçamento do Estado**., *as quatro mil duzentas e cinquenta e nove freguesias juntas, com o seu orçamento, diria agora, parco, representam 0,10% do Orçamento Geral do Estado.*.....

Em contrapartida, não são responsáveis por qualquer endividamento público, *porque a elas está vedado também, precisamente a contracção de qualquer empréstimo.*..... .....

Além do mais, as Freguesias são o primeiro porto de abrigo para aqueles a quem a sociedade trata como madrasta, os mais desfavorecidos socialmente em primeiro lugar e, nos meios rurais, o primeiro e último ponto de contacto com o Estado. .....

O trabalho dos seus Eleitos é desenvolvido em regime de quase voluntariado, pois, a 90% destes Autarcas é atribuída, apenas, uma pequena comparticipação para despesas, *como a maior parte dos casos aqui em Bragança*, *aliás, só um é que não é,* e encargos da sua actividade e só 10% *do total* das Freguesias mais populosas têm um administrador político, um Presidente da Junta a tempo inteiro, com remuneração mensal. .....

Nos quadros das 4.259 Freguesias, apenas se contam 8.000 trabalhadores sendo que, na sua maior parte, as freguesias não dispõe de qualquer funcionário. *E de todos os seus quadros apenas oito mil trabalhadores.*.....

Todo o trabalho é desenvolvido, graciosamente, pelos respectivos Eleitos Locais. Por esta razão e por não se necessitar de uma cadeia de comando exigida a outros níveis da administração pública, a actividade desenvolvida pelas Freguesias tem um retorno de investimento de um para quatro, como deixa aferir um estudo realizado e aproveitado este ano em Março de 2011 pela Universidade do Minho. .....

Importa, pois, que também em Bragança se introduza, neste debate, factores de análise que contribuam para uma reflexão mais sustentada, lembrando que as Freguesias desenvolvem acções de competência própria e partilhada com o Município em vários domínios.....

Não pode esquecer-se que o princípio da especialização é um factor de competitividade. As Freguesias, quer pela sua proximidade, quer pela sua dimensão, estão mais habilitadas a exercer competências que, locadas noutro patamar da administração pública, não têm o mesmo grau de eficiência mas têm, com certeza, custos mais elevados. .....
Considerando a extrema relevância e o profundo impacto *que aqui em Bragança essa ideia fosse aplicada, de serem extintas 95% das freguesias, urge,* de facto, fazer o debate das ideias, ideias que as freguesias apresentam na sua defesa e que passam mais ou menos pela seguinte síntese: .....
a) rejeição de uma Reforma Administrativa do país que tenha por base exclusivamente as Freguesias, *não é a forma do País fazer-se a reforma das freguesias, a reforma do estado tem que ir para além, tem que englobar as outras dimensões dos outros patamares da Administração Pública,* por ser redutora, *se não fosse assim,* e não dar resposta aos desafios de ganhos de eficiência e eficácia da máquina da administração pública.....
b) Qualquer modelo de Reorganização Administrativa deve assegurar, *e deve ser por aqui que deve ser conduzida a Reforma da Administração Pública, assegurar* a participação das populações, ir ao encontro das suas necessidades e expectativas, assentar na consulta popular, recusando qualquer decisão emanada dos Órgãos Municipais ou da Administração Central que não envolva os representantes das Freguesias. .....
c) O modelo a adoptar não deve, *do meu ponto de vista,* valorizar *somente* a área e a população como factores essenciais, *não deve ser por aqui, muito menos em Trás-os-Montes, considerando a sua heterogeneidade, e mais ainda, a sua especificidade, muito diferente da realidade que existe, por exemplo, nas grandes áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto,* mas deverá atender a razões históricas, demográficas, culturais, sociais, de tipologia, interioridade, tipo de povoamento (disperso ou concentrado) dificuldades de acesso e distância à sede do concelho, etc. São critérios que devem ser tidos em conta para qualquer reforma ou reorganização das freguesias e não somente a população ou a área territorial. .....
d) Deve ser promovida a participação dos autarcas num amplo debate *e também de todas as Assembleias Municipais* para a criação de uma Lei que balize e defina critérios de racionalização, *que é necessário, as freguesias não se opõem a que haja reforma administrativa do Estado,* pensam é que essa reforma deve ser feita com critérios mais latos e que cheguem aos diferentes patamares, e que esta máquina do Estado não seja reformada com situações - *à la carte* - onde sejam identificadas competências a exercer por cada órgão da administração, incluindo, neste debate, ou

não, a implementação da Regionalização Administrativa de todo o território, com uma justa repartição de recursos públicos por todos os órgãos. .....

e) É necessário pugnar pela clarificação e reforço das competências próprias das Freguesias nas áreas da acção social, *que ela já desenvolve***,** educação, *que já desenvolve,* acção cultural, *também desenvolvem,* gestão e conservação de espaços públicos, gestão de mercados e feiras, *algumas que já desenvolve,* licenciamento de publicidade e direito de passagem, protecção civil, higiene e salubridade pública. .....

f) Quanto ao modelo eleitoral e à constituição dos Órgãos, entende-se somente fazer alguns ajustes, mas a questão que se põe também relativamente à presença dos Presidentes de Junta de Freguesia nas Assembleias Municipais, um direito que lhes é facultado pela Constituição da República, as freguesias aceitam, aceitam que seja discutido este ponto, aceitam que seja discutido, mas enquanto não for discutido que lhes seja, de facto, facultado e não ser relegado esse direito de participação como membros efectivos das Assembleias Municipais. .....

h) No entanto, *se assim for, poderá* ser apreciada a possibilidade de criação de um novo órgão a constituir por representantes das Freguesias, de carácter consultivo e efeitos *quase* vinculativos, que interaja com a Câmara Municipal e detenha a competência de participar *em duas áreas fundamentais,* na discussão do Orçamento Municipal e de decisão nos instrumentos de Planeamento e investimento do Município. *Os Presidentes das Juntas de Freguesia, os representantes das Freguesias não podem ser meras figuras decorativas, representam a sua população, têm que participar nas decisões mais importantes, mais fundamentais que dizem respeito à sua população.* .....

Em suma*, e para terminar***,** exige-se que neste debate, *que aqui em Bragança também iremos continuar a fazer, e nas decisões que porventura venham a ser tomadas,* se respeitem razões de soberania depositadas nas Freguesias, solidificadas através de 800 anos de história, oitocentos anos que as freguesias têm. .....

Impõe-se que se valorizem os motivos históricos que nos narram a ancestralidade das instituições criadas ao ritmo do Povoamento do Reino, levado a efeito pelos primeiros Reis de Portugal, conceito, *foi aqui, conceito* e base da criação das Paróquias Civis, *de onde provêem, pois, as freguesias,* nesse tempo, já, *como agora,* para o apoio e a organização das populações geograficamente, *principalmente esta, geograficamente* deslocadas. .....

Termino reiterando a ideia de rejeição completa e frontal, *da extinção pura e dura das freguesias com o falacioso juízo de poupança económica, o falacioso e falso juízo de poupança económica e que*

há caminhos muito mais positivos para se fazer essa reorganização, e sobretudo caminhos que sejam de facto defensores das populações. .....
Disse." .....
--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria. ...
--------- Tem a palavra, agora, Bruno Veloso, tinha sido pedida a palavra pelo professor Pires mas houve, de facto, esta intenção de substituição, por parte do PS. Tem a palavra. . .....
--------- Bruno Veloso – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente de Câmara, Sras. e Srs. Deputados, demais Público em geral, e Comunicação Social. .....
--------- Uma primeira palavra para cumprimentar e para saudar a vitória eleitoral que o PSD teve no passado dia cinco de Junho. É com satisfação democrática que o fazemos e que desejamos ao PSD e à nova coligação governamental os maiores sucessos na governação do País, dos quais dependem também os nossos sucessos. Mas é naturalmente a democracia a funcionar, e quando o povo vota, o povo terá sempre as suas razões. No entanto o PS não se envergonha da obra e da sua história e em particular daquilo que foi feito no distrito de Bragança. .....
--------- E relembro que assistimos, nos últimos anos, ao maior ciclo de investimentos do Distrito de Bragança, de que há memória, e na história democrática do nosso País, e espero também que o PSD e a coligação governamental tenha igual deferência para com os transmontanos, e particularmente para com o Distrito de Bragança, como teve o passado Governo.....
--------- E relembro algumas das obras, nomeadamente as estradas: A4, que está em construção, IP2; IC5. Mas também algumas outras situações, nomeadamente as barragens, também, exactamente, que são um fabuloso ciclo de investimentos, mas ligado mais também àquilo que foi o investimento da parte social e àquilo que foi o apoio às instituições, não para obras mas para o seu funcionamento e para ajudarem também aqueles que mais necessitam. .....
--------- E relembro ainda também aquilo que é a emergência hospitalar, a revolução que foi feita a nível dos cuidados primários no Distrito de Bragança, e espero também que continuemos a ter a possibilidade de ter uma linha aérea entre Bragança e Lisboa que tão bem faz aos nossos empresários e que, de facto, nos auxilia em muitas dessas matérias… .....
--------- Mas, já porque aqui também foi falado na Reforma Administrativa do Estado e nas alterações, também espero que muito em breve sejam feitas as alterações à legislação autárquica, particularmente ao modo de eleição das autarquias locais, nomeadamente as Câmaras Municipais e também com o reforço de poderes das Assembleias Municipais e os Executivos mono colores. .....

--------- Terminava dizendo que em democracia não há vitórias nem derrotas definitivas e é por isso que todos devemos trabalhar, uns no Governo e outros na oposição mas com o sentido de responsabilidade que o País nos merece, particularmente nas condições exigentes que os tempos se afiguram, não serão fáceis e espero que todos tenhamos essa responsabilidade, e desejo de sucesso naturalmente àqueles que irão governar o País porque dele depende também o nosso sucesso. .....

--------- Muito obrigado. . .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Estão terminadas as intervenções neste Período de Antes da Ordem do Dia, não sei se a Câmara Municipal pretende também fazer alguma intervenção neste ponto. Entendi que sim, o Sr. Presidente tem a palavra. . .....

--------- Presidente da Câmara – Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da AM, os Srs. Secretários, os Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados Municipais, Comunicação Social. .....

--------- Quero fazer um breve comentário relativo à intervenção feita pelo Deputado Guedes de Almeida, relacionado com a informação que lhe foi prestada no âmbito da prestação de serviços de assessoria jurídica ao Município e também de acompanhamento de processos que decorrem em tribunal. .....

--------- Quando refere que a actividade do Presidente da Câmara não é séria na informação que presta, imagino que está, pela forma, pelo aquilo que conheço, pelo aquilo que tem declarado, mais um pouco a referir-se ao cidadão e menos ao Presidente de Câmara, mas eu vou lá, de seguida. . .....

--------- A informação que lhe foi prestada foi a informação que foi solicitada, tal qual, correctamente, a informação que foi prestada a um Sr. Vereador, Humberto Rocha, foi a informação que lhe foi prestada, tal qual, sem desvio absolutamente nenhum, preparada pelos serviços e assinada por mim. Nos serviços do Município não há segredos. E quero dizer-lhe se há cidadão cuja vida é escrutinada, em termos públicos ou privados, é a do Presidente da Câmara de Bragança, não há outro que seja mais escrutinado do que eu, e nunca me esqueci de cumprir as minhas obrigações de apresentar, e digo escrutinado não só pela população! Pela AM! Mas também a nível inspectivo, como devem compreender. E portanto nunca me esqueci das minhas obrigações de apresentar atempadamente as declarações que são devidas relacionadas com o rendimento inicial e com a evolução dos rendimentos, que são conhecidas, embora exista até titulares de órgãos de soberania que lamentavelmente se tenham esquecido, imagine-se a diferença!.....

--------- De qualquer forma quero dizer-lhe e seguramente que a sua vida não é escrutinada ao nível que é a minha e por isso não são vidas comparáveis, isto a nível pessoal, já não a nível político, portanto quero que fique isso bem claro, na sua cabeça. .....

--------- Segundo - diferença de pagamento de honorários - representam certamente graus de exigência técnico-jurídica diferente, não são situações comparáveis, há processos em que é preciso intervir uma equipe de juristas de primeiro nível, e isso não desqualifica o Dr. Agostinho Ribeiro, o Dr. Agostinho Ribeiro é o melhor consultor Jurídico, regular, que a Câmara teve, entrei para a Câmara e ele nunca mudou, é bom, continua, faz aquilo que lhe solicitamos e o que está ao seu nível e ele também sabe a partir de que momento é que esses processos deixam de estar a seu nível, portanto não há confusão da nossa parte nem confusão sequer da parte dele, da sua cabeça sim, há alguma confusão.. .....

--------- Depois queria notar o seguinte: O pagamento feito foi imparcial na informação que deu aos Srs. Deputados, que a resposta que foi dada foi exaustiva, foi preparada, de facto, pelos serviços, com toda a informação disponível, sem omissão absolutamente nenhuma. O Sr. foi imparcial na informação. E vou completar aquilo que disse, com o seguinte: A Câmara pagou num processo que teve que chegar ao Supremo Tribunal Administrativo, cuja decisão foi o ano passado, e que foi entreposta pelo Consórcio Construtor do Teatro Municipal, e o valor da acção actualizada à data da decisão do Supremo Tribunal Administrativo andaria próxima dos dois milhões de euros, significa que pagámos cerca de 2% de honorários, é do meu conhecimento que na praça se faz cobrança 10% de honorários, há quem o faça, eu sei, eu sei quem o faz, sei quem o faz, e portanto há uma diferença muito grande mesmo na qualificação das pessoas e também nos valores que praticam, a Câmara não esbanja dinheiro, e por isso nós temos contas equilibradas, fazemo-lo com muita correcção e com muita transparência. .....

--------- Evidentemente que as suas razões sistemáticas, sistemáticas de agressão ao cidadão, vamos lá, e ao Presidente de Câmara tem razões que não são razões de natureza politica, talvez próximo do final da legislatura eu ganhe algum entusiasmo para dizer à AM quais são. . .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente de Câmara. .....

--------- Sr. Deputado tem a palavra. Recordo ao Sr. Deputado que tem apenas três minutos para a defesa da honra, peço que respeite. .....

--------- Guedes de Almeida – Bom dia a todos, novamente. Eu só venho aqui defender a honra, e foi clara e notória e foi ostensiva, que o Sr. Presidente confundiu a sua posição de Presidente da Câmara com a posição pessoal, são parâmetros completamente diferentes, eu nunca traria para aqui

questões pessoais, trago questões de natureza politica, no exercício de um mandato e em que reitero que apresentou, sobre as mesmas questões, duas respostas completamente diferentes, mesmo no tratamento, e se houve tendência foi na resposta que deu a uma deputada Municipal, a tendência está aqui porque não esclarece todos os processos que foram entregues e estão a ser particionados pela sociedade de advogados, nuns omite-se completamente ao silêncio, no outro e sem qualquer justificação, e só um esclarecimento, não há nenhum advogado que possa levar percentagem sobre o pedido feito numa acção judicial, é proibido pela Ordem. . .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua intervenção. .....

--------- Está finalizado este Período de Antes da Ordem do Dia, pelo que passamos ao ponto seguinte.....

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.----------

-" ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 29 de Abril de 2011, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 31 de Maio de 2011, a execução bruta do Orçamento da receita é de 38,10% (no montante de 14.556.298,96 €), para um Orçamento da despesa paga de 34,85% (no valor de 13.316.226,90€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 31 de Maio de 2011 uma execução financeira de 23,37% (3.270.612,13€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 2.641.743,79 euros e decorrentes de pagamentos do Plano de Actividades Municipal no valor de 628.868,34 euros. As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, com um valor

de despesa paga de 2.858.597,27 euros. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 22,35% e o Plano de Actividades Municipal, constituído pelas actividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 28,95%.
A evolução da estrutura da dívida a terceiros regista - em 31 de Maio - uma diminuição de 2.164.921,68 euros, ou seja, de -14,26 pontos percentuais, comparativamente a 1 de Janeiro de 2011.

De 01 de Abril a 31 de Maio de 2011 do presente foram deliberados, em reunião de Câmara, **apoios financeiros para as Juntas de Freguesia:** 187.588,50€; **Subsídios e Comparticipações para Associações e Instituições:** 91.663,90€. Aprovados, ainda, os **Protocolos** com Associações Desportivas, Culturais e Recreativas, no valor de 61.750,00€ e com as Associações de Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda, no valor de 150.595,85€.

1.1.2 - Sector de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento

No período de 1 de Janeiro a 31 de Maio de 2011 o total da receita arrecadada foi de 411.197,66€. representando um saldo negativo de 23.805,38€ (-5,47%), comparativamente ao período homólogo.
Durante o período de 01 de Abril a 09 de Junho de 2011, foram abertos 21 procedimentos por Ajuste Directo e 4 procedimentos por Concurso Público referentes a aquisição de bens e serviços. Tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns procedimentos, o valor total adjudicado perfaz 299 805,56 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
Foram emitidas 543 Notas de Encomenda no valor total de 661.445,99€, correspondendo a uma despesa de capital de 211.223,23€, enquanto a despesa corrente ascendeu ao montante de 450.222.76€ e enviadas a satisfazer pelos fornecedores.

1.2 - Divisão Administrativa

- Sector de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal as seguintes tarefas: no âmbito do processo da Desmaterialização e Gestão Documental, foi dada continuidade à digitalização de facturas recebidas; produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 4500 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 5 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia. Procedeu-se, ainda, á organização e elaboração de todo o processo administrativo referente ao acto eleitoral, que se realizou no dia 5 de Junho.
No âmbito do **Arquivo** foi dada continuidade à introdução de 344 registos na aplicação informática ArqHist, que se destina à gestão da documentação histórica. Este Sector prestou apoio nas seguintes

tarefas: - Efectuada a pesquisa com vista ao levantamento de todos os presidentes das Juntas de Paróquia e de Freguesia de Outeiro; - A decorrer, com o recurso a diferentes fontes, a pesquisa relativa à "Presença Militar na cidade de Bragança".

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de 19 procedimentos concursais (tempo indeterminado, comissão de serviço e promoção) e 7 processos de aposentações. Estão a decorrer 4 estágios no âmbito do PEPAL IV e 14 estágios não remunerados/ Curriculares/Qualificação Emprego/Vida Emprego. Dada continuidade ao processo de informatização dos processos individuais dos colaboradores.

- **Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação**

Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, destacam-se a realização das seguintes actividades: - Instalação e configuração de uma aplicação para executivos na área do POCAL. - Preparação do circuito de expediente para arranque na aplicação de gestão documental. O novo classificador foi importado e foram criados os grupos e os utilizadores; - Apoio na configuração e na utilização da aplicação de Eleições; - Desenvolvimento do procedimento para lançamento de um concurso público com vista à implementação de tecnologias de informação e comunicação em 16 escolas EB1 da cidade e do meio rural. O valor base do procedimento é de 271.000; - Procedeu-se a uma reestruturação da rede de dados autárquica (LAN). As alterações foram efectuadas ao nível da rede interna e também externamente na interligação entre os diversos serviços autárquicos dispersos fisicamente.

No período em análise, o **website principal do Município de Bragança** teve 37.267 visitas (792/dia). No que concerne aos restantes sites do Município (Biblioteca Municipal, Centro de Arte Contemporânea, Museu da Máscara e do Traje, e Teatro Municipal), no mesmo período, tiveram 3.808 visitas.

No Facebook registaram-se 20.768 visualizações (441/dia), dispondo nesta data de 835 fãs que diariamente acompanham a actividade do Município de Bragança.

2 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E CULTURAL

2.1 –DIVISÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

- ✓ **Serviço de Animação e Equipamentos Culturais**

Centro de Arte Contemporânea – Durante o período em análise foram realizadas as seguintes actividades: - No dia 30 de Abril, a palestra " Viagem ao lado B" com António Sá; - No dia 1 de Junho, para o público escolar, a oficina " A Casa do Pássaro"; - Nos dias 4 e 5 de Junho, o workshop de fotografia digital," Arte de Ver" dinamizado por António Sá; - Durante os meses de Maio e Junho,

está patente a instalação " Lápis de cor" dos alunos de Artes da Escola Secundária Emídio Garcia. Iniciou-se o projecto " Oficina de prática artística" com os utentes da APADI, com a regularidade de 2 vezes por mês.

Nos meses de Abril e Maio foram realizadas 27 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 3069 pessoas.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Nos meses de Abril e Maio, 1712 pessoas visitaram o Museu. Neste período foram realizadas 15 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de Abril e Maio realizaram-se 15 espectáculos com 21 sessões, com a presença de 4.949 espectadores. No mês de Abril destaca-se o 27 – Festival Internacional de Teatro e no mês de Maio o Teatro Escolar e a Gala das Escolas.

Relativamente aos espectáculos das Tunas, da Mostra de Teatro Escolar e da Gala de Escola, assinaram-se protocolos de forma a atribuir a receita dos espectáculos às respectivas escolas.

Bibliotecas Municipais - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 1.208 monografias. No período em questão, registou-se a presença de 4.967utilizadores em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas actividades, tais como: desenho e pintura, projecção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 579 crianças.

No dia 11 de Maio, inaugurou-se a exposição " Baracoa na magia dos seus pintores", no âmbito das Jornadas Luso-Cubanas.

No âmbito da Comemoração do Dia do Autor Português esteve patente a Exposição Literária de Autores Portugueses Lusófonos desde o séc. XIII ao séc. XXI, do dia 23 a 31 de Maio.

No dia 6 de Junho, inauguração da Exposição " Vidas Negras", de Mário Rocha, integrada no âmbito do XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADES DE LINGUA PORTUGUESA (AULP).

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 301pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira - No dia 14 de Maio foi inaugurada a Exposição "À descoberta das nossas raízes com Graça Morais" e realizou-se a entrega de prémio do concurso relativo à exposição. Esta mostra surge no âmbito do IX Concurso de Expressão Plástica "À descoberta das nossas raízes com Graça Morais", promovido pela Associação de Professores Expressão e Comunicação Visual (APECV), em colaboração com a CMB e o IPB. Estiveram patentes mais de 470 trabalhos de alunos de 140 escolas de todo o País nas duas salas de exposições do Centro Cultural Municipal Adriano

Moreira. Esta exposição coincidiu com a realização do 23.º Encontro Nacional desta colectividade, que decorreu, em Bragança, de 13 a 15 de Maio, sob a temática "Ensino das Artes Visuais – Identidade e Cultura no Século XXI" e que reuniu cerca de 150 professores e profissionais da área. No dia 09 de Junho foram inauguradas as exposições, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, "a(co) existência de agamben" de Marco Costa e "esculturas" de Paulo Moura.

Sector de Animação, Produção e Turismo - Durante o meses analisados foram atendidos 3.084 turistas.

2.2 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

- ✓ **Serviço de Educação**

No âmbito do Programa de Generalização das Refeições, está a decorrer o concurso público internacional, para fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo para o ano lectivo 2011/2012 e procedimentos de ajustes directos para fornecimento de refeições pelos agrupamentos de escolas a alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo da escola de Izeda, das EB1 da Mãe d'Água, Beatas e Toural e do Jardim de Infância da Estação.

Decorreu no passado dia 14 de Junho, mais uma reunião do Conselho Municipal de Educação na qual foram auscultados os Membro do Conselho sobre a Rede Escolar do Concelho de Bragança no âmbito do processo de revisão da Carta Educativa do Concelho de Bragança.

No dia 1 de Junho de 2011 comemorou-se o Dia Mundial da Criança com a participação de crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público e privado de Bragança. A actividade consistiu na colocação de insufláveis próximos de todas as escolas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do concelho de Bragança.

Ainda neste âmbito, e enquadrado no serviço educativo - Tempo para a Infância, nos dias, 1, 2 e 3 de Junho, os alunos das Escolas do Concelho foram ao Teatro Municipal – praça norte, assistir à peça de teatro "O Espanta Pardais", do Teatro de Estudantes de Bragança.

- ✓ **Serviço de Desporto e Juventude**

Para além das actividades normais de gestão dos equipamentos, destacam-se o desenvolvimento das seguintes actividades:

- No dia 1 de Maio decorreu, na freguesia de São Pedro de Serracenos, a XII Edição dos Jogos Tradicionais, contando com a presença de cerca de 110 participantes, que puderam apreciar e/ou jogar os jogos da Relha, Raiola, Fito, Ferro e Paus.

- No dia 02 de Maio realizou-se a "XII Milha das Cantarinhas", que reuniu mais de 400 atletas profissionais e amadores.

  Inserida no "Circuito Nacional de Milhas" da Federação Portuguesa de Atletismo, promovida pela Câmara Municipal e Ginásio Clube de Bragança, a iniciativa contou com a participação de 190 atletas profissionais.

  O evento integrou, também a IX Milha Escolar e a VI Milha Popular, na qual participaram mais de 200 pessoas de todas as idades.
- Na Piscina Municipal, decorreu mais uma edição do Torneio Internacional de Natação, que contou com a presença de 150 atletas.
- Durante os meses de Abril e Maio o projecto Bragança Saudável, Bragança Solidária contou com a realização de 8 caminhadas, num total aproximado de 98 km, nas freguesias de Donai, Sé, Espinhosela, Deilão, Alimonde, Aveleda, Salsas, Rio Frio e Outeiro onde participaram um total de 490 caminheiros.
- A apresentação dos primeiros resultados da elaboração da Carta Desportiva do Concelho de Bragança, decorreu no III Seminário " + Idade + Saúde - Contributos para a saúde da população sénior" na Escola Superior de Educação de Bragança, nos dias 4 e 5 de Junho de 2011.
- Foi prestado apoio logístico na realização do Torneio Crescer Jogando 2011, onde cerca de 500 crianças participaram, durante fim-de-semana de 4 e 5 de Maio, no Torneio de Futebol Infantil Crescer Jogando organizado pela Escola Crescer. O Estádio Municipal de Bragança recebeu 45 equipas de 11 clubes nos escalões de traquinas, petizes, benjamins e infantis.
- No dia 11 de Junho realizou-se o dia do desporto, onde participaram cerca de 25 atletas em 3 escalões distintos, nas provas de Natação, Ciclismo e Atletismo.

  Decorreu, na Piscina Municipal, o 1º Encontro Sénior / Dia do Desporto com uma aula de Hidroginástica onde participaram as freguesias de Grijó de Parada, São Julião de Palácios, Parâmio, bem como algumas alunas das Classes Orientadas da Piscina Municipal, actividade que reuniu cerca de 70 participantes.

✓ **Serviço de Acção Social**

Entre os meses de Abril e Maio de 2011 realizaram-se 112 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas. Ainda neste período, foram realizadas

cerca de 12 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, pertença da CMB.

A Rede Social de Bragança reuniu em 31 de Maio de 2011 para discussão e análise do Plano de Acção de 2011.

Nos dias 6 e 7 de Maio, realizou-se, em Bragança, a I.ª Feira de Emprego, Educação e Solidariedade, organizada pela Câmara Municipal de Bragança, entidade promotora, pelo Centro Social e Paroquial Santos Mártires, entidade coordenadora e executora do Contrato Local Desenvolvimento Social e pela Associação Académica do Instituto Politécnico de Bragança.

Pretendeu-se, com esta iniciativa, colocar à disposição da população um evento que aproximasse as vontades e necessidades das empresas, das instituições e os cidadãos ao nível das três valências presentes na feira: o Emprego, a Educação e a Solidariedade, de forma a divulgar o mercado de trabalho, a oferta educativa e as valências sociais do nosso concelho.

Estiveram presentes cerca de 80 instituições do concelho e fora do concelho. Participaram, também, a PSP, a GNR, o Exército e os Bombeiros, assim como grupos musicais e de dança que animaram os visitantes da Feira.

A adesão foi grande, as empresas apresentaram as ofertas de emprego e receberam vários currículos; as escolas e as entidades formadoras divulgaram as ofertas formativas existentes e as instituições de solidariedade e da área da saúde deram a conhecer as suas valências.

Durante a feira, realizaram-se conferências ligadas ao tema "Os desafios do emprego, da educação e da solidariedade" dinamizadas pelo Eng. Ricardo Magalhães, pelo Dr. José Adriano e pela Dr.ª Conceição Martins. Dinamizaram-se, também, workshops práticos que ajudaram os participantes na elaboração de um curriculum, na procura do primeiro emprego, na criação de empresas entre outros temas.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras Municipais: Foram, neste período, abertos 8 concursos, com um valor base de 2.109.102,17€+IVA, nomeadamente: - Reconstrução da casa da cidade - Sede de Associações em Stª Maria (285.943,15€); - Melhoria da eficiência no Bairro Social da Mãe d'Água(750.000€); - Construção da circular interior - Troço da Mãe d´Água (944.559,02€); - Elemento escultórico da Ciclovia do Fervença (já adjudicado por 35.000,00€); - Colocação de caixas de contador no exterior na aldeia de Vilarinho (9.200,00€); - Elaboração do projecto da rede de saneamento básico nas localidades de Bragada, Maças, Vila Franca e Zeive (15.000,00€); - Programa de reabilitação de imóveis na zona histórica - obras de reparação no imóvel municipal n.º 230 e 232 na cidadela

(14.500,00€); - Elaboração do projecto para o espaço de valorização das Raças Autóctones" (já adjudicado por 15.000,00€); - Elaboração de um estudo integrado para a reconversão urbanística da zona forte S. João de Deus e projecto de execução dos edifícios da sede do município - Procedimento por ajuste directo para a elaboração do projecto de execução do edifício D" (já adjudicado por 25.000,00€).

Foram adjudicadas os seguintes obras, no valor de 427.320,22€+IVA: Para além dos projectos supra referidos procedeu-se à adjudicação da Construção da Escola de Dança e ampliação da Casa da Seda, pelo valor de 337.420,22€+IVA.

Outras obras a decorrer: - Ciclovia do Fervença - 2.ª fase; - Pavimentação da via municipal Alfaião - S. Pedro de Sarracenos; - Requalificação do Forno Comunitário; - Construção do Centro e Convívio do Zoio.

Inaugurado o Pavilhão Polidesportivo de S. Pedro de Sarracenos (01 de Maio) e o Centro de Convívio de Portela (15 de Maio).

3.2 - Divisão de Urbanismo – Para o período em análise e tendo por base os indicadores monitorizados realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, 58% destas acções reportaram-se ao espaço rural, registando-se assim um acréscimo de 6% ao que já era tendência no ano de 2010, acompanhando igualmente as emissões de licença de utilização no espaço rural, 63% no conjunto das acções. No total foram analisadas/executadas 801 operações.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Águas e Saneamento

- **Saneamento**

- Na Rua Domingos de Castro (Junto ao Centro Escolar de St. Maria) e Av. Sá Carneiro procedeu-se à substituição do colector de águas pluviais e águas residuais; - Em execução a alteração da rede de saneamento no largo da Igreja do Loreto.

- **Água**

Na rua Alexandre Herculano (Flor da Ponte) foi substituído um troço de conduta de água; - Em **Paradinha Nova** procedeu-se à reparação do depósito de água.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em colectores (39); limpeza de fossas (41); mudanças de nome de clientes (172); execução de novas ligações (49); substituição de contadores (108); reparação de fugas (69).

4.2. Divisão Ambiente – Pela primeira vez, especialistas e empresários ibéricos de áreas como Eco-Turismo, Eco-Produtos, Eco-Construção e Eco-Energia reuniram-se num só evento: na I Feira Ibérica de Sustentabilidade Urbana que decorreu em Bragança de 7 a 9 de Junho.

Organizada pela Câmara Municipal de Bragança, em parceria com Instituto Politécnico de Bragança, o Núcleo Empresarial da Região de Bragança, a Diputación de Zamora (Espanha) e o Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología de Salamanca (Espanha), a iniciativa, financiada pelo Programa de Cooperação Transfronteiriça 2007-2013 – POCTEP, contou com a presença de cerca de 70 expositores ibéricos, que, instalados na Praça Camões, deram a conhecer as mais recentes novidades na área da sustentabilidade urbana.

Os workshops, que decorreram, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, sob as temáticas Eco-Produtos, Eco-Turismo, Eco-Construção e Eco-Energia, reuniram alguns dos mais reconhecidos especialistas ibéricos, como Carlos Palacios Riocerezo (Investigador e Associado da Universidade de Salamanca e membro do grupo de especialistas de produção biológica da Comissão Europeia), Ricardo Blanco (Responsável da Área de Turismo Sustentável da Subdirección General de Desarollo y Sostenibilidad Turística de Turespana), António Sá da Costa (Presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis) e Lívia Tirone (Arquitecta e Administradora da empresa Tirones Nunes, é desde 1991, pioneira na área da construção sustentável em Portugal. Presidiu ao grupo de trabalho Sustainable Methods and Tecniques da União Europeia), entre muitos outros.

No âmbito desta Divisão foram executados os seguintes trabalhos:

- Iniciados os trabalhos de avivamento de linhas e passadeiras na cidade de Bragança, prevendo-se intervenções na Av. João da Cruz, Av. Sá Carneiro, Av. das Forças Armadas, Bairro da Braguinha, Bairro S. João e Brito, Bairro do Pinhal e proximidade a estabelecimentos de ensino e saúde.

- Requalificação integral do parque infantil do POLIS, procedendo ainda à instalação de um baloiço para a faixa etária do 1 aos 4 anos. Os trabalhos efectuados melhoraram significativamente a segurança, manutenção e diversidade de equipamentos.

- Requalificação paisagística do canteiro junto ao NERBA, abrangendo uma área de 693 m2. Foi instalado um sistema de rega automática, plantadas alguns arbustos, tendo ainda procedido à sementeira de relva. Os trabalhos realizados contribuem para a melhoria da imagem urbana e aumento da área de espaço verde por habitante, numa aposta clara do Município para uma cidade mais coesa e amiga do ambiente.

- Durante os meses de Maio e Junho foram efectuados trabalhos de limpeza de terrenos municipais nos Bairros da Braguinha, Vale d' Álvaro, S. Tiago, Campelo, Artur Mirandela e Novo Previdência, bem como

em todos os estabelecimentos de ensino. Estes trabalhos foram efectuados com recurso à equipa de reclusos (média de 3 elementos), afecta ao programa de limpeza das áreas de cedência, no âmbito do protocolo estabelecido entre o MB e os Serviços Prisionais.

- No âmbito da actividade sanitária municipal, procedeu-se à captura de 64 canídeos errantes, à emissão de 4 pareceres sobre condições de saúde e bem estar animal de espécies pecuárias e 11 vistorias a unidades de venda ambulante. Foi ainda efectuada uma acção conjunta com a ASAE de fiscalização da unidade de restauração.

4.3- Divisão de Mobilidade e Energia

Nos dias 18 e 19 de Maio, Bragança, um dos 25 municípios, num total de 308 em todo o País, a integrar a Rede Piloto de Mobilidade Eléctrica, recebeu a chegada do "Electric Tour", promovido pela MOBI.E e pela Peugeot Portugal. De realçar que o Município de Bragança, que tem desenvolvido esforços no sentido de alcançar a sustentabilidade ambiental e a poupança energética, prevê ampliar a rede de abastecimento para carros eléctricos, que conta, actualmente, com oito postos de carregamento.

Na área de transportes, foi assegurado o funcionamento normal, em termos de transportes escolares, urbanos e de turismo. Relativamente ao transporte urbano (STUB), desde Janeiro, foram transportados 132.465 passageiros, o que corresponde a um aumento de 3,1% relativamente a igual período de 2010.

Relativamente ao Aeródromo, nos 5 primeiros meses de 2011, registou-se 1421 movimentos de aeronaves e 2105 embarque ou desembarque de passageiros, correspondendo, em relação ao mesmo período de 2010, a um aumento de 24% nos movimentos das aeronaves e a um aumento de 20% no número de embarque e desembarque de passageiros.

No âmbito do **Plano de Contenção** delineado pelo Município de Bragança e no concernente ao Sector da Energia, no meio rural do Concelho está em curso uma verificação exaustiva e rigorosa da iluminação pública no sentido de identificar pontos de luz em situação irregular ou desnecessários.

Numa primeira fase, na verificação a 10 freguesias, resultou na desmontagem de 19 pontos de luz, sendo que estão ainda cerca de 50 situações identificadas a aguardar informação complementar das respectivas Juntas de Freguesia.

Na área urbana verificando-se que inúmeros ramais de iluminação pública desligavam após o nascer do sol, pelo que foi solicitado à EDP a antecipação em 15 minutos o desligar.

Foram, também, desmontados 25 pontos de luz por não serem necessários, nomeadamente no Bairro do Couto e na AV. Dinastia de Bragança.

Em colaboração com a EDP, estão a ser finalizados os trabalhos que resultarão na redução de 50% no fluxo luminoso, sem comprometer a segurança pública, nas seguintes situações: - A partir das 24 horas até ao amanhecer serão desligadas cerca de 250 luminárias nos nós do IP4, Av. das Cantarias, Av. Cidade de León e Av. Cidade de Zamora; - A partir das 2 horas até ao amanhecer serão desligadas cerca de 200 luminárias na Av. das Forças Armadas, Av. General Humberto Delgado, Av. Abade de Baçal (após a Escola do Campo Redondo), Av. D. Sancho I e Av. Sá Carneiro (a seguir à Caixa Geral de Depósitos).

Estima-se que as poupanças anuais das acções supra referidas poderão ascender aos 20 mil euros, sendo que será avaliada essa poupança nas próxima facturas de iluminação pública.

Outras actividades/assuntos relevantes:

- No dia 30 de Abril realizou-se, pelo sexto ano consecutivo, a "**Exposição Canina Monográfica do Cão de Gado Transmontano**", raça reconhecida oficialmente em Abril de 2004, sendo que, desde então, tem tido uma grande projecção um pouco por todo o País e, mesmo, no estrangeiro. Nesta exposição concorreram cerca de 70 animais, de 40 diferentes produtores, divididos pelas classes de cachorros, juniores, intermédia, aberta e campeões, numa organização da Associação de Criadores do Cão de Gado Transmontano, em parceria com o Clube Português de Canicultura e o Parque Natural de Montesinho, e o apoio da Câmara Municipal de Bragança.
- No dia 03 de Maio ocorreu uma **jornada de trabalho com 14 associados do Circulo Empresarial Leonês** (Espanha), tendo-lhes sido facultada uma visita a alguns equipamentos e infra-estruturas da nossa cidade, terminando com a celebração de um Protocolo de Cooperação entre o Circulo Empresarial Leonês com o Núcleo Empresarial de Bragança (NERBA) e a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança. Esta jornada visou ainda a preparação da realização de um encontro de empresários a ter lugar, em Bragança, no próximo mês de Outubro.
- A Câmara Municipal, o Ayuntamiento de Zamora e a Fundação Rei Afonso Henriques apresentaram no dia 04 de Maio a **Agenda Cultural Transfronteiriça Bragança-Zamora** em que através dos endereços: http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_PAGINALD=3374, e http://www.frah.es/agenda-cultural-transfronteriza_PT.asp os cidadãos e instituições dos dois lados da fronteira podem ficar a par de todas as informações relativas à programação e às ofertas culturais disponíveis em Bragança e Zamora, podendo, também, conhecer as rotas turísticas existentes,

nomeadamente a rota arquitectónica, a Rota dos Museus, a Rota Gastronómica, a Rota Medieval e a Rota do Património Religioso.

- No dia 08 de Maio realizou-se a **26.ª edição da Festa de Fronteira e Romaria Internacional em honra de Nossa Senhora de Fátima**, um encontro iniciado pelos povos fronteiriços da Petisqueira (Portugal) e de Vilarinho de Manzanas (Espanha).
- No dia 6 de Maio, a Escola Secundária Emídio Garcia, com o apoio do MB, num trabalho de Área de Projecto, apresentou, no Auditório Paulo Quintela, a peça de **Teatro " Adolescência à flor da pele"**.
- De 11 a 15 de Maio, realizaram-se as **Jornadas Luso-Cubanas**, em colaboração com a Embaixada de Cuba em Portugal, que consistiu na deslocação, a Bragança, de uma delegação cubana da cidade de Baracoa, cidade mais antiga desse país. O programa incluiu a visita ao património da nossa cidade, encontro com instituições, dinamização de oficinas de pintura, de dança e de música, uma exposição de pintura e um espectáculo musical no Teatro Municipal, promovendo, assim, o intercâmbio cultural entre os dois países.
- No âmbito do **Dia Internacional dos Museus**, dia 18 de Maio, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje e o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais organizaram actividades para os mais jovens e as entradas foram gratuitas para todos os visitantes.
- No dia 26 de Maio, realizou-se o **Sarau de Poesia Jovem**, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, organizado pela Casa do Professor, com a colaboração do MB e das Escolas da cidade, onde cada escola apresentou um momento de poesia.
- No dia 31 de Maio, a Escola Secundária Miguel Torga apresentou, com a colaboração do MB e do TEB, no praça Norte do Teatro, a peça "Como tardaste vós tanto!" a partir do Auto da Barca do Inferno de Gil Vicente.
- Cerca de 400 académicos, oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e de Macau, reuniram-se em Bragança, de 6 a 9 de Junho, para o **XXI Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)**, tendo como entidade de acolhimento o Instituto Politécnico e que contou com o apoio da Câmara Municipal de Bragança.
- No Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, e depois da actuação do Coro do Conservatório de Música de Bragança na Igreja da Sé, teve lugar o **lançamento do romance "Tempo de Fogo/La Bouba de la Tenerie"**, de Amadeu Ferreira / Fracisco Niebro.
- No âmbito do Convénio de Geminação existente entre o Município de Bragança e o Município Brasileiro do Pará, no dia 10 de Junho de 2011 foi **inaugurada a Av. Bragança do**

Pará, via urbana estruturante de distribuição de trânsito, com ligação ao centro da cidade, situada na entrada poente da cidade, com a extensão de 1253 metros e um perfil transversal de 31 metros. Para a inauguração da via esteve presente uma delegação de Bragança do Pará, chefiada pelo Prefeito, Eng. Edson Oliveira. Com esta nova via periférica de distribuição de trânsito, a entrada poente da Cidade, com a extensão de 2,5 km, passará a integrar a Avenida General Humberto Delgado, Avenida Luciano Cordeiro e a Avenida Bragança do Pará.

- No âmbito do projecto "Dignificar o Poder Local, Fortalecer a Cidadania", implementado pelo Município de Bragança desde 1998, no dia 10 de Junho, foi **inaugurada a Sede de Freguesia de Outeiro**, seguindo-se um almoço-convívio. Com um investimento de aproximadamente 285 mil euros, este novo equipamento, moderno e funcional, permitirá ao Executivo da Freguesia eleito assumir melhor a função de legítimos e mais próximos representantes do Povo, assim como estimular as condições de encontro da população no sentido de fortalecer a coesão e o sentido comunitário.
- No dia 11 de Junho o Município de Bragança prestou homenagem à médica Branca Augusta Lopes Chiotte, pelos serviços prestados à comunidade, ao atribuir o seu nome a uma rua com a extensão de 650 metros. Paralela à Avenida Bragança do Pará, com início na Circular Interna e término a poente da Rua Dr. Mário Costa, a via foi inaugurada no dia 11 de Junho, numa cerimónia que contou, apenas, com o executivo da Câmara Municipal de Bragança e cerca de 40 familiares da médica que, entre 1935 e 1961, exerceu medicina em Bragança, nas especialidades de Pediatria e Pneumologia.
- De 06 a 12 de Junho, decorreu no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira o evento **"Artes e Livros"**, numa organização da Câmara Municipal e da Academia de Letras de Trás-os-Montes. Assim, no dia do arranque do evento, realizou-se, na Biblioteca Municipal de Bragança, a iniciativa "Leituras Encenadas" com o grupo "Os Peripécias". Já o dia 9 de Junho foi dedicado ao lançamento do romance "Angola Amor Impossível", de A. Passos Coelho e à actividade "Conversas em Torno do Acto de Ler", dinamizado pelo Dr. Carlos Teixeira, que sensibilizou pais e professores para a importância do livro e da leitura.
- No dia 11 de Junho, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, decorreu o **lançamento do livro "(Re) Cantos d' Amor Morto"**, de Rogério Rodrigues, membro da Academia de Letras de Trás-os-Montes. O dia terminou com a actividade "Laços de Leitura", dinamizada

pela Dr.ª Fernanda Silva e pela Dr.ª Rosa Rocha, que reuniu pais e filhos na Biblioteca Infantil.

A "Artes e Livros"culminou com a comemoração do **1.º Aniversário da Academia de Letras de Trás-os-Montes**, na Biblioteca Municipal, que incluiu a assinatura de um protocolo com a Câmara Municipal de Bragança e a apresentação do livro "Terra de Duas Línguas: Antologia de Autores Transmontanos", coordenado por Ernesto Rodrigues e Amadeu Ferreira, com prefácio Adriano Moreira e pinturas Graça Morais.

- Nos dias 16 e 17 de Junho decorreu o **II Encontro da Castanha**, organizado pelo IPB, UTAD, Sortegel e Arborea, estando presentes 250 participantes de toda a Europa.
- De 22 a 24 de Junho decorrerá, em Bragança, o **XVII Congresso Mundial da EARMA e III Encontro de Cooperação Europa América de Gestores de Ciência**.

  Organizada pela Câmara Municipal de Bragança, a Associação EARMA (European Association of Research Managers and Administrators) e o Instituto Gulbenkian de Ciência a iniciativa, financiada pelo Programa Operacional da Região Norte – ON2, contará com a presença de 200 Administradores, Gestores e Directores de Institutos de Investigação e de outras entidades, de 40 países do mundo, ligadas a Projectos e Programas de Desenvolvimento e Investigação Científica Europeia para o período de 2013/2020. No âmbito do Congresso será inaugurada a Ciclovia do Fervença e elemento escultórico.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil"

--------- **Presidente da Mesa –** Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra. . .....

--------- Presidente da Câmara – Aos Srs. Deputados foi distribuída a informação escrita, é um bocadinho extensa, as condições também não foram as melhores para podermos ser mais sintéticos, mas também é verdade que houve muitas actividades que se desenrolaram desde que foi concretizada a última AM, e assim passaríamos, de forma breve, a execução orçamental até 31 de Maio de 2011 que é de em termos de receita é de 38,10%, de despesa 34,85%, quer isso dizer que não estaremos longe da execução idêntica à do ano anterior, eventualmente uns pontos acima, depende da evolução do resto do ano. . .....

--------- Relativamente à estrutura da dívida de terceiros, temos uma diminuição de 14,26 pontos percentuais, portanto significa que continuamos num processo de redução da dívida a fornecedores e empreiteiros, já muito significativa. Informo que durante este mês não há pagamentos atrás do mês de Abril, seja a empreiteiros, fornecedores, prestadores de serviços, portanto estamos numa situação que me parece bastante boa, não significa que existe excesso de dinheiro, há escassez de dinheiro, estamos é numa situação de um equilibro talvez como não tínhamos tido nos últimos anos.

--------- Também uma indicação das obras adjudicadas, portanto há um conjunto significativo de obras adjudicadas, os saneamentos estão em fase final de contratação, de elaboração dos respectivos contratos:.....

--------- A reconstrução do edifício na Rua Serpa Pinto designado de "Projecto Domus Universitário" são dois edifícios que foram adquiridos pelo Município, foram adjudicados os trabalhos de reabilitação por 783460.00€;.....

--------- A construção da Escola de Dança e a ampliação da Casa da Seda por 337.420.00€;.....

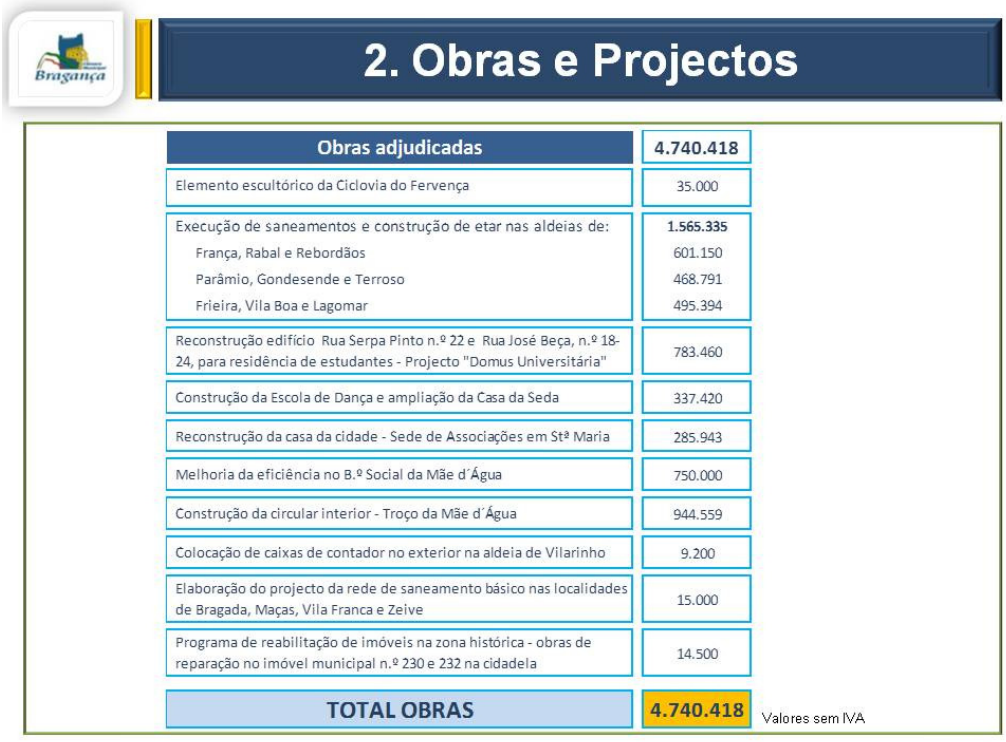
--------- A reconstrução da Casa da Cidade, sede das associações, por 285.943.00€; .....

--------- A melhoria, um projecto importante que já tinha falado à AM, a melhoria da eficiência energética no bairro da Mãe de Água, 750.000.00€, representa a beneficiação de todos os blocos do bairro social da Mãe de Água, envolvendo a substituição de caixilharia por caixilharia, com bom isolamento, com capacidade de isolamento térmico, a substituição da cobertura de fibrocimento por cobertura com isolamento, a melhoria das entradas comuns, a pintura dos edifícios e as condições de segurança. Trata-se de uma aposta no sentido de ajudar a melhorar a reduzir a factura energética

dessas famílias mais carenciadas e beneficiarem de melhores condições de conforto. Conseguimos que este projecto fosse aprovado; .....

--------- Temos a construção de mais um troço da circular interior que foi adjudicada por cerca de 1.000.000.00€; .....

--------- Temos a elaboração de novos projectos de redes de saneamento básico nas localidades de Bragada, Maças, Vila franca e Zeive, no sentido de preparamos novos projectos para eventuais candidaturas a fundos comunitários, caso surjam essas possibilidades, e também está em execussão o projecto de reabilitação do imóvel adquirido na Rua Abílio Beça, em frente ao Museu, para uma Residência Universitária. .....

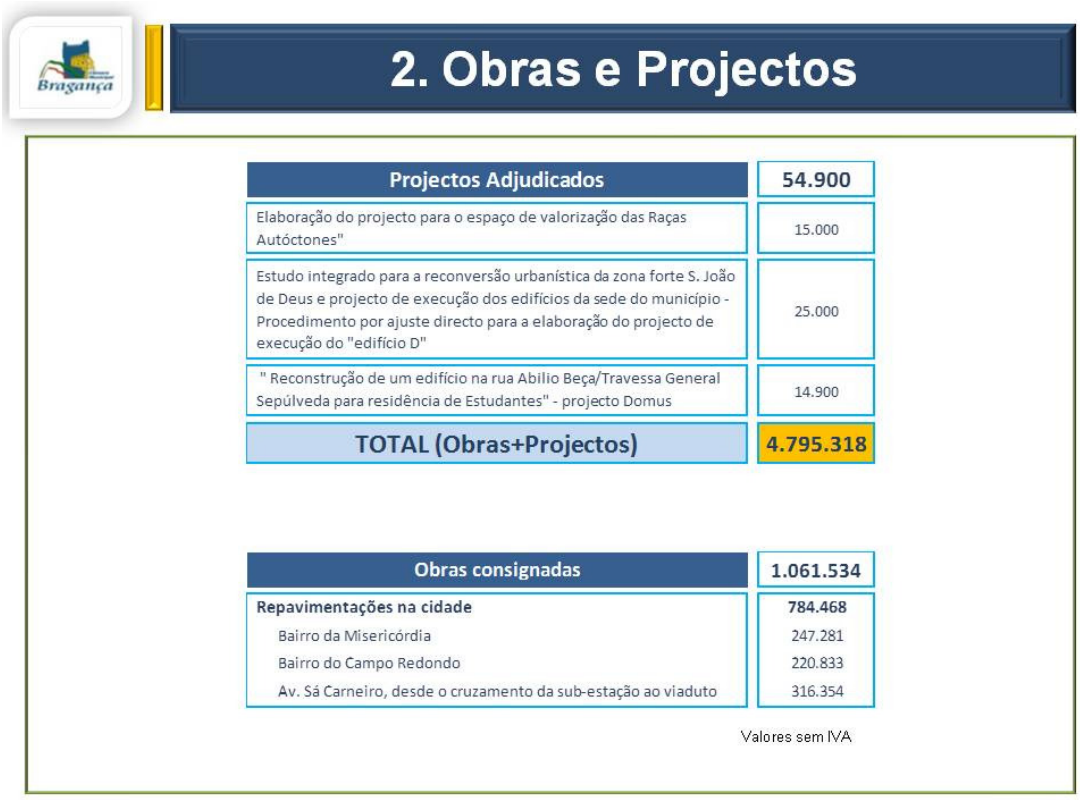


Obras adjudicadas	4.740.418
Elemento escultórico da Ciclovia do Fervença	35.000
Execução de saneamentos e construção de etar nas aldeias de:	1.565.335
França, Rabal e Rebordãos	601.150
Parâmio, Gondesende e Terroso	468.791
Frieira, Vila Boa e Lagomar	495.394
Reconstrução edifício Rua Serpa Pinto n.º 22 e Rua José Beça, n.º 18-24, para residência de estudantes - Projecto "Domus Universitária"	783.460
Construção da Escola de Dança e ampliação da Casa da Seda	337.420
Reconstrução da casa da cidade - Sede de Associações em Stª Maria	285.943
Melhoria da eficiência no B.º Social da Mãe d´Água	750.000
Construção da circular interior - Troço da Mãe d´Água	944.559
Colocação de caixas de contador no exterior na aldeia de Vilarinho	9.200
Elaboração do projecto da rede de saneamento básico nas localidades de Bragada, Maças, Vila Franca e Zeive	15.000
Programa de reabilitação de imóveis na zona histórica - obras de reparação no imóvel municipal n.º 230 e 232 na cidadela	14.500
TOTAL OBRAS	4.740.418

Valores sem IVA

--------- Como projectos adjudicados: os projectos de valorização de raças autóctones, será finalizado esta semana; o estudo integrado da reconversão urbanística do Forte São João de Deus, é um trabalho adicional correspondente ao projecto de execução do edifício D, que é o edifício dos armazéns, oficinas, transportes urbanos, serviços sociais. .....

--------- Obras consignadas ou que seja já estão a iniciar, ou em fase de inicio, respectivamente a repavimentação do Bairro da Misericórdia, do Bairro do Campo Redondo e Avenida Sá Carneiro. . .....



2. Obras e Projectos

Projectos Adjudicados	54.900
Elaboração do projecto para o espaço de valorização das Raças Autóctones"	15.000
Estudo integrado para a reconversão urbanística da zona forte S. João de Deus e projecto de execução dos edifícios da sede do município - Procedimento por ajuste directo para a elaboração do projecto de execução do "edifício D"	25.000
" Reconstrução de um edifício na rua Abilio Beça/Travessa General Sepúlveda para residência de Estudantes" - projecto Domus	14.900
TOTAL (Obras+Projectos)	**4.795.318**

Obras consignadas	1.061.534
Repavimentações na cidade	**784.468**
Bairro da Misericórdia	247.281
Bairro do Campo Redondo	220.833
Av. Sá Carneiro, desde o cruzamento da sub-estação ao viaduto	316.354

Valores sem IVA

--------- Como eventos mais relevantes, tivemos a inauguração do primeiro troço da Avenida de Bragança do Pará, com uma extensão de 1 253m, trata-se de um primeiro troço, o restantes serão feitos à medida que as necessidades de urbanização o justifiquem, sendo que a parte final a maioria será de exclusiva responsabilidade da Câmara, neste caso foi de um privado, em parceria com a Câmara Municipal uma vez que a Câmara Municipal dispõe também de lotes urbanizados já neste primeiro troço. . .....

--------- A inauguração de um elemento escultórico, alusivo à caça, na rotunda que intercepta a circular interior com a Avenida Bragança do Pará e a Avenida Luciano Cordeiro. .....

--------- Inauguração da Rua Branca Chiotte, no dia 11 de Junho, com uma extensão de 650m, lembro que imediatamente após o início de construção de uma via, impõe-se a atribuição imediata da sinalética e da toponímia, para não dificultar a entrada de projectos, enfim, há um processo administrativo complexo. . .....

--------- Fez-se a inauguração da Ciclo Via no dia 24 de Junho, Ciclo Via do Fervença com uma extensão próxima dos 3.9Km, os Sr. Deputados estiveram presentes. .....

--------- E de um bonito elemento escultórico, onde estiveram presentes vários congressistas, do Congresso EARMA .....

--------- Também na parte da cultura criámos a agenda cultural transfronteiriça, digital, é uma agenda conjunta com a cidade de Zamora, ela está disponível no site da Câmara, está disponível no site do Ayuntamiento de Zamora, e também na Fundação Rei Afonso Henriques, ou seja, em cada dia os cidadãos de Zamora e de Bragança sabem quais são os eventos que existem numa e noutra cidades, no sentido de aumentarmos o universo de potenciais beneficiários dos eventos culturais tanto em Bragança como em Zamora. Portanto esta agenda é feita mensalmente e com regularidade. .....

--------- Também informar que decorreu uma jornada Luso-Cubana, de uma semana, com uma delegação do Município de Baracoa, o Município mais antigo de Cuba, que se deslocou a Bragança, no âmbito de protocolo assinado com a Embaixada de Cuba, no sentido de esta delegação de técnicos, fundamentalmente, e também políticos, naturalmente, se inteirar das condições em que se faz o planeamento e a gestão urbanística, em que se faz a organização de sector do Ambiente, também a parte da programação cultural e a área do turismo rural, áreas que lhes interessavam. Portanto a visita dessa delegação foi organizada nesse sentido. .....

--------- O evento artes e letras que envolveu conferências, ateliers, lançamento de livros, respectivamente: "Angola Amor Impossível" de António Passos Coelho; "Tempo de fogo" de Amadeu Ferreira; "(Re) cantos de d'Amor Morto", de Rogério Rodrigues, com elevada participação e um envolvimento fundamental da Academia de Letras. .....

--------- Também foi comemorado o primeiro Aniversário da Academia de Letras de Trás-os-Montes e assinado o protocolo de cedência de um espaço no Centro Cultural Adriano Moreira para a instalação da sua sede, e apresentado o livro " A Terra de Duas Línguas: Antologia de Autores Transmontanos". A Academia de letras tem, neste momento, acima de setenta associados, portanto é um projecto que congrega os escritores transmontanos. .....

--------- Concretizou-se o nono concurso de expressão plástica, com o titulo "À descoberta das nossas raízes com Graça Morais" que envolveu 470 trabalhos de alunos de 140 escolas de todo o País, processo que decorreu entre o Centro de Arte Contemporânea e o Centro Cultural Adriano Moreira, uma participação muito significativa, com 140 escolas, sendo que muitos dos alunos que participaram e os seus professores, deslocaram-se a Bragança, vindos do Sul do País, Centro, etc. .....

--------- Também a realização da última actividade das festas de Enriquecimento Curricular, cerca de mil alunos participaram, no pavilhão, enfim na área da musica, na área do Inglês e da Educação física, com os pais, encarregados de educação, e naturalmente com a colaboração indispensável e fundamental dos agrupamentos que estiveram presentes. .....

--------- Decorreu a primeira feira de Emprego, Educação e Solidariedade, com 80 instituições participantes, processo em que a Câmara esteve envolvida, conjuntamente com o Centro Social e Paroquial de Santos Mártires, que contratualizou com o Município a implementação dum plano de desenvolvimento local, tendo por base o financiamento e um projecto por parte da Segurança Social.

--------- Ocorreu a 12.º edição do Encontro Jogos Tradicionais do Concelho, em São Pedro dos Sarracenos, com oitenta participantes, colaboração preciosa das Juntas de Freguesia. .....

--------- A XII Milha das Cantarinhas e IX Milha Escolar e VI Milha Popular, este ano com uma participação elevadíssima, o tempo ajudou, houve muita gente presente. . .....

--------- A Rampa de Bragança, 7ª edição da Rampa, que se concretizou neste fim de semana, com uma grande adesão da população, tanto na apresentação dos carros no sábado à noite na Sá Carneiro, como na prova desportiva na Serra de Nogueira. . .....

--------- Foi formalmente aberta a Rede Piloto de Mobilidade Eléctrica, sendo Bragança um dos vinte e cinco Municípios aderentes, os postos estão activos. . .....

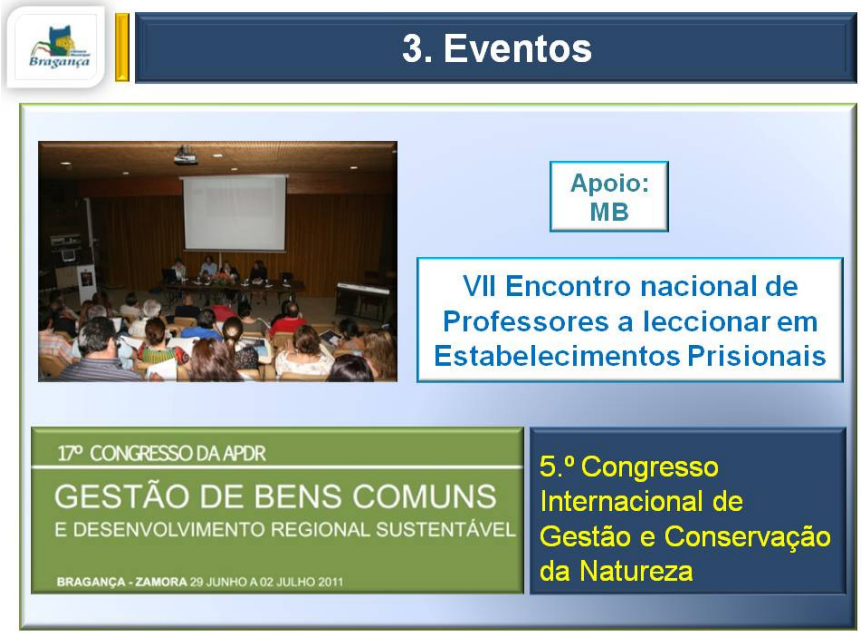
--------- Decorreu a I Feira Ibérica de Sustentabilidade, estiveram setenta expositores Ibéricos, workshops com reconhecidos especialistas Ibéricos na área da eco construção, eco energia, eco produtos, eco turismo, com uma elevada participação, uma iniciativa de parceria com a Diputación de Zamora, com uma entidade de Salamanca, com o Instituto politécnico de Bragança, e com o NERVA. .....

--------- A nível de eventos queria destacar que em Bragança reuniu a Assembleia Territorial Anual do Colégio de Engenheiros Técnicos e Obras Publicas de Castela e León Ocidental, reuniram neste espaço, aproveitaram para conhecer a Cidade e os equipamentos. .....

--------- Ocorreu o vigésimo segundo encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, um congresso com cerca de quatrocentos académicos oriundos da comunidade dos Países de Língua Portuguesa e de Macau. Foi entidade acolhedora o Instituto Politécnico, apoiou o evento o Município de Bragança. . .....

--------- Decorreu o décimo sétimo congresso da EARMA, e o terceiro Encontro de Cooperação Europa América de Gestores de Ciência, reuniu em Bragança o topo dos gestores das instituições de investigação cientifica, a nível mundial, esta entidade acolhedora foi o Instituto Gulbenkian Ciência, e o apoio do Município de Bragança. Tratou-se de uma candidatura apresentada pelo Instituto Gulbenkian Ciência e o Município de Bragança, candidatura que concorreu com a cidade Viena de Áustria, e com a cidade de Deblim. . .....

--------- Vai decorrer no dia vinte e nove, quarta e quinta-feira o décimo sétimo congresso da Associação Portuguesa Desenvolvimento Regional, sobre o tema "Gestão de Bens Comuns e Desenvolvimento Regional Sustentável", primeiro dia em Bragança, segundo dia em Zamora, sendo que esta conferência, portanto será a conferencia da APDR Portuguesa e a sua congénere Espanhola.



--------- Ao nível das Juntas de freguesia queríamos destacar a inauguração do Polidesportivo de S. Pedro de Serracenos. .....

--------- No âmbito do projecto "Dignificar o Poder Locar, Fortalecer a Cidadania", a inauguração, a quinze de Maio, do Centro de Convívio de Portela, um bonito edifício. .....

--------- A inauguração da Sede da Junta de Freguesia de Outeiro, a dez de Junho. .....

--------- E também, não o tendo dito, decorreu também em Bragança, no fim de semana, o Encontro Nacional de Professores que leccionam nos estabelecimentos pressionais, teve o apoio da Câmara Municipal, foi um encontro que decorreu pela primeira vez, com professores vindos de todo o País, e organizado pelo Estabelecimento Prisional de Bragança com apoio do Agrupamento Augusto Moreno e da Câmara Municipal. . .....

--------- Em traços gerais, a título de complemento, era esta a informação que tinha para dar aos Srs. deputados. . .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento. Há três inscrições. Tem a palavra então para o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado da CDU, José Brinquete. . .....

--------- Eu queria aproveitar para dizer a todos os Srs. Deputados que fizerem intervenções, ou que vão fazer intervenções ao longo do dia, que as têm já escritas, e portanto disponíveis, as entregar nos Serviços de Apoio à AM, que o fizessem, por favor, que isso poupa imenso tempo na audição das actas e portanto a elaboração da respectiva acta. Portanto reforço esse pedido, que temos vindo a fazer insistentemente ao longo dos últimos tempos, e que é o facto de entregarem em via digital os textos que já estão elaborados por vocês. Obrigado Sr. Deputado. . .....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, eu pretendia pedir dois esclarecimentos ao Sr. presidente da Câmara, e um ao Sr. Presidente da Junta de Santa Maria. .....

--------- Em relação ao Sr. presidente da Câmara eu gostava de perguntar quem é que actualmente define os nomes das Ruas, da toponímia. Eu penso que não há nenhuma Comissão, entretanto a Câmara continua a meter nomes nas ruas, a maioria, gente que parece que não tem relevo, aparentemente, pouco conhecida, e portanto gostava de ser esclarecido sobre isso. .....

--------- Depois gostava também que o Sr. Presidente da Câmara dissesse se acha correcto inaugurar uma rotunda com uma estrada que não tem saída. .....

--------- Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dizer-lhe que fez uma intervenção magnífica, mas o meu amigo é um homem perdido na bruma. Sabe porque? Porque V. Ex.ª é do PSD, o PSD é um dos partidos que está decidido a destruir o poder local democrático, V. Ex ª apoia a imposição da Tróica, a Tróica prevê matar centenas e centenas de Freguesias pelo País todo, e portanto eu não percebi a sua intervenção, mas como a sua intervenção é magnifica, embora contradiga o seu comportamento político ficou-me uma dúvida e eu queria-lhe colocar essa dúvida, é porque é que não transformou essa indignação toda, numa moção para que esta AM pudesse partilhar também da mesma indignação. .....

--------- Disse. . .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, a Sra. Deputada do PS, Fátima Renovato. Antes ainda intervenção da Deputada Fátima Renovato eu queria dizer o seguinte: Registo nas folhas de presença a falta de assinatura de alguns Presidentes de Junta e de alguns Srs. Deputados, eu queria aproveitar este momento para chamar a atenção dos Deputados que não fizeram a assinatura, para o fazerem. Assim diria: No PSD falta o registo da assinatura de Armando José Pereira, nos Presidentes de Junta

falta a assinatura da presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Babe, também do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gondesende, ainda do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Macedo do Mato, Sr. João Fernandes, porque destes que acabei da falar não os vejo na sala. O Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Mós, o Sr. Anselmo, falta assinar a folha, depois, se fazia o favor venha aqui à Mesa assiná-la. Ainda falta também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada Norberto Costa e o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Quintela de Lampaças, Vítor Costa. E eu verifico por conhecimento pessoal que está presente, em termos de substituição do Sr. presidente de Junta de Freguesia de Salsas, o Sr. Francisco Ribeiro, Venha aqui depois também colocar a assinatura, por favor. E são as chamadas que eu tinha que fazer, dado que registo esta falta de assinatura, e alguns por meu conhecimento presencial, estão aqui na sala, como acabei de dizer, que fizessem a respectiva assinatura para registar a presença. .....

--------- Sr.ª Deputada peço desculpa por este tempo de estar aí à espera para a sua intervenção, tem agora a disponibilidade da palavra. .....

--------- Maria Veloso – Está, não faz mal. .....

--------- Bom dia, cumprimento o Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Sr. Vereador, colegas Membros desta AM, Público em Geral e Comunicação Social.- .....

--------- Eu tenho aqui uma dúvida que já me subsiste algum tempo mas que, hoje, achei que era importante colocá-la, uma vez que o Sr. Presidente a referiu novamente, e diz respeito às pousadas ou residências dos estudantes, que estão previstas, portanto no futuro, e é uma questão que se me coloca pelo seguinte. .....

--------- Tendo conhecimento que existem edifícios desocupados que pertencem ao Ministério da Educação, ao nosso Governo, e que não têm utilidade, que estão, pelo menos um, em bom estado, neste caso estou-me a referir aos que eu conheço na Freguesia de Santa Maria, quer na Avenida do Sabor, quer na Estacada. .....

--------- Eu pergunto, então, se os edifícios não poderão ser aproveitados para residências de estudantes, ou outras utilidade que lhe queiram dar, mas neste caso concreto era residências de estudantes. Gastar dinheiro com a aquisição de outros edifícios também num estado danificado, portanto já em degradação superior! Eu só queria perguntar ao Sr. Presidente se foram feitas diligências no sentido de haver algum acordo entre o Ministério da Educação e Câmara Municipal de Bragança, é isso. .....

--------- Muito Obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sra. Deputada. .....

--------- Tem, agora, a palavra, para o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida. .....

--------- **Guedes de Almeida –** Mais uma vez bom dia. Os meus esclarecimentos, e depois de ler o que o Sr. Presidente da Câmara dissertou sobre o Estado e Vida do Município, era quais são, umas já perguntou o José Brinquete, os critérios para atribuir nomes de rua, sobre toponímia, que neste momento vigoram no Concelho de Bragança, eu refiro-me aqui em concreto, no dia 11 de Junho, à médica Branca Augusta Lopes Chiotte, se houve critérios para atribuir o nome desta rua. . .....

--------- Depois, também se verifica nisto que existem aqui mais do que preocupação pela dignidade das pessoas, que existe uma politica de preocupação economicista, e nós sabemos. E eu ia-lhe perguntar, em concreto, o que é que o levou, no âmbito do plano de contenção, no ponto 4.3 - Divisão de Mobilidade e Energia - que vá haver corte de energia, a partir de determinadas horas nalgumas artérias que são onde se faz a vida nocturna em Bragança, e que a partir de determinadas horas passem a estar às escuras, o que é um risco iminente para o aumento da criminalidade que já vai aumentando na cidade de Bragança. Portanto estas eram as perguntas que eu deixava ao Sr. Presidente da Câmara. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, para formular o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado do PS, Luís Filipe Fernandes. .....

--------- **Luís Fernandes –** Muito bom dia a todos, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador, Ex.ª Mesa na pessoa do Sr. Presidente, e Vogais, e Caros amigos, a todos muito bom dia. ....

--------- A pergunta que eu faço é dirigida à Mesa e vem na sequência duma luta que encetámos aqui há alguns tempos, na reforma do consumo de papel nesta AM. Eu fui um dos que, e penso que estão aqui mais pessoas que também o fizeram, que aderimos à modalidade de receber por email as comunicações e para espanto mandaram-nos, por correio, a acta. Eu gostava de saber porque é que razão já que é um documento que, esse sim, convêm estar arquivado no ficheiro e não em papel. E continuando, ainda gostava de ver aqui, um dia, papel reciclado também nesta AM e não papel branco, está bem? .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Estão terminados os pedidos de esclarecimento, e eu pedia então ao Sr. Presidente de Câmara que pudesse fazer as respostas às questões que foram reformuladas, e enquanto o Sr. Presidente de Câmara não chega junto do Microfone, naturalmente deveria por começar por

responder ao Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes da seguinte forma: de facto vinham para esta acta um conjunto de ficheiros bem pesados, digamos, havia dúvidas se havia capacidade de os Srs. deputados abrirem aqueles ficheiros ou dispor dos meios e dos programas necessários para abertura destes ficheiros, e nessa dúvida, nessa dúvida, informação dos serviços técnicos daquela área de informática, foi tomada a decisão de enviar em papel este material, foi uma intenção já à posteriori nessa matéria. Portanto ficou essa questão. .....

--------- Mas eu queria aproveitar este tempo de resposta para reformular e na sequência do que disse o Sr. Deputado Luís Filipe, reformular junto dos Srs. Deputados que inicialmente se inscreveram uns poucos dos Srs. deputados para receberem as comunicações via email, mas foram acontecendo desistências, e eu gostaria de, hoje, novamente chamar a vossa atenção para que houvesse uma vontade crescente e não decrescente da vossa parte para receberem os documentos via email. .....

--------- Saúdo a Câmara Municipal, porque desde a última intervenção da parte da Mesa aqui da AM em que foi solicitada à Câmara que os respectivos anexos viessem também pela forma digital, hoje a CM tem enviado toda a documentação dessa forma, o que facilita o trabalho naturalmente dos Serviços de Apoio, não temos é registado do vosso lado, Srs. deputados, uma intenção, uma vontade crescente, em termos de número, para receberem a documentação via e-mail. E ainda queria acrescentar que alguns de vocês que mostraram a intenção de receber os documentos via e-mail, que têm vindo depois aqui no próprio dia da AM solicitar os documentos em papel, e eu disse já aos serviços, a partir de hoje todos os seus Deputados que pediram documentação via e-mail, não daremos segundas vias aqui, percebam que há de facto uma vontade de poupança, que até foi motivo de deliberação desta AM no ano passado, e portanto queria reformular este apelo, peço-vos, dirijam-se aos serviços de apoio e coloquem o vosso nome numa lista de Deputados que pretendem receber a documentação via e-mail, e não peçam segundas vias, todos aqueles que optaram por esta solução. . .....

--------- Era isto que eu queria dizer aproveitando a questão que foi formulada à Mesa, em boa hora, pelo Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes. .....

--------- Sr. Presidente, eu peço desculpa, pode colocar as respostas necessárias às questões formuladas. .....

--------- **Presidente da Câmara –** Questões colocadas pelo Sr. Deputado José Brinquete: .....

--------- O nome das ruas é definido pela Câmara Municipal, relativamente aos critérios de atribuição de topónimos, no caso concreto os dois últimos a fundamentação está nas actas de Reunião de Câmara, não vou repeti-los, acho que está suficientemente fundamentada essa atribuição. .....

--------- A inauguração de uma rotunda, temos uma Comissão de Toponímia que foi reestruturada, estamos num processo de reorganização, reestruturação do dossier relativo à toponímia, que pensamos proximamente consolidar e colocar todo o processo em suporte digital no sistema de informação geográfica do Município, para que cada cidadão que necessite de consultar qualquer informação de localização aceda, ao nome da rua já acede, mas aceda simultaneamente à informação que sustenta a atribuição desse topónimo. . .....

--------- Quanto à questão da inauguração da Rotunda sem saída, a rotunda tem saída, José Brinquete, peço desculpa, a gente tem que ser correcta, tem saída para o Bairro do Pinhal, tem saída para o Bairro de São Tiago, tem saída para a área de construção que vai ser iniciada. Note que já foram entregues projectos na Câmara para construção e a rua tem que ter um topónimo, o construtor ou o promotor tem que saber onde é que se localiza, ou onde é que a Câmara lho localiza, sobre o ponto de vista de toponímia, o seu projecto, tem que ter um número de polícia, o processo tem de iniciar dessa forma, e sairá um conjunto de certidões à propriedade horizontal, a colocação da direcção em documentos de pessoas e famílias que vão residir para esse espaço, portanto não podemos desleixar o processo da toponímia. Foi, de resto, connosco, na Câmara Municipal, que se fez o grande avanço na toponímia, que foi atribuir topónimos, de forma extensiva a imensas ruas da cidade, a ausência de toponímia dificultava imenso a vida aos carteiros e naturalmente aos cidadãos que não recebiam de forma correcta a sua correspondência e portanto não vamos deixar degradar esse processo. . .....

--------- Também essa mesma rotunda tem uma nova saída para Norte, em direcção ao novo cemitério que está em construção, uma parte, outra está adjudicada, mais de cerca de um quilómetro, que ligará já um loteamento que está habitado, há uma lógica para as coisas, admito assim, não tem a última saída, ou seja de quatro falta uma, mas três existem e essa outra não é uma prioridade, não é uma prioridade, que o Município não tem condições financeiras para poder estar a continuar a Avenida desnecessariamente neste momento, há outras prioridades financeiras. . .....

--------- A questão do projecto Domus Universitário, o Município envolveu-se nesse projecto, que neste momento com três edifícios que adquiriu, a reabilitação de dois está entregue, o terceiro edifício precisamos candidatá-lo a fundos comunitários, porque enquanto não tivermos esses apoios não avançaremos com esse projecto, representa alojar cerca de sessenta e cinco estudantes no

centro histórico, estudantes em regime de Programa Erasmos, o Centro Histórico precisa de alojar cento e cinquenta ou duzentos, duzentos e cinquenta, há espaço para que no âmbito do aproveitamento correcto do património existente, particularmente aquilo que o Estado tem abandonado e para o qual não tem ainda nenhuma alternativa, apesar de haver serviços mal instalados na cidade: o Comando Operacional de Operações de Socorro, a nível distrital, não tem condições, há nãos que lutam para encontrar instalações condignas; o Parque Natural de Montesinho não tem instalações condignas, não faltam soluções para aproveitar, era preciso era que, já alguém que tem responsabilidades a nível da Administração Regional ou Central o tivesse feito, o Município já fez algumas diligencias. . .....

--------- Sr. Deputado Guedes de Almeida, os critérios da atribuição de topónimos são do Município, e recomendo-lhe a leitura da acta da reunião de Câmara, particularmente no diz respeito à questão da atribuição do topónimo Branca Chiotte. .....

--------- O corte de energia nalgumas das principais vias de penetração na cidade, a partir das duas da manhã, salvo o erro, em 50% significa estar desligado uma fase, não perturba absolutamente nada as condições de circulação nem segurança, tivemos o cuidado de não desenvolver esta operação em zonas em que o património e a presença das pessoas na rua para lá das duas da manhã, particularmente os jovens que saem mais tarde dos bares e discotecas, não estivessem em risco, portanto fizemo-lo com prudência, com a perspectiva de economizar energia, e vamos ter que continuar a faze-lo tal como fazemos para as fontes luminosas. Hoje as fontes luminosas têm horário de Verão, tem horário de Primavera e Outono, e tem horário Inverno e tem períodos que estarão simplesmente desligadas, não é por avaria, estão desligadas para poupar energia, não justifica tê-las a funcionar. Portanto estamos nesse processo, vamos continuar a faze-lo, na cidade, nas aldeias, para tudo o que pudermos economizar, estamos a faze-lo relativamente a recursos que não dispomos. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Vamos abrir, agora, o período de intervenções. Inscrições para intervenções? .....

--------- Tem a palavra para o primeiro período de intervenções, o Sr. Deputado do PSD, Carlos Cadavez. . .....

--------- Na lista de inscrições temos: Carlos Cadavez; do PS, Fátima Renovato; do PSD, Maria do Amparo Alves; CDU, José Brinquete; Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo, e do CDS/PP, Guedes de Almeida. São as inscrições que temos neste momento. . .....

--------- Sr. deputado, tem a palavra. .....

--------- **Carlos Cadavez** – Exmo. Sr. Presidente da AM e respectivos Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança e Sr. Vereador, Exmos. Srs. Presidentes de Junta e Srs. Deputados Municipais, Publico em geral, Imprensa. . .....

--------- Cabe-me fazer um registo sobre as actividades da Câmara nesta primeira parte do ano, e nesta altura a Câmara Municipal de Bragança cumpriu em 38,10% a execução do orçamento, no que diz respeito à receita, e em 34,85% em relação à despesa, fácil será de calcular que, mais uma vez, vamos executar o orçamento em 2011 entre os 80% e os 100% como tem sido apanágio nos últimos anos. -- .....

--------- Temos a ressalvar que a evolução da dívida a terceiros sofreu uma diminuição de 2 164 921.00€, ou seja menos 14,26% comparativamente a um de Janeiro deste ano. .....

--------- A divisão administrativa teve a sua actividade normal e positiva, trabalhando bem, assim como o Departamento de Educação Social e Cultural. Vale a pena desfiar e ler todas as actividades para nos apercebermos de tanto esforço desempenhado em prol da comunidade que servimos. .....

--------- No Departamento de Obras e Urbanismo mais uma vez somos prendados com a abertura de vários concursos, oito de valor de mais de dois milhões de euros. Há um enorme volume de obras a nascer e outras que neste período tiveram o seu término e a respectiva inauguração. Apetece-me aqui referir uma frase já dita, por várias vezes, pelo nosso Presidente da AM - Nunca em Bragança se fez tanta obra em tão pouco tempo - eu apenas acrescentaria na minha modesta opinião - e muito bem feita. Opiniões contrárias sempre as houve e ainda bem, pois valorizam as obras realizadas e cumpre-se a democracia, o que interessa são as obras bem feitas e que sejam valorizadas pelos nossos cidadãos e por quem nos visita. .....

--------- E para finalizar tenho a referir mais dois pontos, sou da opinião que a Divisão de Mobilidade e Energia está a proceder correctamente quando num período difícil que atravessamos em Portugal, procede de forma a pouparmos a energia, deve continuar nessa senda, e assim como noutros Municípios procedam de igual modo, para não pagarmos tantos euros de energia ao estrangeiro. .....

--------- No segundo ponto, referir um congresso que decorreu em Bragança de vinte e dois a vinte e quatro de Junho e o III Encontro de Cooperação Europa América, de Gestores de Ciência. Foi organizado pela Câmara de Bragança, pela Associação ERMA e pelo Instituto Gulbenkian da Ciência, e financiado pelo Programa Operacional da Região Norte. Centenas de administradores, gestores e directores de institutos de investigação, e outras entidades, estiveram em Bragança. No âmbito do congresso foi inaugurada a ciclo via do Fervença e um elemento escultórico. .....

--------- Em relação isto apenas me acresce dizer aquilo que o Presidente do Instituto Politécnico referiu à empresa, estas obras engrandecem o Instituto Politécnico em particular, e a Cidade de Bragança no geral. .....

--------- São estas iniciativas que engrandecem Bragança. .....

--------- E por último, os Srs. Deputados, pelo menos a maior parte perdeu um grande espectáculo de fado da artista Cátia Guerreiro, eu faço um apelo, a começar por mim, para que em iniciativas desta envergadura os Srs. Deputados e Presidentes de Junta marquem a sua presença, pois só tem a ganhar culturalmente. .....

--------- Tenho dito. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, a Sra. Deputada do PS, Maria Fátima Renovato. .....

--------- Maria Veloso – Cumprimento novamente todos os presentes. Relativamente à resposta do Sr. Presidente do Município em relação à dúvida apresentada, eu sinceramente não fiquei satisfeita com a resposta porque acho que não foram feitas as diligências necessárias. O Sr. Presidente diz que do Governo Central também não houve interesse em fazê-lo, mas a verdade é o Presidente do Município que conhece as condições em que vivemos, que conhece a cidade, que conhece o que precisamos e que conhece aquilo que pode ser utilizado e reaproveitado. E com base nisso acho que deve continuar a insistir-se, não devemos desistir de poupar dinheiro, e neste caso é poupar dinheiro, e portanto acho que é uma desculpa com o passado que certamente irá acontecer muitas vezes - os que lá estiveram não fizeram, os que lá estiveram não deixaram, os que lá estiveram impediram, etc. etc. Eu espero que isso não aconteça, porque não interessa o que passou, já foi debatido e rebatido, já fomos julgados, se é que fizemos mal e do que fizemos já fomos julgados, estou a falar concretamente no Governo do PS, como é evidente, e portanto espero que isso não seja desculpa para nada, que se trabalhe no sentido de ultrapassar aquilo que está mal, e portanto de reaproveitar aquilo que temos e tornarmos a cidade cada vez mais atraente e mais agradável. . ....

--------- Também queria aqui dizer o seguinte, portanto nós temos ali uma imagem da ciclo via, não há dúvidas que a ciclovia está bonita, embora não concordássemos com a construção, e eu digo pessoalmente e o meu grupo, pela exagerada verba que se iria despender, mas segundo olho para aqui parece que afinal os dois ciclistas não sei se irão chocar, se não, é provável que não. Esta, está.....

--------- E só queria pedir uma coisa ao Sr. Presidente, uma vez que ela se tornou uma realidade, que haja atenção à manutenção daquilo que é agradável, e que haja vigilância, porque realmente nós estamos num momento muito difícil, e acho que esta cidade, não sei se estou a dizer aquilo que

todos sentem, mas penso que sim, o vandalismo é cada vez maior, todos os dias de manhã são coisas que chocam qualquer pessoa que passa, mas que vontade em atirar com o abjecto que está a embelezar a cidade, que vontade em partir vidros, que vontade em danificar lâmpadas, que vontade em danificar caixotes do lixo! Quer dizer, é um vandalismo que não se compreende. Não há vigilância, não pode ser, há qualquer coisa de noite que falha aqui e que é necessário tomar medidas neste sentido, porque nós não temos muito, mas o que temos, temos que conservá-lo e estar atentos, e portanto em relação à ciclovia, em relação a bancos onde as pessoas podem descansar, onde as pessoas podem tomar um pouco de ar fresco nestas noites quentes de verão que provavelmente vão continuar. Há aparelhos colocados ali junto à ciclovia nomeadamente no Jardim José de Almeida, naquele café que agora também foi inaugurada lá uma parte envidraçada mas que não funcionam. .....

--------- Há lá um objecto extremamente agradável para as crianças, onde tinha água, que as crianças brincavam e que era muito interessante, que se passavam ali tempos agradáveis e que agora já nem água tem, mas eu passo ali várias vezes, e não funciona porque? Há muito tempo que os bebedouros não têm água, as pessoas tem sede, vão no seu circuito, querem passear, não tem água para beber, quer dizer são coisas que eu penso que não é difícil resolver, o que é preciso mais um bocadinho de atenção, que provavelmente há serviços na Câmara que estão incumbidos de o fazer, pronto era só um alerta para bem de todos nós porque gostamos da nossa cidade. . .....

--------- Mas o que me trazia aqui fundamentalmente é a apresentação de uma moção que surgiu pela preocupação exactamente que temos pela nossa cidade e chamar pessoas ao centro da cidade, aos edifícios, ao convívio, portanto voltar ao passado, encontrar gente na rua para conviver, para se conversar.....

"MOÇÃO

--------- O Grupo Municipal do Partido Socialista entendeu ser importante a apresentação desta moção pelos seguintes motivos:.....

--------- O Centro da Cidade cada vez menos é um local de encontro e de convívio, não se vêm pessoas;.....

--------- Os turistas apercebem-se dessa realidade e ficam com uma imagem negativa que é urgente alterar; .....

--------- O comércio local lamenta-se, e com razão, sobreviver muitas vezes apenas na expectativa de dias melhores;.....

--------- Qualquer cidade tem uma esplanada de Inverno ou Verão para tomar um café com um amigo e é importante que isso aconteça. É importante criar espaços onde as pessoas se possam encontrar, caso contrário a aposentação torna-se um pesadelo;.....

--------- A prestação de serviços nas esplanadas, nem sempre é o melhor, compreensível, o movimento não dá para pagar serviços;.....

--------- No Orçamento da Câmara Municipal nem se dará conta, mas no dos proprietários temos a certeza que sim. .....

--------- Por tudo o exposto apresentamos a seguinte moção: .....

--------- Que o Senhor Presidente da Câmara Municipal mande suspender a taxa que tem sido exigida aos proprietários dos cafés, pela ocupação do espaço pelas explanadas, ainda que mantendo as mesmas regras, e delimitando o espaço para as pessoas passarem. .....

--------- Esta moção ao ser aprovada deverá ser enviada à Comunicação Social" .....

--------- A Membro da Assembleia Municipal,

--------- a) Fátima Renovato"

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr.ª Deputada. .....

--------- Srs. Deputados, temos aqui uma moção, algum dos Srs. Deputados pretende fazer algum pedido de esclarecimento sobre a moção? Colocaria também depois a questão à Câmara Municipal. ...

--------- Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé, para pedido de esclarecimento. .....

--------- Paulo Xavier – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa AM, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Membros da AM.....

--------- A única pergunta que eu queria fazer à destinatária desta Moção, é que, qual a contrapartida em que, ou a responsabilidade, que tem o dono da esplanada, ou seja, o dono da esplanada está a pedir uma isenção, correcto? Agora a minha pergunta vai de encontro a qual a responsabilidade que ele tem sobre essa isenção, ou seja, na qualidade tem obrigatoriedade funcional durante todo o ano, ou não? Era isso que gostaria que estivesse aqui explícito. .....

--------- Obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. .....

--------- Sr.ª Deputada Fátima Renovato, queira fazer o favor de responder a este pedido de esclarecimento formulado pelo Sr. Presidente da junta da Sé. .....

--------- **Maria Veloso –** Eu não sei se tudo na vida tem que ter uma compensação, neste caso acho que a compensação será proporcionar, ou seja, quem se sente compensado seremos nós, que temos um espaço que pode ser chamar pessoas para os locais onde habitualmente não existe ninguém, agora compensação, poderão depositar uma caução no caso de estragar, para danos materiais, agora o que se pretende é que lhe seja permitido porque são tão poucos, isto no inverno já se sabe que não é viável nas condições em que estamos, isto são dois meses de Verão, sei que há esplanadas que nem sequer colocam mais cedo, porque dizem que a taxa é elevada - eu não vou colocar esplanada porque eu não ganho para pagar o local onde eu coloco as mesas - as mesas são dos proprietários. .....

--------- Agora eu coloco a moção para efectivamente ser analisada, ponderada e compreendido o objectivo com que ela é colocada, não sei que tipo de dúvidas, a única coisa que eu vejo é deixar uma caução se os serviços Municipais o entenderem, portanto para assegurarem alguns danos, mas mais danos dos que fazem os "vândalos" que andam por aí nesta cidade, não devem existir. .....

--------- Obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputada. .....

--------- Eu pergunto, agora, à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, se pretende dar algum esclarecimento ou fazer uma intervenção sobre esta moção? .....

--------- **Presidente da Câmara** – Não é habitual intervir em moções, mas quero deixar a seguinte reflexão para a AM. Hoje a cidade tem muitos pontos alternativos de convívio, portanto hoje a cidade não vive só com o centro da cidade, vive com outros centros, seja na zona da Braguinha onde está muita população jovem e que também há muitas esplanadas, cafés, vive na zona envolvente o Instituto Politécnico onde não há um espaço disponível e as esplanadas estão sempre cheias, com os bares, vive na zona do Eixo Atlântico, enfim, vive noutras zonas, a cidade hoje tem outra atractividade e outras condições de permitir às pessoas de usufruir o dia e a noite que não tinha no passado, no passado tudo se concentrava no centro na cidade, o centro da cidade é por natureza o centro digamos de identificação primeira daquilo que é a cidade, mas durante o dia o horário de trabalho das pessoas não é coincidente com o horário dos turistas, as pessoas têm que trabalhar também ao longo do dia, há pessoas que têm disponibilidade de andar na rua às compras, a observar, a passear, a conviver, há outras que têm que estar nos seus locais de trabalho. Por outro lado a nossa cidade não é uma cidade com cem mil habitantes, se a nossa cidade tivesse o triplo ou

quádruplo da população teoricamente todos os centros da cidade e particularmente o centro histórico teria sempre muita mais gente, ou seja, eu acho que é preciso perceber a realidade e não forçar o impossível. .....

--------- Por outro lado também me parece o seguinte: o orçamento da Câmara Municipal está sob contenção muito forte, como o orçamento de todos os Municípios do País, e portanto é fácil apresentar propostas para anular receitas, ou para fazer despesa, não para criar receita, quer dizer é preciso que os equilíbrios se mantenham, não é? O País não chegou ao estado em que se encontra por acaso, é porque é mais fácil a tendência de fazer a despesa, ao contrário de arrecadar as receitas. .....

--------- Por outro lado eu pergunto, porque considerando que a cidade já tem outra capacidade de resposta, digamos mais alargada do que é o centro da cidade, pergunto: Porque não isentarem então também as esplanadas dos cafés do bairro do Campelo, e tantos outros bairros? Porque não isentar outras actividades económicas? Quer dizer, em última estância seríamos conduzidos ao desequilíbrio completo do orçamento da Câmara, isto teoricamente no abstracto, não quero minimizar a proposta, longe disso, mas seriamos conduzidos a uma situação dessas? E o Município respondia com quê àquilo que são as exigências básicas de satisfação à população, como seja a limpeza urbana, abastecimento de água, tratamento de esgotos e o resto, a parte escolar, educativa, tudo! Tem que haver equilíbrio. É só essa reflexão que eu queria deixar. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Intervenção? Faça favor, Sra. Deputada. Também vamos abrir agora o momento, também de intervenções, e portanto penso que caberia a sua intervenção dentro deste espaço. Portanto sobre esta matéria, sobre a moção colocada aqui pelo PS para discussão deste plenário, pergunta a Mesa - inscrições para intervenções sobre a Moção? .....

--------- Fátima Renovato, Rui Correia, Paulo Xavier, Hugo Pereira, Guedes de Almeida, Manuel Pires e José Lourenço. Se a Mesa não captou todos os pedidos de inscrição, por favor corrijam-nos. Bom tem a palavra então em primeiro lugar a Sra. Deputada do PS, Maria Fátima Veloso .....

--------- Maria Veloso – O Sr. Presidente foi-se embora, portanto não me irá ouvir, não é? Portanto eu também não posso estar aqui à espera, ouvem-me os Srs. Deputados e os Senhores, e registam. . ..

--------- Pois cada um pode ter, pode ir onde quiser. O problema aqui é o seguinte: é preciso que as pessoas compreendam e volto aqui ao mesmo, quando me falam que a Câmara tem o seu orçamento e eu olho para a Ciclovia e contabilizo o que se gastou, não digo por quilómetro, digo por metro, por amor de Deus não me falem em dinheiro, não me falem em dificuldade financeira,

porque isso não é aceitável, não é minimamente aceitável. Agora eu pergunto - há outras alternativas? Sabemos que há outras alternativas! Gosto muito do Jardim da Braguinha, gosto muito do Eixo Atlântico, mas isso não é aquilo que falamos, o nosso centro da cidade, a nossa Zona Histórica é bonita, é preciso dar a conhece-la, isto é que é Bragança, não é? .....

--------- Quem chega aqui diz assim: Olhe! Desculpe, onde é que é a Quinta da Braguinha? Onde é o Jardim da Braguinha? Onde é o Eixo Atlântico? E a gente ensina-lhe, mas ensina-lhe porque nos perguntaram no Centro, quer dizer, não é retirar pessoas do centro da cidade, as pessoas têm alternativas, têm sim, mas o centro da cidade não tem ninguém, enquanto que a Braguinha, porque moram ali muitas pessoas, porque vivem, e repito, muitas pessoas que querem descontrair, vêm para a rua tal qual com os calções como andam à vontade, em casa, e querem relaxar e vêm para a Quinta da Braguinha e vão para o Eixo Atlântico, mas é preciso que as pessoas entendam, não é isso que se pretende, e eu acho que todos os colegas Membros da AM entenderam qual é a minha intenção e tenho a certeza que têm consciência que isto é uma realidade e que temos que fazer qualquer coisa para utilizar a Praça Camões, que não tem nada, que é uma "eira", desculpem, poucas coisas se fazem lá, quando se fazem é um calor que ninguém consegue estar lá, que é no Verão, por amor de Deus não me venham com desculpas, e eu penso que não faz qualquer sentido. ...

--------- Portanto eu peço que pensemos na cidade, pensemos nas pessoas que ainda estão abertas e têm os seus comércios, os seus cafés instalados no centro da cidade, porque é um hábito e esperam dias melhores porque eles não ganham para pagar aos funcionários, e acho que isso também no meio de tantos milhões não é nada. .....

--------- Obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr.ª Deputada. .....

--------- Tem, agora, a palavra o Sr. Presidente da Junta da Sé, o Sr. Paulo Xavier, para a sua intervenção. .....

--------- **Paulo Xavier** – Uma vez mais, bom dia. Eu entendo a Deputada e compreendo, e de facto num sentido muito estrito eu diria o seguinte: Estou consigo, repare, estou à vontade para o dizer, acontece porem que não pode ser particularizado ao Centro Histórico, ponto nº 1. .....

--------- Ponto nº 2 - É importante ver a cidade pelo menos dessa forma muito mais abrangente, a suposta isenção teria que ser não só no centro da cidade como também a todo lado da cidade, mas espere, mas espere só um momentinho, repare só naquilo que eu lhe digo, isto é uma questão de equidade, mas, segundo ponto, que é importante também aqui, falarem com toda a clareza, eu que sou apologista de trezentos e sessenta e cinco dias de esplanada, e tenho conhecimento mais que

empírico, na Europa toda, mas toda, desde os Nórdicos ao Sul, que o elemento mais conquistador em termos turísticos são as esplanadas, e eu há bocadinho falei-lhe, as esplanadas, qual a responsabilidade? Não a responsabilidade tu dá cá, e eu dou cá, não nesse sentido, um sentido muito mais lato, é o sentido do bem e o bem-estar para o cidadão, repare, os Nórdicos têm esplanada todo o ano. .....

--------- Se me disser assim – vamos-lhe fazer uma proposta, ao Município, no sentido de lhe facilitar toda a esplanada durante todo o ano, e quem merecer em termos de qualidade, de conforto para o cidadão, ser isentada, porque é uma mais valia eu poder chegar ao centro cívico, seja na Braguinha ou seja onde é que for e poder tomar um café no rigor do Inverno, e quente. Minha cara amiga eu voto a favor cem por cento. .....

--------- E diz aqui sobre alguns gastos supérfluos ou não, depende do ponto de vista, de que análise direccionar a verdade, a verdade é só uma, é que se há gastos supérfluos o Município terá que dizer quais são, aqui citou alguns, bem, podíamos aqui dissertar sobre eles, agora há uma coisa que é importante. .....

--------- Primeiro - Tem que haver equidade. .....

--------- Segundo - A tal responsabilidade e eu dizer-lhe-ia, e estou consigo, até, se assim o entender, de trabalharmos juntos nalguma questão de moção, uma moção vale o que vale, já foram aqui aplicadas tantas e os resultados foram aqueles que são, de podermos nós e mais alguém desta AM, sem custos, trabalhar com uma Comissão, sem custos para o Município, no sentido de fazermos o quê? Elaborarmos um caderno, caderno esse que fosse ao encontro efectivamente da tal responsabilidade e trazíamos aqui ao debate da Assembleia, com o conhecimento em primeiro lugar ao Município, uma questão de respeito, para debate, enriquecimento e até quem sabe um bom elemento para podermos dar aos nossos concidadãos e aos empresários, que aquilo era uma mais valia, mas sempre direccionado ao conforto do cidadão, mais do que isso poderíamos fazer aqui só uma Moção, vamos votar a favor, ou contra, penso que podíamos fazer e trilhar bom caminho, eu, com a Sr. deputada e com quem mais quiser aqui, poderemos trilhar esse caminho, essa é a minha opinião independentemente da moção que está apresentar ou não, da minha parte se a retirasse poderíamos ganhar no futuro, podíamos trabalhar de maneira diferente, que eu reitero efectivamente esse pensamento de forma diferente, clara e abrangente, essa é a minha opinião, respeito a sua como respeito a de todos, aqui, de todos os elementos de toda AM. .....

--------- Disse. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé. .....

--------- Tem a palavra o Sr. Deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida. .....

--------- Guedes de Almeida – Sobre este ponto eu ficar-me-ei pelo meio caminho, entre a proponente da Moção e a posição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sé. No entanto é um facto e aqui o elemento de reflexão, que aqui o Sr. Presidente trouxe, julgo que também não tem cabimento, porque efectivamente existem também isenções para pagamento de taxas de construção na zona histórica da cidade, portanto aqui já há isenções para determinados locais geograficamente colocados na cidade de Bragança, e é dentro deste princípio e também atendendo à situação de crise que eu julgo que há que apoiar os comerciantes que se localizam nas partes mais esquecidas, e eu chamo-lhe mesmo mais esquecidas da cidade de Bragança, que, neste momento, são um deserto, porque quem vem a Bragança efectivamente não vem à quinta da Braguinha, não vai ao Eixo Atlântico, vem ver a Sé, quer ver o Castelo, quer ver a Domus e quando chega aqui dá-lhe a ideia que está na Bósnia depois de todos os bombardeamentos, porque efectivamente mostra-se aqui, e eu fazia aqui desafio ao Sr. Presidente da Câmara, conforme mostra estas imagens bonitas acabadas de tirar fotografias, recentemente inauguradas, que nos trouxesse aqui um documentário fotográfico ou de filmagem sobre a Zona Histórica da Cidade, sobre aquilo que é efectivamente Bragança, é que quem tem memória de Bragança não tem memória da Braguinha, nem tem memória de nada, tem memória da Praça da Sé, da Rua Alexandre Herculano, da Rua Direita, da rua de Trás, da Costa Grande, da Costa Pequena, isso é que deve ser mostrado, o que é hoje, e a partir daí mudar-se-ia, e eu julgo, e aqui também, que a competência é desta AM, não era do Sr. Presidente da Câmara. .....

--------- Esta Assembleia poderia, quando muito, aqui, hoje, deliberar e alterando a Moção, porque faz parte da Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal, que são aprovadas pela AM e não pelo Sr. Presidente da Câmara, de aqui poder suspender ou reduzir as taxas para aqueles comerciantes da actividade hoteleira que têm a sua actividade precisamente em determinadas zonas a definir, mas eu acho que se poderia aplicar a todos os estabelecimentos comerciais no caso do sector de hotelaria que são abrangidos já pela isenção de taxas e licenças para construções e urbanismo, acho que seria uma compensação precisamente para quem está a apostar, teima em teimar lutando contra todas as *vicissitudes* e tem a sua actividade aqui na Praça da Sé que obviamente não tem ninguém porque não há condições para ter ninguém, para as pessoas aqui virem. .....

--------- Efectivamente quem conhece o problema das esplanadas e da qualidade, isto também passaria por efectivamente também agora não serem atribuídas licenças de utilização de esplanadas a alguns operadores hoteleiros porque efectivamente também não têm condições nenhumas,

algumas são ao *esturreiro* do sol, ocupam o espaço público, ocupam mais, não tem condições, não há mais valia para o utente, para o cliente, não são atractivas, são apenas para os moradores, acho que esta proposta tem mais a natureza da componente económica, isto é, de ajudar e de reactivar e dinamizar a zona histórica das cidade e nesse aspecto os grandes agentes são quem teima pela sua actividade profissional, no caso da actividade comercial em continuar a fazer a sua vida numa cidade que parece condenada, à partida, e nesse aspecto eu propunha se pudesse ser reformulada, que esta AM deliberasse uma isenção ou uma redução da taxa sobre utilização de esplanadas, para os espaços que são já abrangidos pela isenção no âmbito das taxas sobre edificação e construções, que já está em vigor no Município de Bragança. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. Lembro que a questão que colocou agora fica algo prejudicada, o teor da moção que está em discussão traduz-se no texto que foi elaborado pelo PS. .....

--------- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Rui Correia. .....

--------- **Rui Correia –** Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Autarquia, Sr. Vereador, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral, a todos muito bom dia. .

--------- Eu concordo, em parte, com as preocupações da Deputada Fátima Renovato, de facto acho que é bom termos boas esplanadas, todos nós gostamos, seja de Verão, seja de Inverno, agora o grupo municipal acha que tem que haver regras e achamos esta proposta muito vaga. .....

--------- Respondendo um bocadinho ao que disse o Deputado Guedes de Almeida, de facto as taxas são aprovadas por esta Assembleia, mas é sob proposta da Câmara. .....

--------- Tendo em conta que o orçamento de dois mil e onze já foi fechado e aprovado por nós, e o Verão já vai praticamente a meio, penso que é extemporâneo agora estarmos aqui a fazer uma proposta deste género. .....

--------- Quando falamos em regras bem definidas, de facto não podemos saber qual é o centro, temos de saber ao certo onde é o centro, se o Eixo Atlântico também tem ou não direito a essas reduções ou isenções e portanto propunha que estas regras fossem elaboradas pela Comissão de Economia já criada dentro desta Assembleia. .....

--------- O que eu propunha ao PS era que retirasse esta Moção ou a transformasse numa recomendação ou então iremos, de facto, votar contra, porque parece-nos muito vaga. .....

--------- Obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, o Deputado Hugo Pereira. .....

--------- **Hugo Pereira –** Muito bom dia a todos, bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Presidentes da Junta, Srs. Deputados da Assembleia e restantes. .....

--------- Nós vimos aqui manifestar que realmente este sector é um sector que vive em crise e que há um inúmero de comércio, estabelecimentos pequenos, nomeadamente os cafés que com a crise que está a decorrer têm tendência a vir a fechar, não só pelo motivo das esplanadas, é mesmo pela falta de gente e é obvio que esta altura do ano, o Verão, as esplanadas são uma mais valia a este sector. Sendo assim, o Movimento Sempre Presente vai estar a favor da Moção apresentada. Esta medida só me resta dizer que deve ser alargada não só à Zona Histórica mas a toda a zona da cidade, porque também estarmos a favorecer só uma zona não seria, de todo, correcto, para estarmos a favorecer uns temos de favorecer os outros e todos deverão usufruir de tal. .....

--------- Quanto ao Sr. Presidente da Sé, ele disse há bocado, e bem, que os Nórdicos que tomam café na esplanada, de Inverno, eu também gosto muito de ir beber ali um copinho em Espanha, quando posso. A Zona Histórica deles é composta por bares, não está abandonada, todas as praças maiores são zonas Históricas de Espanha e tem bares abertos até às três da manhã, quatro da manhã, e aproveitam a Zona Histórica, também e não há vandalismo, é só uma questão de mentalidades. Para mim é só. .....

--------- Obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, o Deputado Nuno Reis. .....

--------- **Nuno Reis –** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da CMB, Sr. Vereador, Sras. Membros e Srs. Membros da AM, minhas Sras. e meus Srs., muito bom dia. .....

--------- Eu gostava de usar da palavra para dizer que ideologicamente eu sou a favor de uma redução de impostos, de uma redução de taxas, de uma redução de tudo que sejam encargos sobre a economia e sobre os cidadãos, ideologicamente. Por isso é que tantas vezes sou apelidado de perigoso neoliberal e coisas que tais. .....

--------- Agora eu gostava de dizer à Sra. Deputada, que face à moção que apresenta eu acho que tudo isto deve ser feito com razoabilidade e rigor e a Sr. Deputada, eu compreendo as boas intenções na proposta que apresenta, mas não o faz com grande rigor, a Sr.ª Deputada não foi capaz de apresentar a esta Assembleia, e quantificar exactamente qual é o impacto financeiro desta proposta, não foi capaz de nos dizer quanto é que isso representa em termos de quebra de receita, e

não foi capaz de como contra medida acompanhar essa quebra de receita de uma redução de qualquer uma das rubricas de despesa, porque sempre que a Sra. se propõe a reduzir receita para manter o orçamento equilibrado a Sra. tem que dizer onde é que vai cortar na despesa e isso também não o faz. .....

--------- Eu compreendo e acreditem, eu moro na Zona Histórica, há gente na Zona Histórica, é gente envelhecida, de facto a actividade económica decresceu, mas eu moro na Zona Histórica, para mim a Zona Histórica não é um conceito teórico distante, foi lá que eu nasci, foi lá que eu cresci, é lá que eu continuo a morar, é lá que está a minha família, é lá que estão grande parte dos meus amigos e estamos longe de ser a Bósnia, o Kosovo, a Albânia, o que os Srs. quiserem, mas há uma coisa que eu quero dizer aqui. Eu compreendo muitos dos argumentos, compreendo a paixão com que a Sr. Deputada abordou este tema, sei que tem ligações profundas e afectivas à Zona Histórica, mas valha-me Deus, não creio que seja por via da redução ou isenção das taxas das esplanada que o Sr. vá a revitalizar ou *redinamizar* a zona Histórica. .....

--------- E a razão de ser para eu vir aqui, é porque foram aqui usados argumentos, do meu ponto de vista, profundamente injustos. Eu sou Membro desta Assembleia desde Janeiro de dois mil e dois, e há coisas que me aproximam, hoje, do Sr. Presidente de Câmara e de algumas opções politicas deste Executivo e outras que me distanciam, é assim em democracia, mas eu penso que este Executivo se mérito tem foi num esforço enorme que fez de revitalizar a Zona Histórica, e fê-lo ao recuperar aquilo que a Sra. Deputada chamou de "eira". Fê-lo: ao recuperar a Praça Camões; fê-lo ao recuperar o edifício do antigo Ciclo, actual Centro Cultural Adriano Moreira, que o PS deixou em ruínas, sem telhado, não sei se lembram; fê-lo ao executar o Polis; fê-lo ao recuperar este Quartel dos Bombeiros que o PS deixou a cair, instalando aqui os Serviços da ACISB e da Agência de Turismo Norte de Portugal e Douro; fê-lo ao instalar Serviços; fê-lo ao requalificar a sede da Junta de Freguesia de Santa Maria; fê-lo ao requalificar o Banco de Portugal, que os Sr. deixaram abandonado; fê-lo ao instalar o Centro de Ciência Viva no local onde ele se encontra, fê-lo ao recuperar a Casa da Seda e continua a fazê-lo quando se propõe a instalar lares de juventude para estudantes no centro da cidade. .....

--------- Srs. Deputados eu compreendo a paixão que esta temática suscita, mas esta questão não é uma questão exclusiva da cidade de Bragança, o abandono, envelhecimento, empobrecimento dos centos urbanos é um problema comum à generalidade das cidades, é um problema que se verifica em Municípios como Bragança, onde eu digo, que bem, e muitas vezes com o apoio do PS nós

lançamos estes tipos de investimentos, fizemos juntos esse investimento, esse esforço conjunto que os Srs. agora menosprezam e dizer que nada se faz! Errado. .....

--------- Lembrem-se do esforço que foi o URBCOM, lembrem-se o esforço que foi o PROCOM, isto foi feito, não foi apenas pelo PSD, também foi por vocês, e não desvalorizem o esforço que se continua a tentar fazer e não é apenas aqui em Bragança, é um pouco pelo País e portanto querer confundir coisas tão diferentes, como – bom, vamos isentar as taxas das esplanadas porque vamos ter aqui um *momentosinho* de alguma animação e alguma visibilidade pública - e é assim que nós vamos levar gente? Não! .....

--------- Os turistas quando vêm ver o Castelo, vêm ver, hoje, o Castelo mas vêm também ver o Museu Ibérico da Mascara e do Traje, vêm ver o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, vêm ver motivos de interesse e de atracção que foram criados também por este Município, e portanto quando nós peroramos, quando nós lamentamos, quando nós pretendemos esquecer todo o esforço que vimos desenvolvendo, deixem-me dizer - não é apenas um ataque político que se lança à maioria ou à Câmara, do meu ponto de vista é um ataque que se faz ao trabalho que este Concelho unido e de forma suprapartidária, muitas vezes, fez para desenvolver e para relançar não apenas o Centro Histórico da Cidade Bragança mas todo o Concelho de Bragança. E é por isso que, se calhar, e isso incomoda certamente tanta gente, é por isso que nós temos estas conferências, estas assembleias, estas visitas, estes eventos, porque? Porque Bragança readquiriu, Bragança Cidade e Bragança Concelho, readquiriram uma projecção nacional, uma imagem nacional de qualidade, de modernidade, de dinamismo e de inconformismo. E de inconformismo porque quando nós desenvolvemos este trabalho, quando nós construímos esta obra e nós Assembleia também o fazemos porque damos respaldo político, damos respaldo orçamental à Câmara Municipal, quando nós o fazemos, nós dizemos: nós não nos conformamos com a ideia que o interior está condenado, nós não nos conformamos com a ideia que estamos arrumados a este canto superior de Portugal e que estamos condenados a empobrecer e a envelhecer, não! E por isso é que quando nós usamos este tipo de argumentação, nós estamos é a *desacreditar-nos*, estamos a desvalorizar aquilo que tem de melhor e nós devemos é olhar em frente, ter coragem de seguir, revitalizar se possível ainda mais a Zona Histórica de Bragança, mas também a de Lisboa e a do Porto, que provavelmente estão em muito piores condições do que estão em Bragança, muito pior, e dizer que Bragança tem futuro, Bragança tem uma estratégia, Bragança tem um Caminho e Bragança não se conforma a esta visão derrotista, negativa, passivista e eu diria mesmo, pelas expressões que aqui foram usadas e comparações de Bósnias e coisas que tais, dantesca, porque não é certamente o sítio onde eu vivo. ....

--------- Finalmente dizer, que foi aqui dito – bom, se isto for uma Moção/Recomendação - pois que mais poderia ser se não uma Moção/ Recomendação? Reparem o impacto que isto teria ao nível do Regulamento de Taxas e Licenças, isto implicaria sempre uma alteração, quer à Tabela, quer ao Regulamento, só pode partir da Câmara Municipal, que não fez nenhuma. .....

--------- Por outro lado eu acho que há um *detalhesito,* que é uma chatice, mas que está lá na lei e que se aplica quer ao Estado quer às autarquias locais, eu acho mesmo que é proibido aprovar deliberações exequíveis, com eficácia, no ano económico em curso que impliquem uma redução da receita e um aumento da despesa, é a chamada lei travão que foi concebida por uma figura que eu muito gosto que é o Professor Afonso Costa. .....

--------- Portanto isto mais do que Recomendação não pode ser, não tem eficácia vinculativa rigorosamente nenhuma. .....

--------- E dizer à Sra. Deputada que eu compreendo a sua boa intenção, estou certo das suas boas intenções, dos seus princípios, mas peço-lhe que refreie alguns argumentos que usou que me parecem, no mínimo, injustos e estou certo que no futuro poderemos colaborar não apenas com a Câmara Municipal, ou AM, Juntas de Freguesia, mas também com a ACISB que também terá certamente uma palavra a dizer na dinamização da Zona Histórica e do Centro Cívico, até para o relançamento da actividade económica dos seus associados e nisso terá certamente muito interesse, dizendo-lhe certamente que vamos, quer na Comissão, quer no Plenário, quer na Comissão de Administração, onde os Srs. quiserem, vamos dialogar, vamos construir, vamos caminhar em frente e estabelecer estratégicas para continuar a dizer que Bragança não se resigna, Bragança não cede, Bragança tem futuro. . .....

--------- Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Para finalizar as intervenções, se a Mesa não esqueceu algum registo, tem a palavra, por parte do PS, João Batista Ortega, tem dois minutos e meio para a sua intervenção. .....

--------- João Ortega – Atendendo ao pouco tempo disponível cumprimento toda a gente na generalidade, a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, caríssimos colegas. .....

--------- Depois de ouvir o que aqui foi dito não podia deixar de dizer algumas coisas. .....

--------- Primeiro - concordo com o Sr. Presidente da Câmara ao dizer que Bragança tem, hoje, efectivamente vários centros, isso é uma prova da vitalidade de Bragança, Bragança Cidade, não deixa de ter uma contrapartida menos agradável, é que ao perder o centro, é que a cidade pode ter vários centros, mas precisa de um centro e ao perder o centro e o centro em Bragança ainda o

consideramos o Centro Histórico, corre um sério risco de perder identidade. Eu não considero que a identidade de uma cidade seja apenas para os turistas, os turistas são uma parte apenas da questão, a identidade da cidade é feita pelas pessoas que a vivem, que a habitam, que consomem dia a dia e que a constroem e esses não serão certamente na sua plenitude os turistas, também o são, mas não o são a cem por cento, a cem por cento são os cidadãos da cidade, por isso todas as medidas que contribuam para incentivar a não perda desse centro da cidade terão que ser medidas que devem ser adoptadas.....

--------- Parece-me que a questão da esplanadas é apenas uma dessas questões, mas teremos que conseguir criar o centro da cidade como sendo um local em que todos nos identificamos com a cidade, porque os outros centros são centros alternativos, são centros de um bairrismo dentro da própria cidade, do bairro, que têm questões positivas, mas que quando colocados uns contra os outros, e esse risco também existe, acabam por atacar, por minar a própria cidade, precisamos de um centro onde todos, de todos os bairros, de tudo o que constitui o tecido urbano da cidade se identifiquem como o seu centro, o centro da sua cidade, fomentar os outros tem as qualidades que tem, mas com cuidado para que não se digladiem uns em relação aos outros, destruindo a ideia da cidade. .....

--------- Obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

--------- Estão terminadas as intervenções solicitadas pelos Srs. Deputados relativamente a esta Moção, pelo que vamos colocar a Moção… .....

--------- - .....

--------- **Presidente da Mesa -** Pediu? Já não tem tempo Sr.ª Deputada, lamento, peço desculpa, a gestão do tempo de cada grupo parlamentar pertence a cada grupo parlamentar e a inscrição por parte dos vossos elementos foi dada… .....

--------- - .....

--------- Mas, Sra. Deputada, não percebeu o que eu estou a dizer, pois não tem tempo, devo-lhe dizer que não compete à Mesa gerir o tempo de cada grupo parlamentar devido às inscrições que solicitam, essa competência é de cada grupo parlamentar e havia dois minutos e meio, aliás eu tive oportunidade de dizer, que tinha, o Sr. Deputado João Batista Ortega, dois minutos e meio do tempo do PS para a sua intervenção, a inscrição do Sr. Deputado João Batista Ortega foi dada pela vossa direcção de bancada. Sobre isso lamento não pode a Mesa conceder o tempo, nem um segundo de esclarecimento.....

--------- - .....

--------- **Presidente da Mesa -** Bom, não podemos fazer esse diálogo sem haver gravação de registos.....

--------- - - .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito bem, de resto eu ia dizer o seguinte, para responder a algumas dúvidas formuladas aqui por alguns Deputados, o texto da Moção, no final diz, embora faça referência que o centro da cidade é cada vez um local de encontro e de convívio, não se vêm pessoas etc., mas o que é dito e é o que a Moção diz, pelo tudo exposto apresentamos a seguinte Moção: "Que o Sr. Presidente da Câmara Municipal mande suspender a taxa que tem sido exigido aos proprietários dos cafés, pela ocupação do espaço pelas esplanadas, ainda que mantendo as mesmas regras e delimitando o espaço para as pessoas passarem. Esta Moção ao ser apreciada deverá ser enviada à Comunicação Social". Portanto aqui na sua Moção faz o alargamento, não restringiu no texto a um determinado lugar, entende-se da moção que é generalizada a intenção de suspender a taxa que tem sido dirigida aos proprietários dos cafés pela ocupação dos espaços ocupados. .....

--------- Srs. Deputados, posto isto e lamentando não poder dispor de mais tempo, colocamos em votação esta moção apresentada pelo PS. .....

--------- A Mesa pede desculpa, vamos pedir aos Deputados, os Secretários queixam-se que não conseguem visualizar pessoas de estatura mais baixa, e vamos fazer a contagem de fila a fila. .....

--------- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REJEITADA, COM CINQUENTA E UM VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E OITO MEMBROS PRESENTES. .....

--------- **Presidente da Mesa -** Declarações de voto? Sr. Deputado Joaquim Queirós tem a palavra para a sua declaração. .....

--------- Joaquim Queirós - Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Caros Colegas, Presidentes de Junta, Comunicação Social.....

--------- A bancada do PSD e eu próprio votámos desfavoravelmente, no meu caso concreto não tanto pela génese que a Moção trás, pelo assunto que aqui nos quis alertar e que, de facto, se mais não teve, teve, digamos assim, a necessidade ou a argumentação que todos nós trouxemos e que é um assunto que nos preocupa, a descentralização da cidade. .....

--------- A Praça da Sé já não é o centro histórico da cidade, já não é, digamos assim, o centro geodésico da cidade, nem nunca o será, a partir de uma determinada altura uma vez que a própria urografia da cidade convida mais à construção na parte poente. .....

--------- De qualquer das formas era, de facto, importante, e eu deixo aqui o meu contributo pessoal como cidadão, tal qual como foram aduzidos aqui alguns aspectos por parte do Nuno Reis, do Paulo Xavier, estou disponível para fazer parte de uma equipa que pensa, obviamente, esta problemática e que ajude os comerciantes a tentarem melhorar aquilo que a Câmara tem vindo, e muito bem, a fazer, mas sozinha não consegue. .....

--------- Muito obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Presidente de Junta de Santa Maria, Jorge Novo. .....

--------- **Jorge Novo -** Muito Obrigado, Sr. Presidente. Só para referir que votei contra porque não entendi a generalização da isenção de pagamento para toda a cidade, não entendi. Mas também eu deixo aqui a ideia de que é necessário fazer-se um caminho de racionalização, de maior angariação de qualidade para as esplanadas nomeadamente para a Zona Histórica. .....

--------- Eu também me manifesto disponível para fazer parte desse grupo de trabalho para, digamos assim, se poder proporcionar maior e melhor qualidade nas esplanadas, e de facto temos oportunidade para isso, porque temos a Praça Camões, que não é uma eira, e que tem as condições propícias para ali serem instaladas esplanadas, assim também queiram os empresários. Muitas vezes eles são convidados para instalar as esplanadas e eles próprios não se manifestam interessados. . .....

--------- Muito obrigado. . .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria. ...

--------- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o professor Manuel Pires. .....

--------- **Manuel Pires -** Distintíssima Mesa, Governo da Autarquia, Srs. Deputados, eu como não tive oportunidade de ao longo da discussão da Moção vir aqui e dizer alguma coisa relativamente ao que nos inquieta principalmente em relação à zona antiga, como viram, nós, na nossa Moção, generalizámos as esplanadas, e toda a gente se focou, de facto, na Zona Histórica, e a Zona Histórica naturalmente é importante, e focou-se na Zona Histórica exactamente porque é isso que nos distingue.....

--------- Quando o meu colega de bancada disse que tínhamos um centro, e o centro de qualquer lugar é naturalmente o Centro Cívico e o nosso Centro Cívico é este, foi este que nos legaram, que

nos deixaram, e esse Centro Cívico surgiu por causa desses comerciantes, e depois entendemos que naturalmente seria muito restrito, e atendendo às condições económicas que se vivem, neste momento, que poderíamos generalizar a suspensão da taxa de esplanadas, propúnhamos que se fizesse na cidade toda. .....

--------- Portanto, isto porquê? Porque naturalmente a psico-domingueira daqui da Praça da Sé para baixo, toda a gente a percebe, não é? É que nós, a partir de determinada hora, não é só ao fim de semana! Não temos ninguém! Não temos ninguém e gostaríamos que estivesse lá gente. Inicialmente discutimos isto a nível do Partido no sentido de ser só aí, mas depois generalizou-se exactamente por aquilo que eu digo. .....

--------- Nós votámos naturalmente a favor pensando em primeiro lugar naturalmente no Centro Cívico, que nós achamos que a Câmara fez algum esforço para recuperar os edifícios públicos. Relativamente ao Clero, neste caso a igreja, também reabilitou parte das igrejas, seria interessante, de facto, com os diferentes agentes podermos trabalhar no sentido de podermos abrir esse Centro Cívico até aos fins de semana, e seria importante que todos estes edifícios que reabilitássemos os pudéssemos ter abertos, porque é quando temos mais gente que quer visitar, e não há nenhum inter-locutor nem no comércio, nem em lado nenhum, que possa dizer alguma coisa aos turistas que nos visitam, e seria, de facto, importante começar a rever esta situação no sentido de tornarmos aqui esta zona mais cosmopolita. .....

--------- Obrigado a todos. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, a Sra. Deputada do PS, Fátima Renovato. .....

--------- Maria Veloso – Cá estou eu de novo. Eu nunca pensei, sinceramente, que isto criasse assim uma polémica tão grande! Umas intervenções! E dirijo-me fundamentalmente e em primeiro lugar ao meu amigo Dr. Nuno, que eu conheço muito bem e conheço-lhe as suas qualidades de excelente orador e que de vez enquanto gosta de vir aqui, e é o primeiro que apanha, e desta vez tocou-me a mim, enfim. Não sei a que propósito veio a Zona Histórica, porque por mais que eu goste, porque gosto muito e todos nós gostamos, eu nem sequer falei na Zona Histórica, eu nem sequer falei na Zona Histórica, falei na cidade, dirigi-me mais ao centro da cidade, e depois na sequência do centro da cidade e da desertificação e dos edifícios e das residências de estudantes é que foi falada a Zona Histórica, não confundamos. Agora, o Dr. Nuno, como excelente orador, a sua formação de base, ...

--------- **Presidente da Mesa –** Sr.ª Deputada, posso fazer-lhe uma chamada de atenção? Declaração de voto (nº 1 do art.º 43.º) - Considera-se declaração voto o uso da palavra para justificar o sentido de voto - e não intervenções, peço desculpa. . .....

--------- **Maria Veloso –** Eu sei, eu sei, eu já vi mais pessoas a fazê-lo, mas eu vou terminar, mas eu vou terminar, muito obrigada por me chamar a atenção, peço desculpa, mas eu vou terminar.....

--------- Eu só quero, já que não tive oportunidade de o fazer, olhe! Tire-me o tempo noutro lado, deixe-me, pelo menos, agora utiliza-lo.....

--------- O Dr. Nuno Reis dada à sua formação e as suas qualidades é realmente um excelente orador, agora não queira que eu entre na área da parte económica e financeira porque eu não tenho que fazer contas para apresentar uma Moção, então agora vamos fazer contas sempre que se apresenta uma Moção? É uma proposta para ser aqui… até a intenção é sim ou não. Foi não, tudo bem, para mim a coerência é uma palavra que eu gosto muito e que nem sempre vejo, infelizmente, mas paciência, é assim a vida, temos que nos habituar. .....

--------- Relativamente ao Sr. Paulo Xavier eu não sei se ele está aí, mas eu gostava que me ouvisse, independentemente do resultado da votação estou disponível, é um assunto que me preocupa, é para todos os proprietários dos cafés e o meu objectivo é só um, vamos trabalhar, conte comigo para que esta cidade tenha gente e tenha vida. .....

--------- Muito obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sra. Deputada. .....

--------- Eu chamo então a atenção para os Srs. Deputados que se seguem para as declarações de voto. Neste ponto e nos restantes que vão ser votados hoje, se cinjam então ao facto de a declaração de voto ser isso mesmo, a justificação do voto exercido, quer seja em nome individual, quer seja em nome de um grupo municipal. .....

--------- Bom, tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, José Brinquete, da CDU. .....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, eu pretendo dizer que a CDU não entrou neste interessantíssimo debate porque não tinha tempo para o fazer, o que lamentamos, e portanto resta-me fazer a declaração de voto e explicar porque é que nos abstivemos. .....

--------- Em primeiro lugar porque esta moção estava muito mal elaborada, devo chamar a atenção dos seus patrocinadores, porque não se pode dizer, e nem sei quem usou da palavra porque é que não chamou a atenção disso, porque não se pode dizer que o Sr. Presidente da Câmara mande suspender! Isto não é assim! .....

--------- Depois também há um outro aspecto que é este, o debate era interessantíssimo até porque a Câmara Municipal não tem propriamente uma estratégia nem uma politica para as esplanadas, a Câmara Municipal tem é umas taxas para arrecadar dinheiro, porque interessava muito falar aqui do que deve ser uma esplanada não só do seu ponto de vista cultural e social, mas também do ponto vista de ocupação do espaço, mas como entra dinheiro toda a gente que paga a taxa tem esplanada...

--------- Por último, dizer que mesmo não tendo tempo para entrar neste interessantíssimo debate, resta-me a mim e à CDU a esperança que um dia se cumpra uma decisão da AM que já vai para ano e meio, que é discutir a cidade e em particular a Zona Histórica da cidade e a sua dinamização e revitalização, porque aí entre esta medida, porque embora a proposta não estivesse bem elaborada e contivesse até algumas ilegalidades, eu apercebo-me que a intenção é positiva e então eu penso que aí nesse debate que a cidade tem que fazer, se um dia se cumprir a decisão da AM, então encontraremos medidas deste tipo e outras, porque isto não pode ser à peça, tem que ser um conjunto de medidas. .....

--------- Para terminar e porque aqui vários Membros da AM, sobretudo da bancada do PSD, tentaram diminuir a ideia da "eira" da Praça Camões em relação ao que a membro da Assembleia, Fátima Renovato, disse, eu queria lembra que não é despiciendo usar esse termo, porque aquele local chamava-se "Eira dos Bispos", portanto tem alguma razão quando lhe chama "eira", aquilo continua uma "eira", de facto. .....

--------- Disse. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Sr. Deputado Guedes de Almeida, faz favor, tem a palavra para a sua declaração de voto. .....

--------- Seja sintético e cinja-se só ao ponto. .....

--------- Guedes de Almeida – Mesmo só dizer o sentido porque votei a favor da Moção, e votei a favor porque efectivamente é um sinal de preocupação relativamente ao Centro Histórico, porque é facto que as pessoas continuam, em termos de habitação, a fugir do centro da Zona Histórica de Bragança, que vai desde aqui a Praça da Sé até ao Loreto, rua Direita. Toda a gente a conhece, é facto que cada mês, para não dizer cada dia, os comerciantes desactivam a sua actividade porque se vão embora porque não têm clientes, e eu considero que aprovar esta Moção seria, pelo menos, um sinal para a Câmara Municipal aqui vir propor reduções de taxas, que são exageradas neste aspecto de ocupação de esplanadas, como são exageradas noutros âmbitos, que eu aqui também discuti, e noutros sectores de actividade. .....

--------- E temos um exemplo ali na Rua do Loreto, devido ao exagero de taxas vamos ter ali um mamarracho para dezenas de anos. .....

--------- Portanto, atendendo ao substrato da Moção, que deve ser uma preocupação da Assembleia e de todo o Concelho, ter preocupações humanas, comerciais, económicas, com a Zona Histórica da Cidade, que eu votei favoravelmente a Moção. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Vamos passar ainda para as inscrições que havia no Período da Ordem do Dia. Quero chamar a atenção dos Srs. Deputados cujos Grupos Municipais já não têm tempo, que a Mesa já recusará a vossa intervenção. E assim sendo segue-se a intervenção do período da ordem do dia da Deputada Maria do Amparo, o PSD tem ainda tempo, ...

--------- Tem, o PSD, quatro minutos, faça o favor Sra. Deputada. .....

--------- Maria Amparo - Muito obrigada, Sr. Presidente. .....

--------- Exmo. Sr. Presidente da AM, Digníssimos Membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, Exmos. Srs. Deputados e Deputadas, Órgãos de Comunicação Social, Público em geral, um bom dia para todos, e continuação de um óptimo trabalho. .....

--------- Em primeiro lugar quero falar sobre as imagens que nos foram apresentadas, senti-me muito feliz, por uma razão muito simples, as imagens foram apresentadas mas a obra existe e por esse motivo dou os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores pelo trabalho que as imagens nos mostraram e além disso pelos eventos que foram todos concretizados. A minha intervenção vai no sentido de dar os parabéns a sua Exa. Sr. Presidente da Câmara pela grande obra que foi inaugurada na Sexta-Feira, ou seja, a Ciclovia do Fervença. . .....

--------- Sr. Presidente, é mais uma obra das muitas que já foram feitas, esta obra é uma mais valia que contribui para a modernidade não só da nossa cidade como também do nosso Concelho. .....

--------- Sr. Presidente, são catorze anos de um trabalho árduo, feito por um Executivo credível e que os visitantes tanto admiram. .....

--------- Neste fim de semana tive a visita de um casal Madeirense, e Sr. Deputado, Sr. Dr. Cadavez, não quero que venha defender a honra, é o seguinte, foi esse o motivo porque não fui ao Teatro ver a famosa cantora Cátia Guerreiro, do qual tive imensa pena. Tive um casal de Madeirenses que durante quatro anos visitam Bragança e ficam muito admirados com o desenvolvimento da nossas cidade, dizendo sempre - sempre que vimos a Bragança há sempre algo de novo - é muito bom ouvir palavras que dignificam a cidade. .....

--------- Os meus agradecimentos a vossa Exa. e os meus parabéns e aos restantes membros que constituem o Executivo, o qual V. Exa. preside, é uma grande equipa e que tem mostrado muito trabalho, pelo trabalho feito e que está à vista de todos nós, este trabalho contribui para o crescimento e desenvolvimento da nossa cidade e do nosso concelho, do qual eu muito me orgulho. .

--------- Continue, Sr. Presidente, porque desde o primeiro mandato tem sido um homem honesto, credível, trabalhador, continue na sua missão. Muito obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sra. Deputada. .....

--------- Tem, agora, a palavra para a sua intervenção, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia, Jorge Novo. - .....

--------- - - .....

--------- **Presidente da Mesa -** Sr. Deputado José Brinquete, peço desculpa, de facto é verdade, você estava inscrito em primeiro lugar, tem a palavra José Brinquete e peço desculpas pelo lapso da Mesa. .....

--------- José Brinquete – Eu sei da isenção da Mesa, quer na ordem das inscrições, quer nos tempos, portanto foi por isso que chamei a atenção. . .....

--------- Sr. Presidente da Assembleia, primeiro - dizer ao Sr. Presidente da Câmara que hoje não precisa de almoçar, hoje tem a barriga cheia de elogios, foi o Dr. Nuno Reis, foi a Amparo, foi o Dr. Carlos Cadavez e portanto está sem apetite, de certeza, para almoçar, mas nos votos também contaram mal porque eram cinquenta. .....

--------- Mas aproveitava para dizer ao Dr. Carlos Cadavez que eu tive de facto muita pena não ver e ouvir a Cátia Guerreiro, já a ouvi duas vezes na festa do Avante, canta muito bem, continua uma grande artista, embora agora nos últimos tempos um bocado Cavaquista, diga-se de passagem. .....

--------- Voltava à questão do nome das Ruas para dizer, se eu estive com atenção, o que Sr. Presidente da Câmara aqui veio dizer foi que não há Comissão de Toponímia e que está em reestruturação, mas que não há, e então é a Câmara Municipal que vai decidindo da atribuição dos nomes de Ruas. .....

--------- O que é de lamentar é que a Câmara Municipal não cumpre as decisões desta AM em relação à matéria, porque a AM decidiu, por unanimidade, a atribuição de alguns nomes às ruas, o tempo passa e essa decisão não é cumprida. Interessava muito que o Sr. Presidente pudesse esclarecer as razões porque é que foge ao cumprimento da decisão soberana deste órgão. .....

--------- Eu, entretanto, queria aproveitar este ponto do Estado e Vida do Município para me referir à política cultural da cidade, eu iria dizer da Câmara Municipal, mas não é só da Câmara Municipal, da cidade, que envolve também as Juntas da Freguesia da Sé e da Santa Maria. .....

--------- Gostava de lhe dizer como resiste interesse que pela minha parte e pela parte do PCP e da CDU temos o conceito de política cultural municipal, uma coisa muito simples que é, à Câmara Municipal cumpre promover a cultura que nós produzimos e dar a conhecer ao Concelho a cultura que os outros produzem. É muito simples o que pensamos sobre isto. .....

--------- Também temos dito e por isso resiste aqui para depois sustentar a minha intervenção, que a política desta Câmara Municipal sobre cultura é o fruto de uma visão e do modelo de desenvolvimento retrógado e provinciano, a política municipal tem privilegiado um desenvolvimento urbano adiado da nossa circunstancia Brigantina. .....

--------- Vem isto tudo a propósito da morte da "feira do livro". A Câmara Municipal e o Sr. Presidente disseram que acabaram com a feira do livro mas inventaram uma coisa nova e muito boa, que é "artes e livros". .....

--------- Primeiro - é de lamentar que a feira do livro que teve tantos anos de existência, e que não era só da responsabilidade da Câmara Municipal, tenha acabado, e eu digo que não era só porque era também da Freguesia da Sé, o Paulo Xavier poderá dizer porque é que não se sentiu em condições de continuar com este evento da maior importância. Embora eu também nunca tenha percebido e cheguei aqui a chamar a atenção disso, para o facto da Junta de Freguesia de Santa Maria nunca ter partilhado também a realização deste evento. .....

--------- Também é verdade que a feira do livro passava por uma fase de agonia, mas é preciso dizer que quando o evento que tem valor intrínseco, do ponto de vista cultural, está a passar por fases de apatia ou de agonia o que é preciso é injectar oxigénio e sangue novo, novas ideias e novas dinâmicas, e infelizmente a solução foi matar a feira do livro. E é muito caricato acontecer exactamente num momento em que se forma a Academia das Letras, forma-se a Academia das Letras e acaba-se com a feira do livro, e não me venham dizer que os livreiros ou que as livrarias da cidade, isso não é, em meu entender, argumento para matar uma iniciativa tão importante. .....

--------- E, desse ponto de vista, nós verificamos, porque também como dizia a poetisa Sofia de Melo Breyner – vemos, ouvimos, e lemos, não podemos ignorar - portanto nós verificamos que entretanto a Câmara Municipal aqui ou ali vai tendo politicas culturais muito interessantes. .....

--------- Há espaços, hoje, que devem ser o nosso orgulho, como seja, e para não esgotar, o Teatro Municipal, o Centro de Arte Contemporânea, a Biblioteca Municipal, mas é completamente

incompreensível que a Câmara Municipal não cumpra também e desrespeite uma decisão desta AM de fazer da Casa do Abade de Baçal um centro interpretativo, um centro de estudo e de divulgação da Obra do homem que tem efectivamente projecção a nível Mundial. .....

--------- Como o tempo está a acabar eu não posso desenvolver mais o que pretendia neste ponto, mas deixava esta ideia que é - Precisamos de questionar, não é só bater palmas e dizer que o Sr. Presidente é um grande homem, precisamos de o questionar porque é que deixa que a Casa do Abade do Baçal continue a cair aos bocados e a apodrecer, e não venha dizer que é de um particular, porque foi sempre de um particular, o problema não é esse. .....

--------- Depois chamo a atenção de que este ano vamos ter bienal da máscara e a bienal da mascara, que é a 5.ª, precisa também que lhe seja insuflado oxigénio, porque a bienal tem vindo a perder força e uma forma de ela não morrer é ter inovação e criatividade. .....

--------- Eu deixo aqui algumas preocupações que me chegaram, que a Academia da Máscara, que também há uma Academia da Máscara, tem pouca dinâmica, os artesãos queixam-se que não são ouvidos, e maltratados, e com a aproximação da 5.ª edição convinha que, não é só os artesãos que contam, não é só a Academia, é um conjunto de outras iniciativas, mas convinha que este evento que é de facto importante e sui generis possa ser tratado como deve ser. .....

--------- Por último, concluía com duas questões muito rápidas. A primeira é de que, ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara disse, não me pareceu que a 1.ª Feira Ibérica da Sustentabilidade tenha sido um grande evento, o conjunto de debates realizados em anexo e não até no mesmo local tiveram algum valor, mas a iniciativa que ali se fez, eu, quando lá fui, alguns expositores disseram-me, porque fui lá perto do meio-dia, um dia com muito calor, disseram-me que parecia que estavam no *Terrafal,* imaginem! O calor era tanto, as faltas de condições eram tantas que eles disseram - isto parece um *Terrafal* - eu até fiquei admirado porque até sabia o que era o *Terrafal*.....

--------- Por último dizer que as "artes e livros" foram uma iniciativa um bocado fracota, na medida em que editar, editar, editaram-se só duas obras que foi uma de facto muito meritória, eu tiro o meu chapéu, que é a "Antologia dos Escritores Transmontanos", a outra não tanto, são dois romances de um escritor de Sendim, mas as outras portanto são obras que já foram editadas noutros locais e que foram comprados provavelmente alguns exemplares e chamaram cá os escritores para as lançar, uma delas até com alguns laivos de colonialismo, portanto parece-me que continua a faltar nesta Câmara Municipal um plano estratégico cultural para este Concelho, que bem merece. . .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo. . .....

--------- **Jorge Novo –** Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para cumprimentar novamente, a Sra. e o Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta. .....

--------- A minha intervenção neste momento, no Estado e Vida do Município, é fundamentalmente para dizer duas coisas. Uma, do muito orgulho que sinto, enquanto Presidente de Junta, de acompanhar a acção desenvolvida pelo Município no que concerne à recuperação, à revitalização da Zona Histórica, dizer que, de facto, a intervenção do Dr. Nuno Reis, ilustre companheiro de bancada, foi excelente e sobretudo me favoreceu a mim porque escuso de estar a repetir o que a Câmara tem vindo a fazer ao longo destes anos, nesta zona. .....

--------- E dizer também, em acrescento, que o projecto Domus Universitária é de facto um projecto com uma elevada bondade a este nível da revitalização da Zona Histórica e nós não podemos, se somos defensores da Zona Histórica e da sua revitalização, estar sequer a colocar qualquer tipo de dúvida sobre este projecto, estamos a falar, desde logo, de recuperação de três imóveis que estavam devolutos, em primeiro lugar, e em segundo lugar estamos a falar de uma ocupação com pessoas qualificadas, pessoas que vão dinamizar a actividade económica, pessoas que vão servir-se do talho, da mercearia, do quiosque, do café, do bar, das espalmadas que ainda há pouco falávamos aqui, em número de cerca de cinquenta pessoas. Portanto é um projecto que tem uma elevada bondade no que concerne, de facto, a uma visão estratégica para a Zona Histórica, e Deus queira, Sr. Presidente, que se o projecto tiver o seu financiamento, ele se execute o mais rápido possível, e se não tiver, Sr. Presidente, que faça um pouquinho de esforço ao nível da execução orçamental, da projecção orçamental para os próximos anos, para que ele se concretize, porque é mais uma acção emblemática, *ancoradora,* daquilo que é, de facto, uma visão para a revitalização da Zona Histórica. ..

--------- E se há pouco, como ouvia falar a Sra. Deputada Fátima Renovato, apreciando aquele aspecto onde diz que, de facto, existe uma certa vandalização de alguns espaços públicos urbanos, acompanho-a nisso. Já não a acompanho tanto no que diz respeito às residências estudantis, de facto que existiam, e que são propriedade do Ministério da Educação, de facto é lamentável que elas estejam assim ao abandono, a acumular ratos, ratazanas e outros animais. E mais, a importunar a própria vizinhança, com os maus cheiros, com os esgotos que ali estão presentes, e que o Ministério da Educação e as pessoas responsáveis e que dão a cara pelo Ministério da Educação nesta Cidade, não tenham feito nada para por cobro a esse tipo de realidade, a essa situação, que é o que está acontecer. .....

--------- Portanto eu também deixo esta preocupação ao nosso Município, Sr. Presidente, para que junto dos responsáveis do Ministério da Educação seja encontrada uma solução para aquelas residências estudantis, refiro-me mais em concreto à residência estudantil da Estacada, quiçá não estará ali uma boa sede para alguma Associação da nossa cidade, ou para várias associações da nossa cidade, que muitas vezes lutam contra a falta de um espaço para fazerem a reunião dos seus sócios, ou para fazerem dinamização de outras actividades, têm ali um espaço para isso, encontrar uma solução para ocupar, de facto, aquele espaço. .....

--------- E neste sentido e para terminar, até porque a hora já vai um pouco adiantada, dizer o seguinte, lamento, mas lamento profundamente a intervenção do Sr. Deputado Guedes de Almeida, tenho que o dizer aqui com toda a frontalidade, olhos nos olhos, porque estar a qualificar, da forma como ele o fez, a Zona Histórica, é estar a passar um atestado de menoridade às pessoas que lutam para que a Zona Histórica seja melhor. E pior ainda, quando da parte do Sr. Deputado, eu nunca vi, para já, a sua presença em nenhum evento que se tenha realizado aqui, nunca em nenhum, e olhe que se realizam muito. Mais, nunca vi o Sr. Deputado dar os parabéns, já não digo ao Município, já não digo à Junta, mas ao menos aos privados que estão a fazer recuperação de imóveis, e que estão a propugnar para que a Zona Histórica tenha mais gente, esse é que é o problema, não é só da Zona Histórica, é da cidade de Bragança, é do interior, que é o despovoamento. E o Sr. Deputado se nos quiser esclarecer, diga uma acção que o Sr. Deputado tenha feito em prol da Zona histórica, uma acção, só lhe peço uma acção, diga-nos aqui a todos. .....

--------- Termino dizendo que aprecio bastante a aprovação que o Deputado Brinquete fez à minha intervenção sobre a questão da reorganização administrativa no que concerne às Freguesias, aprecio e registo. .....

--------- E relativamente à moção, vamos ver, porque as coisas todas têm o seu tempo, as Juntas de Freguesia estão atentas, os Presidentes de Junta são pessoas cuidadosamente atentas e preocupadas com as suas populações, e portanto no momento certo eles saberão encontrar, saberão encontrar, de facto, aquilo que é a melhor defesa das suas populações. E entre várias iniciativas que eles podem fazer, independentemente dos partidos e das opções partidárias, eles são representantes, em primeiro lugar, das populações, e quando isso está em cima da mesa relativamente à extinção pura e dura das Freguesias, eu não tenho dúvidas, os Presidentes de Junta vão estar ao lado das populações sobretudo do interior, para que as populações não sofram com a extinção das Freguesias e para que mais e melhores condições lhe sejam dadas, e se isso passar por uma Moção aqui na AM, com certeza que ela virá. Muito obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. .....

--------- Devo conceder primeiro a palavra, de facto, ao Sr. Deputado Alcidio Castanheira e que formulou o mesmo pedido de defesa da honra do Grupo Municipal do PS e depois o Sr. Deputado Guedes de Almeida. Tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Alcidio Castanheira. .....

--------- **Alcidio Castanheira –** Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, Caros Colegas de todas as Bancadas, Srs. Presidentes de Junta, Órgãos de Comunicação Social.- .....

--------- Eu tenho que vir aqui a contestar algumas palavras que foram ditas aqui pelo Sr. Deputado Jorge Novo, no que diz respeito à educação e ao património físico que algum até está na sua área da Junta de Freguesia, mas também fico surpreendido que como uma pessoa tão próximo do Sr. Presidente da Câmara não sabe que em devido tempo foi proposto ao Município a questão desses edifícios e o Município nunca teve a abertura para assumir a gestão desses edifícios, e dou-lhe exemplos concretos: Mirandela aceitou e está a funcionar em pleno a Residência de Mirandela; Mogadouro aceitou e está a funcionar em pleno, e portanto só Bragança é que não aceitou, como não aceitou a transferência de competências acompanhadas das devidas verbas na área de pessoal, equipamentos etc. Portanto foi proposto ao Sr. Presidente da Câmara como a todos os outros Presidentes de Câmara do Distrito, na devida altura, a transferência de competências e ele não aceitou, portanto fico surpreendido realmente, porque só acontece isto em Bragança e como o Sr. deputado Jorge Novo não tem conhecimento como sendo uma pessoa muito próxima do Executivo Municipal. . .....

--------- Muito obrigado. . .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, em defesa da honra, o Sr. Deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida. ....

--------- **Guedes de Almeida –** Eu Venho aqui defender a honra, eu de facto já esperava, até pelo jeito do Dr. Jorge Novo, que há pessoas que têm uma determinada estratégia para estar na politica, eu não tenho, agora certamente esteve desatento àquilo que eu fiz, eu tenho vários anos nesta Assembleia, se calhar logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, eu fui candidato à Câmara e apresentei soluções para a Zona Histórica, se não as leu lamento, que o Sr. foi candidato, estão lá concretamente e devidamente fundamentadas. .....

--------- Segundo - como membro desta Assembleia e com o Sr. também a pertencer ao mesmo grupo parlamentar, eu apresentei, sobre taxas e licenças, para renovação da Zona Histórica, que focem reduzidas as taxas, lutei aqui muitas vezes contra o próprio partido, hoje acabo por ter razão,

foi aqui discutido e falei há bocado aqui no exemplo que está ali na rua do Loreto, devido ao elevado…, eu sempre me preocupei, só lamento é que, de facto, se acha que é promovido pelo facto de vir falar no meu nome e atacar-me, eu sinto-me perfeitamente à vontade em termos de honorabilidade, em termos de defesa do interesse público e da Zona de Santa Maria como talvez um dos principais lutadores. .....

--------- Também não sei se sabe que fui jornalista durante vários anos, sempre escrevi e dei notas sobre o que era preciso fazer na zona urbana, eu conheço-a, eu não estou lá por acaso plantado, não me puseram lá como Presidente de uma Junta, e sobre o que tenho que fazer, eu não tenho que fazer nada, que eu não tenho puderes institucionais, aqueles que tive defendi-os aqui, como candidato à Câmara apresentei soluções, por exemplo, voltar apara ali a Praça do Mercado, para a chamada "Eira dos Bispos". Apresentei a renovação urbana para fins habitacionais, portanto promovidos pela Câmara, com a colaboração da Câmara, também não foi atendido, portanto eu não posso fazer mais nada. Agora, lamento, Sr. Dr. Jorge Novo, se acha que subiu mais, que pôs mais um galão nos ombros por falar no meu nome eu concedo-lhe essa benesse. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Guedes de Almeida, talvez seja bom não regressar ao lugar porque você está inscrito para uma intervenção. Tem a palavra.....

--------- **Guedes de Almeida –** Sobre o Estado e Vida do Município já falámos aqui. Certamente em termos culturais Bragança terá com mais, ou com melhor, ou pior, ou menos boa, digamos assim, coordenação ou organização, tem, de facto, estruturas culturais que merecem apreço e merecem relevo, isso é fora de causa.....

--------- Relativamente ao relatório do Sr. Presidente da Câmara, efectivamente que ele assenta essencialmente sobre a actividade cultural neste Concelho, mas uma actividade cultural, também de acordo daquilo que foi dito aqui pelo Brinquete, de promover mais iniciativas exteriores do que iniciativas geradas no Concelho e divulgá-las. A actividade da Câmara limitou-se nestes cinco meses e refere-se apenas até trinta e um de Maio, a uma série de eventos que aconteceram na cidade e que a Câmara obrigatoriamente, e fez muito bem, teria que apoiar e colaborar. .....

--------- Mas nota-se aqui, numa altura de crise, é que efectivamente o relatório do Sr. Presidente da Câmara nada diz sobre os problemas das pessoas, e a política é feita para as pessoas, e as pessoas de uma realidade que é o Concelho de Bragança, pessoas idosas, pessoas em que conforme aumentavam as taxas, não venham dizer que o problema da saúde que é com o Governo, não é! O problema da saúde é com toda a comunidade, quer ao nível local quer ao nível da governação

central e não se vê aqui nenhuma medida tomada em favor das pessoas. E a realidade deste Concelho continua a mesma, isto é, temos aldeias que continuam isoladas do centro do Concelho mesmo para vir a uma consulta médica, este problema também já o debati em campanha eleitoral, ainda há dias deu na televisão, um exemplo que é fundamental e que pode mostrar o que é a realidade do Concelho, que é a Petisqueira. Pois a Petisqueira não tem médico, não tem transportes para vir ao médico, só em casos de emergência têm que alugar um táxi, que eu me lembro da Petisqueira a Bragança custava trinta euros, não têm médico e este problema continua. E mais, encontram-se privados de votar, que é um direito que vem na Constituição, têm que se deslocar cerca de vinte quilómetros para exercer o seu direito de voto. Portanto nem sequer é posto lá uma Mesa para exercer o direito de voto, que é um direito constitucional. .....

--------- Há zonas do Concelho, e aqui não é referido, que têm transportes públicos uma vez por semana, há outras que demora mais, muitas vezes têm que vir no transporte escolar para vir ao médico, estes problemas não estão aqui reflectidos, estão aqui reflectidos uma série de eventos, eles vêm aqui referidos no relatório do Sr. Presidente da Câmara, e o que falta aqui é, quando aqui se discutiu, hoje, dinheiro relativamente às esplanadas, é quanto custou isto, não é dito quanto custou isto, quanto custou o evento da inauguração da Ciclovia, não foi barato, não se sabe quanto, quantos convidados eram, qual o critério para os convidados. Portanto quando se discutiu o dinheiro para as esplanadas que seriam uns escassos euros em dois meses, as esplanadas de Bragança, de certeza que os gastos com estes eventos foram superados largamente e sem que também estivessem orçamentados e previstos no orçamento para o ano económico em curso. .....

--------- Nada refere aqui em termos de criar empregos, nada fala o relatório em termos de promoção económica da região, o apoio aos agricultores, sendo um Concelho essencialmente agrícola.....

--------- Portanto estes problemas são os problemas das pessoas, directamente, aqueles com que vivem dia a dia, não são aqui referidos no relatório de actividades do Sr. Presidente da Câmara, e um conceito que difere de mim, relativamente à pessoa ou pelo menos desta gestão autárquica é precisamente que a politica é feita para as pessoas, é feita para resolver os problemas das pessoas, não é feita para fazer relatórios em que as pessoas, sobretudo aqueles que mais precisam, os mais carenciados, não tenham lugar, não tenham acento, não participem nos mesmos. .....

--------- Portanto na análise a este relatório apenas dizer que continuamos a viver num Concelho em que as preocupações das pessoas, as preocupações fundamentais, aquilo que se chama a dignidade da pessoa humana não está a ser tão bem tratada quanto deve ser e a quanto obriga, digamos

assim, a viver-se em comunidade e a quanto obriga legalmente a Constituição da República Portuguesa. .....

--------- Era isto que tinha a dizer. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Sé, Sr. Paulo Xavier. E com esta intervenção terminamos este período, ainda concedendo a palavra à Câmara Municipal de Bragança que ainda tem tempo e mostrou a intenção de fazer uma intervenção final. .....

--------- Tem a palavra o Sr. Presidente da Freguesia da Sé. .....

--------- Paulo Xavier – Uma vez mais bom dia. Não é uma intervenção, mas sim mais uma resposta. Quando o membro da AM José Brinquete veio aqui pôr alguma questão eu não estava presente, tinha ido à casa de banho, no entanto disseram-me que falou na minha pessoa e falou na Freguesia. Dizer-lhe que a tempo oportuno, não vou aqui responder-lhe da feira do livro, seja aquilo que for, mas prometo o seguinte, não só a si como a todos os Membros desta digníssima Assembleia, trazer um documento formulado com a evolução, ou *involução* de várias actividades, não só também nas actividades que concerne também às parcerias com o Município, mas também individuais, mas também trazer aqui e chamar à coação outros elementos não só urbanísticos como também posições tomadas até pela própria Freguesia. Esse, em tempo oportuno, será entregue de forma individual e para debate aqui nesta digníssima Assembleia. .....

--------- Quanto à toponímia, eu já aqui, variadíssimas, vezes lancei o desafio ao Município em que era de bom tom, era até uma elevada posição para as Juntas de Freguesia, que deveriam estar incorporadas numa Comissão. Todos os dias nos chegam e batem á porta e eu digo isso, as Juntas de Freguesia urbanas, neste caso em particular, tanto a Freguesia de Santa Maria, com aquela que eu represento, como agora Samil, também, deveríamos ter o nosso espaço de debate sobre a toponímia. Aqui foi, várias vezes, pedido, aqui foi, várias vezes, que a seguir vamos pensar nisso, já lá vão mais quatro, mais cinco anos e isso não acontece. .....

--------- Gostaria, da parte do Sr. Presidente da Câmara, que houvesse uma abertura às Juntas de Freguesia para que pudessem também no seu seio, debater, fazer parte do todo da cidade. .....

--------- Disse. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. .....

--------- O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança também pretende fazer uma intervenção. Tem a palavra. E depois da intervenção do Sr. Presidente de Câmara, se não houver nada de mais iríamos parar os trabalhos para recomeçar depois por volta das duas e meia. .....

--------- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. De forma muito breve uma referencia à questão das residenciais dos estudantes sobre a responsabilidade da DREN, respectivamente uma residencial feminina e uma masculina, que de facto a DREN propôs à Câmara Municipal a entrega da responsabilidade da gestão e o seu encerramento, ou uma alternativa entre o ??? do seu encerramento. A nossa resposta foi - A DREN tem responsabilidades no sentido de assegurar a manutenção de funcionamento das residenciais em Bragança, pelas seguintes razões: Primeiro - Tem obrigações de soberania, Administração Central sobre o território como tem sobre a zona do Porto. .....

--------- Segundo - Estas residenciais acolhem estudantes vindos de outros concelhos do Distrito que cujos Concelhos não podem aceder a determinados níveis de formação, e se isso existiu no passado, não significa que no tempo actual e no tempo próximo deixe de existir, ou seja, as residenciais são necessárias, foi a nossa resposta, e considerámos que era obrigação da DREN, não virar costas às responsabilidades que tem em Bragança e no Distrito, a esse nível, e foi essa a razão de não aceitação, foi uma atitude de defesa dos cidadãos, defesa do interesse público e de exigência clara e firme perante a DREN no sentido de não voltar costas às responsabilidades que tem na nossa cidade e com a população jovem particularmente estudantes deslocados. .....

--------- Segunda nota - Não aceitámos contratualizar com a DREN a gestão de pessoal e equipamentos, ao contrario de outros Municípios, porque faríamos um mau contrato, hoje os Municípios que entraram nesse processo sabem quanto lhes custa terem-no feito nos termos em que o fizeram, ou seja, não aderimos a esse processo por falta de estudo, falta de empenho ou falta de avaliação, consideramos sim que a proposta que a DREN estava a fazer era uma proposta errada e que não servia os interesses do Município. . .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Declaramos os trabalhos terminados, pelo período da manhã, e peço aos Srs. Deputados o regresso para iniciarmos os trabalhos às duas e meia da tarde. .....

--------- Bom almoço. .....

--------- **INTERVALO PARA ALMOÇO -** Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos. .....

---------**Presidente da Mesa –** Senhores deputados peço silêncio, vamos reiniciar os trabalhos e tendo terminado a Sessão da manhã com o final da discussão sobre o Período da Ordem do Dia, iniciamos os trabalhos com o seguinte ponto .....

--------- **PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DOS SEGUINTES PONTOS: ..... PONTO 4.2.1 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LECTIVO DE 2011/12 (Para ratificação) .....**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. .....

" I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de Maio do ano de dois mil e onze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

"CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LECTIVO DE 2011/12

Pela Divisão de Mobilidade e Energia foi apresentada a seguinte informação:

O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, determina a obrigatoriedade das câmaras municipais em organizar, planear e executar o transporte escolar na área do respectivo concelho no âmbito do ensino básico obrigatório.

Neste contexto, projectou-se uma rede de transportes escolares em circuito de aluguer que servirá um universo de 287 alunos, dos quais 73,2% frequentam o ensino básico obrigatório, composta por 28 circuitos que perfazem 881,2 km diários, tendo como base os seguintes pressupostos:

a) O transporte deverá ser executado em conformidade com a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, e a Portaria n.º 1350/2006, de 27 de Novembro, que estabelecem o regime jurídico dos transportes colectivos de crianças com idades inferiores a 16 anos;

b) Tempo máximo de espera de 10 minutos e, sempre que possível, tempo máximo de viagem de 30 minutos;

c) Minimização das distâncias dos circuitos, adequação da capacidade de transporte ao número de alunos e consequente minimização dos custos associados.

No ano lectivo de 2010/2011, foram transportados 290 alunos em 30 circuitos de aluguer que totalizavam 1016,6 km diários, e com um custo global aproximado de 350.000,00 €.

Assim, propõe-se que seja autorizada a abertura de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, bem como a aprovação do Programa de Concurso, Caderno de Encargos e a seguinte constituição do Júri:

Presidente: Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Vice-Presidente da Câmara.

Vogais efectivos: Eng.º Orlando António Sousa Gomes, Chefe da Divisão de Mobilidade e Energia, e Eng.º Rui Manuel Gonçalves Martins, Técnico Superior de Trânsito/Transportes.

Vogais suplentes: Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Vereadora a tempo inteiro, e Dra. Luísa Barata, Chefe da Divisão Administrativa.

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, é substituído pelo Vogal suplente, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Vereadora a Tempo Inteiro.

Nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma se realize, ou que seja dispensada, ao abrigo do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo.

De acordo com o preceituado nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e considerando que os encargos excedem o limite de 100.000,00 € em cada um dos anos económicos, e que os municípios se encontram referidos na alínea d) do artigo 2.º do referido diploma, é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a autorização de abertura de procedimento concursal e respectiva despesa.

Assim, e considerando que, não foi possível concluir o presente procedimento, por ausência de dados operacionais necessários à execução dos respectivos circuitos de transporte escolar, antes da Sessão da Assembleia Municipal de Abril;

Considerando que, é necessário iniciar de imediato o procedimento concursal, sob pena de o mesmo não estar concluído atempadamente, visto que o lançamento do concurso após deliberação da Assembleia Municipal de Junho, não permitirá a contratação dos transportes escolares em tempo

útil, obrigando a procedimento de ajuste directo, para o período de início das actividades lectivas, até conclusão do procedimento de contratação pública;

Considerando que, a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, gera uma despesa estimada em 8 mil euros e obriga os Senhores Deputados Municipais a perder um dia para decidirem sobre esta matéria de gestão corrente;

Considerando que, a Assembleia Municipal não está impedida de praticar o acto de autorização na próxima Sessão de Junho, devendo ter-se por sanado o procedimento com essa autorização;

Assim, proponho que seja solicitada informação dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido da concordância com o procedimento proposto por esta Câmara Municipal, no sentido de o Concurso ser desenvolvido pela Câmara Municipal e posteriormente autorizado pelo Órgão Deliberativo em Sessão de Junho.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, autorizar a abertura do Concurso Público, aprovar o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, bem como aprovar a constituição do respectivo Júri do procedimento.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, solicitar informação ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido da concordância com o procedimento proposto por esta Câmara Municipal, no sentido de o Concurso ser desenvolvido pela Câmara Municipal e posteriormente autorizado pelo Órgão Deliberativo em Sessão de Junho."

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier"

II – ANEXOS: Ofício n.º 4 316, de 11/05/2011, da CMB e Certidão da Acta da terceira reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, realizada em 20 de Maio de 2011.

--------**Presidente da Mesa –** Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer prestar algum esclarecimentos adicional.....

--------- Não. Então vamos para a ratificação deste ponto. Quero lembrar aos Srs. deputados, de resto faz parte do documento, que "em cumprimento do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, determina a obrigatoriedade das câmaras municipais em organizar, planear e executar o transporte escolar na área do respectivo concelho no âmbito do ensino básico obrigatório. .....

--------- De acordo com o preceituado nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e considerando que os encargos excedem o limite de 100.000,00 € em cada um dos anos económicos, e que os municípios se encontram referidos na alínea d) do artigo 2.º do referido diploma, é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a autorização de abertura de procedimento concursal e respectiva despesa". .....

--------- Esta Assembleia Municipal recebeu no passado dia 11 de Maio de 2011 um ofício da CMB dizendo isto que acabei, agora mesmo, de ler, dizendo: .....

--------- "Assim, e considerando que, não foi possível concluir o presente procedimento, por ausência de dados operacionais necessários à execução dos respectivos circuitos de transporte escolar, antes da Sessão da Assembleia Municipal de Abril". E recordo aquilo que acabei de dizer que é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a autorização de abertura de procedimento concursal e respectiva despesa. .....

--------- Dizia ainda nesta comunicação a CM -"Considerando que, é necessário iniciar de imediato o procedimento concursal, visto que o lançamento do concurso após a deliberação da Assembleia Municipal de Junho, não permitiria a contratação dos transportes escolares em tempo útil, obrigando ao recurso a um procedimento de ajuste directo, para o período que mediasse entre o início das actividades lectivas e a conclusão do procedimento de contratação pública;.....

--------- Considerando que, a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal gera uma despesa estimada em 8.000,00€ e obriga os Senhores Deputados Municipais a perder um dia para decidir sobre esta matéria de gestão corrente; .....

--------- Considerando que, a Assembleia Municipal não está juridicamente impedida de praticar o acto de autorização, na próxima Sessão de Junho, devendo ter-se por sanado o procedimento com a emissão dessa autorização;".....

--------- Solicita, a Câmara, à Mesa da Assembleia a concordância com o procedimento proposto pela Câmara Municipal, no sentido da CM proceder de imediato ao lançamento do concurso e submeter à autorização do Órgão Deliberativo na Sessão de Junho. .....

--------- Isto levou a que a Mesa convocasse a Comissão Permanente para reunir no dia vinte de Maio, tendo em consideração as indicações dadas pela Câmara Municipal sobre o assunto do "concurso público com publicidade internacional para a prestação de serviços de transporte escolar no concelho de Bragança para o ano lectivo de 2011/12 ", após análise e discussão foi decidido, por unanimidade, da Comissão Permanente, com a presença de oito dos seus doze elementos, concordar com o procedimento proposto pela Câmara Municipal de Bragança no sentido de proceder de imediato ao lançamento do concurso a submeter à autorização deste Órgão deliberativo na sessão de Junho. .....

--------- Portanto, Srs. deputados, trata-se agora então da AM ratificar este acto ocorrido de acordo com os termos que acabei de expressar a todos vocês.....

--------- Assim, peço que se algum dos Srs. deputados pretende fazer algum pedido de esclarecimento à Câmara Municipal se inscreva neste momento, se faz favor. .....

--------- Não há pedidos de esclarecimento. .....

--------- Pergunto se há intenções de inscrições para intervenções. José Brinquete e Alcídio Castanheira. .....

--------- Há um problema com a pilha do aparelho, enquanto se substitui a pilha do microfone do palanque, eu ia dirigir a palavra aos senhores líderes dos grupos municipais, julgo que na reunião da Comissão Permanente preparatória desta Assembleia foi discutido que tendo em vista o último ponto da agenda " Eleição dos representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia nos seguintes órgãos" e estão elencados três órgãos nesta agenda, de facto há uma alteração, deixa de ser necessária a eleição do representante dos Presidentes de Junta para o Conselho Geral da Empresa Intermunicipal resíduos do Nordeste, porque deixou de existir esta figura nos Órgãos Sociais, de resto, nos estatutos aprovados na última Assembleia Municipal e consta da acta, página quinhentos e trinta nove, no seu capítulo II –Órgãos Sociais – Secção I, diz: Disposições gerais – são órgãos sociais da resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal S.A. : a) A Assembleia Geral; b) o Conselho de Administração; c)Fiscal único. Portanto deixou de existir aquela figura que era o "Conselho Geral da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste", pelo que não é necessária a eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para este Conselho. Mantem-se, no entanto, a necessidade da eleição para a Comissão de Protecção Civil e a necessidade também do

representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. .....

--------- Terá sido combinado na reunião de preparação da Comissão Permanente que os grupos municipais iam dar indicação dos nomes de candidaturas para este processo, tendo em vista o procedimento logístico de preparação dos boletins de voto, só candidatos Presidentes de Junta, portanto. .....

--------- Assim sendo e tal como foi dada informação pelos Srs. Secretários, tal indicação não chegou à Mesa da Assembleia Municipal, ou seja, nomes de candidatos Presidentes de Junta para a Comissão da Protecção Civil e Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, pelo que solicitamos, mais uma vez, que façam chegar à Mesa nomes de Presidentes de Junta, candidatos para estas duas Comissões, tendo em vista a preparação dos boletins de voto. É só isso então que eu queria dizer, enquanto se procedia a pequenas afinações técnicas, com a substituição da pilha do microfone do palanque, pelo que, Sr. Deputado José Brinquete, tem a palavra.....

--------- **José Brinquete –** Obrigado, Sr. Presidente. Em relação a este ponto o que pretendia dizer é simples e é o seguinte, a CDU não pode estar na reunião da Comissão Permanente que foi referida e se estivesse estaria com esta posição que vou dar agora. Nós consideramos que a Comissão Permanente não tem poderes para aprovar este tipo de propostas e portanto, sendo assim, consideramos que esta Assembleia não pode ratificar esta proposta, tem que a apreciar e votar normalmente. É bom ficarmos a saber que, por unanimidade dos presentes, aprovaram, mas a lei não permite que isso seja válido como decisão. Portanto o nosso entendimento é que em vez de ser ratificação, tem que ser apreciação e votação do ponto. Obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** A Câmara Municipal depois vai exprimir uma opinião sobre o que acabou de ser dito pelo Sr. Deputado José Brinquete, julgo que fundamentada juridicamente. .....

--------- Passávamos, agora, a palavra ao Sr. Deputado Alcídio Castanheira. .....

--------- **Alcídio Castanheira –** Mais uma vez muito boa tarde a todos. O Grupo Parlamentar do PS nada tem a ver contra a aprovação deste ponto desde que formalmente seja possível, no entanto gostaria de tecer aqui algumas considerações acerca da organização dos transportes escolares e também de outras actividades educativas. .....

--------- Recentemente houve uma reunião do Conselho Municipal de Educação e teria sido de bom tom o Sr. Presidente da Câmara partilhar connosco a organização dos transportes escolares, nomeadamente no que diz respeito à organização dos circuitos, nomeadamente aos circuitos de

aluguer. Era importante nós termos a percepção da forma como se está a projectar o próximo ano lectivo na questão dos transportes. Porquê? Porque surgem, durante o ano e durante a execução dos transportes, muitas queixas dos pais e encarregados de educação, crianças que viajam demasiadamente tempo nos transportes e portanto gostaríamos e seria de bom tom, presumo eu, que o Sr. Presidente da Câmara partilha-se com o Órgão Consultivo – Conselho Municipal de Educação, efectivamente, a organização dos transportes escolares, isto para não acontecer o que acontece com as outras actividades, nomeadamente com as AEC's (actividades de enriquecimento curricular) e também com a questão do serviço de refeições às crianças do 1.º Ciclo. Porque surgem frequentemente muitas queixas em termos de qualidade e de quantidade no procedimento de refeições às crianças do 1.º Ciclo. A própria Comissão de Educação da Assembleia já pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara a este respeito, até ao momento não os recebeu e gostaríamos efectivamente de ter um conhecimento mais profundo e sabermos como é que se vão operacionalizar os transportes escolares, tanto mais que vai estar em alteração a Carta Educativa e foi também dito no Conselho Municipal de Educação uma preocupação também transversal a toda a gente que ali participa, na questão das distâncias dos transportes escolares e a forma como se vão operacionalizar. Muito obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. deputado. Sr. Presidente da Câmara, pretende dar os esclarecimentos sobre uma questão formulada pela CDU? .....

--------- **Presidente da Câmara –** O assunto está para ratificação do órgão deliberativo, em termos legais, a comunicação que a Câmara Municipal fez à Assembleia, dirigida ao Sr. Presidente da AM, foi no sentido de considerar se a Assembleia deveria ou não reunir extraordinariamente. O Sr. Presidente da Assembleia, através da Comissão Permanente, informassem que não abdicavam da reunião extraordinária, nós não podíamos invocar uma competência legal para abrir o respectivo concurso, portanto neste momento as coisas estão correctamente colocadas, a Assembleia Municipal vai ratificar, nos termos da lei, ou não, um acto cometido pela Câmara. É diferente da forma como o Sr. Brinquete colocou o problema. Do meu ponto de vista, a Comissão Permanente não deliberou autorizar a Câmara, a Comissão Permanente deve ter considerado que não justificava reunir extraordinariamente a Assembleia para esse efeito, porque é o argumento que nós utilizámos para fazer essa comunicação à Assembleia. .....

--------- A organização dos circuitos de transportes é um procedimento feito com a estrutura técnica do Município, em articulação com a direcção dos agrupamentos, não é uma situação que ocorra pela primeira vez, é feita desde a muitos anos, é muito bem feita pelos engenheiros dos Município, a esse

nível, não faria sentido uma questão que é absolutamente técnica, que é, de facto, técnica, que tivesse que ir para esse nível de discussão. São cinco os responsáveis dos agrupamentos, isso ocorre com as escolas para ajustar horários de entradas, saídas, sempre se fez esse trabalho. Salientar que o Município tem um serviço de fiscalização própria para acompanhar os circuitos de aluguer, fazendo por amostragem, verificando os tempos máximos, mínimos de espera, dos alunos, nem sempre as coisas correm na perfeição, mas correm bem, com regularidade, nem chegam tantas queixas como isso, nem através dos agrupamentos, nem dos directores de escola, nem dos conselhos gerais, nem dos pais, nem das associações de pais, nós participamos os conselhos gerais. Portanto, nesse âmbito, parece-nos que é um exagero desnecessário sobre esta matéria.....

--------- A questão das refeições faremos a informação, não sei se já foi enviada, mas ela será enviada nos termos normais.....

--------- A Carta Educativa iniciou o trabalho a equipe técnica, ouvindo os conselhos gerais das escolas, directores das escolas, o Conselho Municipal de Educação, fará a audição dos pais, também, será ouvida a Comissão Municipal de Educação da Assembleia, num quadro inicial de preparação de uma primeira proposta, é preciso que alguém faça trabalho para que se elabore um documento útil, para uma discussão útil também. .....

--------- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Sr. Deputado José Brinquete, tem a palavra.....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, eu não responsabilizei a Câmara por causa desta fórmula, vamos lá, que chegou aqui à Assembleia, de maneira nenhuma, eu chamei a atenção é de que a Comissão Permanente não tem poderes para tomar esta decisão e não é o argumento que a sessão da AM é muito cara, porque senão até podíamos, no limite, chegar à conclusão que também se gasta dinheiro com a Comissão Permanente e podia-se fazer contactos pelo telefone, ou coisa assim parecida, não é? Não é possível, a Comissão Permanente não pode aprovar por forma a dar andamento a um concurso, seja ele qual for, porque o órgão soberano é este, e não há nenhum argumento de ordem financeira que permita suprimir o que está estabelecido na lei. Obrigado.....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. deputado. Eu recordo, mais uma vez, o texto que resultou da reunião e da decisão da Comissão Permanente, além dos considerandos que já foram lidos, diz: Após análise e discussão foi decidido, por unanimidade, concordar com o procedimento da Câmara Municipal de Bragança, no sentido de proceder de imediato ao procedimento do concurso a submeter à autorização deste órgão deliberativo na Sessão de Junho. Nós, hoje, vamos votar de facto essa autorização, no texto que acabo de ler, nos documentos diz isso mesmo. .....

--------- Reparo que de facto na agenda estava ratificação, há esse lapso, digamos, está escrito " ratificação do seguinte ponto, correcto, é, de facto, discussão e votação, para a aprovação deste ponto. .....

--------- Assim sendo vamos proceder à respectiva votação. .....

---------**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, TREZE ABSTENÇÕES E CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E SETE MEMBROS PRESENTES**. .....

--------- Declarações de voto, Srs. deputados? Uma declaração de voto. Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes, tem a palavra para a sua declaração de voto, peço, naturalmente, que se cinja à declaração de voto. .....

--------- **Luís Fernandes –** Uma vez mais, boa tarde a todos. A nossa declaração de voto, de abstenção, não é de maneira nenhuma qualquer dúvida que se ponha em relação ao concurso, nós sabemos que mediante o exigido por lei o concurso tem que ser aberto, mas um pouco na sequência da dúvida que o Brinquete aqui trouxe, a questão da Comissão Permanente poder autorizar o procedimento do processo mediante as condições em que foram expressas, a nossa abstenção é pura e simplesmente nesse sentido. .....

--------- **Presidente da Mesa -** Não há registo de mais declarações de voto, pelo que passamos, agora, ao ponto seguinte. .....

PONTO 4.3 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OS SEGUINTES PONTOS: .....
PONTO 4.3.1 - NECESSIDADE DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – ÁREA DE ACÇÃO EDUCATIVA PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA DOS CENTROS ESCOLARES DA SÉ E SANTA MARIA - 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011. .....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. .....

"CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Maio do ano de dois mil e onze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

"NECESSIDADE DE ASSISTENTES OPERACIONAIS – ÁREA DE ACÇÃO EDUCATIVA PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA DOS CENTROS ESCOLARES DA SÉ E SANTA MARIA – 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta, elaborada pela Divisão Administrativa:

1. Considerando a informação do Director do Departamento de Educação, Social e Cultural, que dá conhecimento que no próximo ano lectivo 2011/2012, com a abertura de mais uma sala nos Centros Escolares da Sé e Santa Maria, é imprescindível a admissão de mais um assistente operacional – área da acção educativa para cada um dos Centros Escolares, de forma a assegurar o apoio às componentes lectiva e social (prolongamento de horário e apoio à família) e à limpeza das salas, como uma necessidade permanente;

2. Considerando que o Mapa de Pessoal para o ano de 2011, aprovado pela Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária realizada em 17 de Dezembro de 2010, prevê a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo certo), para 3 postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional para o Departamento Sociocultural, para fazer face a actividades de natureza temporária dos serviços municipais;

3. Considerando que no presente não é necessário contratar os 3 assistentes operacionais, por tempo determinado (termo certo), mas sim, urge proceder à contratação de um assistente operacional – área da acção educativa, para cada um dos Centros Escolares da Sé e Santa Maria, com o recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para execução de actividades de natureza permanente dos serviços municipais do Departamento Sociocultural com a reorganização dos serviços Departamento de Educação, Social e Cultural;

4. Considerando que existe dotação no orçamento municipal para se poder proceder ao recrutamento de um assistente operacional – área da acção educativa, para cada um dos Centros Escolares da Sé e Santa Maria, por tempo indeterminado;

5. Considerando que a autorização para a alteração da modalidade da relação jurídica de emprego público, dos 3 postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional a contratar por tempo determinado (termo certo), para o Departamento Sociocultural constante no Mapa de Pessoal para o ano de 2011, para 2 postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional a contratar por tempo indeterminado), compete à Assembleia Municipal de Bragança;

6. Considerando que se mantém no Mapa de Pessoal para o ano de 2011, a criação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional a contratar por tempo determinado (termo certo), para o Departamento Sociocultural

Em conclusão:

Face aos considerandos acima enunciados, proponho para aprovação da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2011, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e nos seguintes termos:

- A autorização para a alteração da modalidade da relação jurídica de emprego público, constante no Mapa de Pessoal para o ano de 2011, dos 3 postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional previstos para o Departamento Sociocultural, com a reorganização dos serviços Departamento de Educação, Social e Cultural, a recrutar por tempo determinado (termo certo), passe a constar 2 postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – área da acção educativa, para os Centros Escolares da Sé e Santa Maria, com o recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, mantendo-se a criação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional a contratar por tempo determinado (termo certo) previsto no Mapa de Pessoal para o ano de 2011.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2011, que consiste na autorização para a alteração da modalidade da relação jurídica de emprego público, constante no Mapa de Pessoal para o ano de 2011, dos 3 postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional previstos para o Departamento Sociocultural, com a reorganização dos serviços Departamento de Educação, Social e Cultural, a recrutar por tempo determinado (termo certo), passe a constar 2 postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – área da acção educativa, para os Centros Escolares da Sé e Santa Maria, com o recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, mantendo-se a criação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional a contratar por tempo determinado (termo certo) previsto no Mapa de pessoal para o ano de 2011 e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na

redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro."

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier"

--------- **Presidente da Mesa –** O Sr. Presidente da Câmara pretende dar esclarecimentos adicionais? Não há por parte da Câmara essa intenção, de momento, pelo que formulo à Assembleia - inscrições para pedidos de esclarecimentos? Registamos pedidos de esclarecimento por parte da bancada da CDU e também do CDS/PP, Guedes de Almeida. Sr. Deputado José Brinquete tem a palavra.....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, o que pretendo ver esclarecido é muito simples, é que, primeiro de tudo, é registar que vejo com agrado que dois postos de trabalho que estavam a termo certo e, se eu bem entendo, passam a termo indeterminado, na medida em que a força política a que pertenço defende trabalho estável e com direitos.....

--------- Mas a pergunta que eu fazia é esta, porque é que isso não foi tratado logo na altura quando foram criados estes lugares no Quadro? Primeira pergunta. Será que foi agora decidida em função das pessoas que foram admitidas? .....

--------- Terceiro – Porque é que o terceiro possível futuro trabalhador se mantém a termo certo? .....

--------- **Presidente da Mesa –** Sr. Deputado Guedes de Almeida, tem a palavra.....

--------- Prescinde? Muito bem. .....

--------- Sr. Presidente pode responder à questão formulada, por favor? .....

--------- **Presidente da Câmara –** Obrigado, Sr. Presidente. Deixar a notas para o Sr. Deputado Alcidio Castanheira de que a informação solicitada relativa ao processo de serviço de refeições foi dirigida por ofício de 2 de Junho ao Sr. Presidente da AM, deve estar em posse do Sr. Deputado. .....

--------- A questão do tempo determinado e indeterminado, qual foi a razão? Tratou-se de um lapso na elaboração do mapa de pessoal aquando da elaboração do orçamento e o Plano Plurianual de Investimento, uma vez que no mapa deveríamos estar a prever um lugar para tempo determinado e dois para tempo indeterminado, dois por tempo indeterminado respectivamente para a abertura de mais uma turma em cada um dos centros escolares da Sé e de Santa Maria ao nível do ensino pré-escolar. O outro posto de trabalho por tempo determinado, no sentido de ganhar tempo para avaliar o Jardim de Infância de Salsas se se mantém aberto ou não. Está dada a resposta a esse nível.....

--------- De resto temos de deixar a nota de que a Portaria 1049/2008 de 16 de Setembro implica um rácio de um auxiliar de Acção Educativa para quarenta alunos, no próximo ano teremos que abrir mais uma turma, em princípio em cada um dos centros escolares, sendo certo que tendo um rácio inferior àquele que a Portaria impõe provavelmente no próximo ano não teremos condições para contratar mais auxiliares de acção educativa, quer pelas orientações no sentido da redução do pessoal, mas também porque estamos com rácios superiores aos legalmente recomendados. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo esclarecimento efectuado.....

--------- Pedidos de intervenções? Não se registam pedidos de intervenções. Vamos passar à deliberação. .....

--------**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SETENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES**.....

--------- **Presidente da Mesa –** Declarações de voto? Não há declarações de voto.....

--------- Passamos então ao ponto seguinte. .....

PONTO 4.3.2 - CARTÃO ECOTUR – CARTÃO DE FIDELIZAÇÃO DOS TURISTAS DAS ZONAS GESTUS – Redução de Taxas; .....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. .....

"CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Maio do ano de dois mil e onze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

"CARTÃO ECOTUR – CARTÃO DE FIDELIZAÇÃO DOS TURISTAS DAS ZONAS GESTUS – Redução de Taxas

Pelo Departamento de Educação, Social e Cultural, foi presente a seguinte informação:

A ACISB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, em parceria com a ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega e a ACDV – Associação Comercial do Distrito de Viseu criaram a Rede Gestus.

A Rede Gestus é uma união estratégica que tem em vista a revitalização e dinamização do comércio das cidades de Bragança, Chaves e Viseu.

Existem várias acções desenvolvidas na Rede Gestus como o Cartão Gestus e outras a ser lançadas, nomeadamente o Cartão ECOTUR. O Cartão Gestus tem em perspectiva a fidelização de clientes através da atribuição directa de descontos e brindes em cada aquisição que estes façam junto dos associados aderentes, nas 3 cidades da Rede. Com o Cartão de fidelização em mãos, o consumidor terá maiores possibilidades de comprar e de obter benefícios no acto da compra. Consequentemente, o comerciante irá obter um maior volume de vendas com o retorno deste cliente mais vezes ao seu estabelecimento. Por sua vez, o cliente irá divulgar as vantagens do Cartão Gestus ao seu grupo de influência (amigos, colegas de trabalho e família), angariando novos compradores aderentes ao serviço. É um ciclo que se baseia numa relação de dar e receber.

O Cartão ECOTUR mais do que divulgar o comércio tradicional nas regiões em que se insere, visa cativar o interesse dos turistas que visitem as zonas Gestus. O Cartão ECOTUR irá funcionar como um instrumento de fidelização dos turistas e visitantes ocasionais, procurando oferecer-lhe vantagens efectivas nas suas visitas à região e incentivando a sua circulação pela mesma.

Uma vez executado, o cartão ECOTUR será disponibilizado ao público, por postos de informação e empresas do ramo do turismo das zonas afectas ao projecto, com descontos e ofertas no comércio local e em rotas turísticas. A acompanhar o seu lançamento serão disponibilizados folhetos com dados sobre as entidades aderentes e as vantagens oferecidas. A validade do cartão será de um ano e poderá ser usado na região Gestus.

Tendo em conta que estamos, ainda, na fase de captação e consolidação de públicos nos equipamentos culturais, dada a conjuntura económica que se faz sentir no país e a experiência e conhecimento obtidos sobre o funcionamento desde a abertura dos equipamentos nomeadamente o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e o Museu Ibérico da Máscara e do Traje, apresenta-se uma proposta de redução de 25% a incidir na taxa de visita, prevista nas alíneas a) dos artigos 15.º e 16.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor neste Município, aos utilizadores que possuem o Cartão ECOTUR, pelo período de um ano após a publicação do respectivo Edital e renovável por iguais períodos, quando solicitados

Também se propõe igual redução a incidir na taxa de visita aos equipamentos acima referidos, a disponibilizar aos Operadores Turísticos, Hotéis e Agências de Viagem, desde que estes se manifestem interessados na aquisição dos respectivos bilhetes.

Assim, a redução proposta é da competência da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para efeitos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º do citado Diploma."

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier"

--------**Presidente da Mesa -** Pedidos de esclarecimento sobre esta matéria? Não há. .....

--------- Intervenções sobre este assunto? José Brinquete, da CDU. Tem a palavra para a sua intervenção sobre este ponto da agenda. .....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, a CDU considera, salvo melhor explicação porque também não houve o cuidado de introduzir o ponto e explicar melhor, considera, salvo melhor informação e explicação, esta medida altamente demagógica. Até podemos admitir que a Associação Comercial em conjunto com outras associações que conheço, Chaves e Viseu, precisa de gastar uns dinheiros que a Comunidade Europeia lhe vai dar e depois gasta-os da pior forma. Está lá previsto talvez fazer uns cartões e é preciso gastar o dinheiro dos cartões, também. .....

--------- Mas, bem vistas as coisas o que é que aqui nos é proposto? É-nos proposto aprovar que a isenção, penso que é de 25%, se não estou em erro, na entrada do Centro de Arte Contemporânea e no Museu do Traje e da Máscara, para os turistas. Ora, nós sabemos que o turista médio, normal, de Bragança, infelizmente ainda é um turista de fim de semana, que vem cá no sábado ou no domingo e depois não volta porque também não há políticas de turismo para as pessoa aqui estejam mais tempo. Não haja dúvida que é para consumirem porque aqui são as isenções nestas duas unidades culturais, aqui até podia ser aceitável na medida em que estão abertos ao domingo, mas a maioria

do comércio não está aberto ao domingo, logo a eficácia nos turistas, isto não tem eficácia nenhuma. .....

--------- E depois há uma outra vertente que é a seguinte, estão aqui alguns comerciantes nesta sala, na qualidade de eleitos da AM, eu pergunto: quem é que efectivamente consome no comércio de Bragança? Quem consome no comércio de Bragança, e esta é uma verdade indesmentível, são os funcionários públicos, são os operários da construção civil, são as populações das aldeias, agricultores, é essa gente que consome, e somos nós todos, independentemente da profissão, eu citei duas ou três que são mais numerosas, mas podia ir até à sua, em concreto, não é? E portanto isto é altamente demagógico, emitir um cartão, ainda por cima é anual, pró ano o turista, que não está cá, vai renová-lo, só serve para estoirar dinheiro. Portanto nós achamos que não é, de maneira nenhuma, ajuda ao comércio. A ajuda que o comércio precisa, aliás o que devia vir aqui era uma proposta para que o novo Governo que agora toma posse pudesse tomar medidas de apoio ao pequeno comércio a começar pelo financiamento que neste momento está praticamente fechado, a começar também pelo aumento dos salários e das pensões para que estes consumidores que falei, que são efectivamente os verdadeiros consumidores, que tenham mais poder de compra e gastem mais dinheiro no comércio local. Porque, por exemplo, Izeda vai distribuir cartões a quem? Ou Grijó, está aqui uma comerciante de Grijó que é ao mesmo tempo Presidente de Junta, deve estar já a imaginar as grandes vantagens que vai ter com este cartão, com os turistas a irem lá a Grijó a consumir. Isto é demagogia pura, e é por ser demagogia pura que a CDU vai votar contra. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Não há mais inscrições para intervenções. Não sei se a Câmara Municipal pretende fazer algum esclarecimento adicional. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara para uma intervenção sobre esta matéria. .....

--------- **Presidente da Câmara –** Muito obrigado, Sr. Presidente. Na verdade não estou nada de acordo com o Sr. Deputado José Brinquete, que se trata de uma demagogia pura, ainda que a iniciativa seja da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Bragança, quem emite o Cartão é a Associação, ponto número um. .....

--------- Ponto número dois, a maior parte dos utilizadores potenciais deste cartão são os cidadãos do Concelho, não são os turistas, mesmo que o ênfase por parte da Associação seja feito a esse nível. Se esta medida funcionar e for viável os principais beneficiários são os cidadãos de Bragança. Essa é a primeira grande nota que eu lhe quero deixar. Vou dizer aquilo que é a minha interpretação e aquilo que é a interpretação da Associação. A Associação desenvolveu com outras duas

associações uma parceria no âmbito de uma rede que se designa de Rede Gestus, é verdade que é no âmbito de um projecto de financiamento comunitário mas a maior parte das iniciativas que tem beneficiado o comércio em termos de modernização do comércio, de animação, todas elas consomem recursos comunitários, não recursos nacionais para consumir. Sabemos bem que é tudo financiamento externo e ajudas comunitárias, mas é preciso a aproveitá-las. Se esta medida do cartão ECOTUR é uma medida eficaz ou não, eu tenho as minhas dúvidas, agora que beneficia, se funcionar prioritariamente e fundamentalmente os cidadãos do Concelho, é inquestionável que sim. O Município não tem despesa com a emissão do cartão, autoriza que beneficiem de um desconto de 25%, mas deixe-me que lhe diga, os cidadãos de Bragança têm já um período determinado de acesso gratuito aos equipamentos. E os grupos de dez ou mais pessoas beneficiam de um desconto de 50%, tento podem fazer as agências de viagens como pode fazer um cidadão que se agrega com outros amigos, e fazem a visita ao Museu com desconto de 50%, por isso estamos a falar de 25% de desconto num cartão ECOTUR é uma coisa que não merece, do meu ponto de vista, sequer discussão absolutamente nenhuma. Queria deixar essa nota. .....

--------- Também salientar que crianças com menos de dez anos de idade acedem gratuitamente aos equipamentos. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Vamos então votar esta proposta apresentada pela Câmara Municipal. .....

---------**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E SETENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.** .....

--------- **Presidente da Mesa –** Declarações de voto, Srs. Deputados? Guedes de Almeida tem a palavra para a sua declaração de voto. Depois Manuel Pires do Partido Socialista. .....

--------- **Guedes de Almeida –** A minha abstenção foi no sentido de, certa forma, marcar, digamos assim**,** a posição de critérios do Sr. Presidente da Câmara relativamente àquela proposta que foi apresentada hoje de manhã, pelo CDS. De facto este cartão visa proteger quem visite o Museu da Máscara, que se situa na Zona Histórica, que é do interesse municipal, não foram aferidos os mesmos critérios, a não ser que também esse cartão permita o desconto de 25% na colocação de esplanadas aos comerciantes que beneficiem desse desconto, mas está excluído aqui disto, é só para o Museu. .....

--------- Apenas para sinalizar, que há diferença de critérios entre os que são valores municipais ou valores da Câmara e valores do comerciante que se situa na Zona Histórica.....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado.....

--------- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado Manuel Pires do Partido Socialista. .....

--------- **Manuel Pires –** Boas tarde a todos. A declaração de voto do Partido Socialista foi favorável porque entendemos que todas as iniciativas que tenham a ver com o uso massivo dos equipamentos que temos e que recuperámos na Zona Histórica tem o nosso empenhado merecimento, portanto logo o nosso voto favorável exactamente por causa disso, porque achamos que é importante termos equipamentos mas também é importante promovermos o seu uso.....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado.....

--------- Antes de passarmos para o ponto seguinte queria lembrar, outra vez, que até ao momento deu entrada na Mesa apenas uma candidatura para a eleição dos Srs. Presidentes de Junta para a Comissão de Protecção Civil e Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, nós formulamos a questão para os grupos parlamentares presentes na Assembleia se há intenção de formular candidaturas, para, mais uma vez digo, se formular o processo administrativo de construção dos boletins de voto.....

--------- Neste momento apenas há uma candidatura apresentada pelo PSD para: Comissão de Protecção Civil – Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela – Telmo Ramiro Prada Afonso; Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho – Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rabal – Paulo Hermenegildo de Castro João. São as candidaturas que, até agora, estão em cima da Mesa, pelo que peço, mais uma vez, para obviarmos dificuldades logísticas, que dêem entrada mais candidaturas na Mesa, para esse objectivo, se houver.....

--------- Passamos então para o ponto seguinte.....

PONTO 4.3.3 - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS; .....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

"CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de Junho do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

"REGULAMENTO MUNICIPAL PARA FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS

Pelo Director do Departamento de Educação, Social e Cultural foi presente a seguinte informação:

Na Reunião Ordinária de Câmara Municipal, realizada em 12 de Abril de 2011, foi deliberado, submeter a proposta de Regulamento Municipal para Férias Desportivas e Culturais, para apreciação pública e recolha de sugestões, cfr. artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, pelo período de 30 dias úteis.

Este período decorreu entre os dias 20 de Abril de 2011 e 02 de Junho de 2011.

Do Edital n.º 149/2011, que tornou pública a deliberação acima referida, constava que as sugestões deveriam ser apresentadas no referido Departamento, sito no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira.

Findo o prazo estabelecido não foi recebida neste Departamento qualquer sugestão ou alteração.

Assim, nos termos previstos na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da citada Lei, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Municipal para Férias Desportivas e Culturais, que a seguir se transcreve:

REGULAMENTO MUNICIPAL PARA FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS

Preâmbulo

A promoção e generalização da prática desportiva junto da população infanto-juvenil e a participação em actividades de índole cultural são factores essenciais de melhoria da qualidade de vida e de formação pessoal, social e desportiva.

Procurando o enriquecimento desportivo e cultural das crianças e dos jovens, o desenvolvimento do sentimento de grupo e das relações interpessoais e o incentivo à criatividade, o Município de Bragança criou o programa Férias Desportivas e Culturais, inserido no projecto "Bragança Saudável, Bragança Solidária".

Este programa é abrangido pelo conceito de "Campo de Férias" definido na alínea a), do n.º 2, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de Março, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de promoção e organização de campos de férias, como "iniciativas destinadas exclusivamente a grupos de crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, cuja finalidade compreenda a realização, durante um período de tempo determinado, de um programa organizado de carácter educativo, cultural, desportivo ou meramente recreativo".

No n.º 1, do artigo 13.º, do referido diploma legal, é estatuído que "as entidades organizadoras devem elaborar um regulamento de funcionamento…".

Assim, procurando a promoção da plena satisfação dos participantes e dos seus encarregados de educação e a melhoria contínua dos serviços prestados, o Departamento de Educação, Social e Cultural do Município de Bragança, elaborou a presente Proposta de Regulamento Municipal para Férias Desportivas e Culturais, que pretende definir os direitos, deveres e regras a observar por todos os elementos que integram este programa e as suas actividades e a forma como podem e devem orientar as suas atitudes durante o período de funcionamento do programa.

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com a alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alíneas e) e f), do n.º 1, do artigo 13.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e tendo em vista o estabelecido no n.º 1, do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de Março.

Artigo 2.º

Natureza e âmbito

O presente regulamento define os direitos, deveres e regras a observar por todos os elementos que integram as Férias Desportivas e Culturais.

Artigo 3.º

Objectivos

As Férias Desportivas e Culturais têm como principais objectivos:

a) Promover o desporto e a cultura no seio da comunidade infanto/juvenil nas férias lectivas, durante o mês de Julho;

b) Proporcionar o desenvolvimento pessoal dos participantes na vertente da auto-estima, capacidade de iniciativa, sentido de responsabilidade e criatividade;

c) Impulsionar a sociabilização de crianças e jovens, fomentando a integração de todos os participantes através do seu envolvimento nas actividades culturais, desportivas e recreativas;

d) Promover o contacto com a natureza, preservando o meio ambiente;

e) Proporcionar novas experiências e hábitos de vida saudáveis às crianças e jovens.

Artigo 4.º

Destinatários

As Férias Desportivas e Culturais destinam-se a crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos.

Artigo 5.º

Entidade Organizadora

As Férias Desportivas e Culturais têm como entidade organizadora a Câmara Municipal de Bragança – Departamento de Educação, Social e Cultural, que poderá realizar protocolos com entidades educativas e associativas do concelho.

Artigo 6.º

Inscrições

1. O período de inscrições decorrerá em data a definir anualmente pela entidade organizadora, sendo que este período cessará após o preenchimento de todas as vagas ou até à data limite fixada.

2. Para efectuar a inscrição cada candidato deverá:

a) Entregar Ficha de Inscrição, disponibilizada nas Piscinas Municipais de Bragança, devidamente preenchida, onde se inclui a autorização do encarregado de educação;

b) Entregar fotocópia do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão;

c) Efectuar o pagamento da taxa fixada no artigo 11.º - Programas especiais de ocupação de tempos livres, da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor neste Município

3. A inscrição só será validada após a entrega da respectiva ficha, dos documentos necessários e da realização do pagamento.

Artigo 7.º

Desistências

1. O participante, ou o seu representante legal, pode desistir da inscrição das Férias Desportivas e Culturais, comunicando essa intenção por escrito à entidade organizadora, nas seguintes condições:

a) Para as comunicações de desistência feitas antes do fim do prazo de inscrição, é devolvido o valor total da taxa de inscrição;

b) Para as comunicações de desistência após o final do prazo das inscrições ou a não comparência nas actividades, não há lugar a qualquer reembolso.

Artigo 8.º

Faltas

Todas as ausências por parte do participante deverão ser previamente comunicadas ao responsável do grupo onde está inserido.

Artigo 9.º

Local de Funcionamento das Actividades

1. As actividades decorrerão, principalmente, nos espaços desportivos e culturais do município.

2. Dependendo da especificidade de algumas actividades a desenvolver, poderão ser utilizados, pontualmente, outros espaços.

Artigo 10.º

Horário de Funcionamento

As Férias Desportivas e Culturais decorrem em dias úteis das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30 h, durante o mês de Julho.

Artigo 11.º

Direitos e deveres da entidade organizadora

1. São **direitos** da entidade organizadora:

a) Seleccionar o pessoal técnico e participantes de acordo com as condições estabelecidas pelo presente Regulamento;

b) Fazer o registo fotográfico dos participantes nas actividades e utilizar as imagens na divulgação do projecto;

c) Elaborar um suporte audiovisual de registo da actividade;

d) Determinar as condições de exclusão de qualquer participante cuja acção tenha afectado o normal funcionamento das actividades.

2. São **deveres** da entidade organizadora:

a) Efectuar o seguro de acidentes pessoais nos termos da lei;

b) Assegurar a existência de espaços e meios seguros adequados ao desenvolvimento das actividades previstas;

c) Fazer a respectiva divulgação das actividades junto da comunidade a quem se destina;

d) Assegurar a deslocação dos participantes sempre que as actividades assim o exijam;

e) Elaborar o Cronograma das Actividades e o Projecto Pedagógico e de Animação das Férias Desportivas e Culturais.

Artigo 12.º

Direitos e deveres do participante

1. São **direitos** do participante:

a) Ser acompanhado pelos monitores em todas as actividades desenvolvidas;

b) Ter acesso, no acto da inscrição, ao Regulamento Municipal para Férias Desportivas e Culturais, ao Projecto Pedagógico e de Animação, ao Cronograma das Actividades das Férias Desportivas e Culturais e demais documentação prevista na legislação em vigor;

c) Garantia de sigilo e de tratamento segundo a legislação em vigor da informação prestada no âmbito da alínea f), do ponto seguinte.

d) Usufruir de um seguro de acidentes pessoais (Portaria n.º 629/2004, de 12 de Junho);

e) Participar em todas as actividades do projecto, salvo por limitações pessoais do participante, por razões de ordem técnica, meteorológica ou por indicação do respectivo encarregado de educação.

2. São **deveres** do participante:

a) Cumprir o Regulamento Interno das Férias Desportivas e Culturais;

b) Cumprir as decisões e orientações dadas pelos monitores;

c) Comunicar ao monitor que o acompanha qualquer alteração ao regime da sua participação como sair mais cedo ou não participar num dos dias;

d) Usar o equipamento recomendado pela organização das Férias Desportivas e Culturais;

e) Zelar pela conservação das instalações e dos materiais, sendo responsabilizado pelos danos causados por má utilização;

f) Informar no acto da inscrição, por escrito, a entidade organizadora de qualquer limitação física e/ou funcional, de eventuais necessidades de alimentação específica ou cuidados especiais de saúde a observar;

g) Respeitar os restantes participantes, os monitores e todas as outras pessoas envolvidas nas actividades.

Artigo 13.º

Material necessário

Os participantes deverão fazer-se acompanhar de roupa, calçado e equipamento adequados à actividade desportiva a desenvolver, protector solar, lanche (manhã e tarde) e água.

Artigo 14.º

Responsabilidades

1. A entidade organizadora não é responsável por quaisquer extravios de bens dos participantes.

2. A entidade organizadora não é responsável por qualquer dano pessoal sofrido na deslocação até ao ponto de encontro das actividades, bem como no regresso das mesmas.

3. Os representantes legais são responsáveis pela informação fornecida no formulário de inscrição e toda a informação complementar relativa ao participante.

Artigo 15.º

Dúvidas e omissões

As situações pontuais ou os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal.

Artigo 16.º

Entrada em vigor e aplicação

O presente regulamento entra em vigor após a aprovação pela Assembleia Municipal de Bragança e respectiva publicação em edital a ser afixado nos lugares de estilo e na página electrónica da Câmara Municipal de Bragança em http://www.cm-braganca.pt.

Após análise e discussão, foi deliberado por unanimidade, aprovar, o referido Regulamento, bem como submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da citada Lei."

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier"

--------**Presidente da Mesa –** Sr. Presidente da Câmara, deseja fazer algum esclarecimento adicional?.....

--------- Naturalmente se houver questões sobre esta matéria, façam o favor, Srs. deputados, de formular agora as suas inscrições para pedidos de esclarecimentos. Temos um pedido de esclarecimento de José Brinquete da CDU. Tem a palavra. .....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, gostava que o Sr. Presidente da Câmara me esclarecesse duas dúvidas muito simples. A primeira é se este programa de férias já está a decorrer em termos de inscrições ou até mesmo se já fechou. Portanto a primeira pergunta é saber se este programa de férias já está a decorrer e até mesmo se já fechou. .....

--------- A segunda pergunta é se no caso de já ter fechado as inscrições se é possível esta AM ter uma das soluções que é votar contra. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Não sei se a CM pretende fazer algum esclarecimento. .....

--------- Vamos proceder às inscrições para intervenções e o Sr. Presidente manifestou a intenção de responder no final.....

--------- **Presidente da Mesa -** Sr. Presidente, levantada esta questão pelo Sr. Deputado Luis Filipe Pires Fernandes, pode então formular a resposta ao Sr. Brinquete e podemos de alguma forma encurtar tempo e eliminar alguma intervenção. .....

--------- **Presidente da Câmara** – Vou referir então o seguinte, a Câmara Municipal tem vindo a promover durante o mês de Julho as férias desportivas e culturais no âmbito do projecto "Bragança Saudável, Bragança Solidária". Este programa é agora, conforme o Decreto-Lei 32/2011 de 7 de Março, abrangido pelo conceito de " Campo de Férias" que envolve o exercício de actividades, promoção e organização de iniciativas de carácter educativo, cultural, desportivo ou meramente recreativo, destinadas a grupos de crianças e jovens com idades compreendidas entre os seis e os dezasseis anos. .....

--------- O Regime Jurídico do Campo de Férias, Decreto-Lei 32/2011 de 7 de Março, estatui que as Entidades organizadoras devam elaborar um Regulamento com a definição dos direitos, deveres e regras a observar pelos elementos que integram as férias desportivas e culturais e os direitos e deveres da Entidade promotora, neste caso o Município, ou seja, mais cedo do que isto não era possível, só se viéssemos com este Regulamento à Assembleia de Setembro. A publicação do Decreto-Lei é recente, os Serviços estiveram atentos, organizaram o respectivo regulamento e trá-lo à Assembleia na primeira oportunidade que é Junho. A ausência de regulamento não significa que a

actividade da ocupação dos tempos livres não se fizesse, já temos feito mais anos, é a continuação, este Regulamento permite-nos clarificar alguns aspectos relacionados com a actividade. .....

--------- Salientar, naturalmente, eu creio que estarão fechadas as inscrições, que não tenho a certeza, mas a procura é muita, há um limite que eu creio andar na ordem dos trezentos jovens e o início da actividade é no dia 1 de Julho. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Presidente, por este esclarecimento.....

--------- Abrimos, agora, o período de inscrição para intervenções. Há um pedido de intervenção por parte do Sr. José Brinquete. Tem a palavra. .....

--------- **José Brinquete -** Sr. Presidente da AM, eu estava a ouvir com muita atenção o Sr. Presidente da Câmara e estava a ver que ele não dizia o essencial, e o essencial é de que se nós votarmos contra, que é uma hipótese, não é? Em tese já está tudo tratado, e como é que é possível inscrever pessoas, neste caso crianças, com a anuência dos pais, sem o Regulamento estar previamente aprovado! Porque nós podemos fazer aqui melhorias, ora se já está tudo inscrito, se já está tudo fechado, eu acho que vamos participar aqui numa cena mais ou menos de pró-forma. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Finalizadas as inscrições para intervenções, vamos passar à votação do Regulamento Municipal para férias desportivas e culturais. .....

---------**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM TRÊS VOTOS CONTRA, DEZOITO ABSTENÇÕES E CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.** .....

--------- **Presidente da Mesa –** Srs. deputados, quem pretende fazer declaração de voto? Registamos três intenções de declaração de voto. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Pires Fernandes, do Partido Socialista, para proceder à sua declaração de voto. .....

--------- **Luís Fernandes –** A nossa apreciação vai no seguimento de que entendemos que as férias desportivas e culturais devem ser realizadas, agora não entendemos também que venha aqui o Regulamento quando diz que as inscrições estão fachadas. O Sr. Presidente da Câmara diz-nos que mais rápido não pode ser. Ora bem, se fizermos contas, o Decreto-Lei sai em Março, houve uma Assembleia em Abril! Se os serviços fossem diligentes possivelmente em Abril poderíamos ter discutido este Regulamento e tudo se processava dentro da normalidade, coisa que não aconteceu. Agora, votarmos aqui um regulamento quando tudo mais já está desenvolvido em termos de inscrições parece-me não fazer qualquer sentido, daí o nosso voto de abstenção em relação a esta situação. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Tem a palavra, agora, para formular a sua declaração de voto, o Sr. deputado do Movimento Sempre Presente, o Sr. Jorge Laranjinha.....

--------- **Jorge Laranjinha –** Boa tarde, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Público em geral, Comunicação Social e Srs. Presidentes de Junta. Nós votámos contra esta proposta por duas razões simples. A primeira é que não podemos votar alguma coisa que foi feita em cima do joelho, isto foi à pressa para ser apresentado agora aqui. Os deputados que me antecederam têm razão, temos que votar alguma coisa mas temos que ter conhecimento dela anteriormente para podermos partilhar entre todos, dar opiniões e melhorar alguma coisa, sendo possível. .....

--------- Por outro lado o Sr. Presidente da Câmara referiu que as inscrições já deviam estar fechadas porque a procura é muita, não conhecemos também aqui os critérios de selecção, se a procura é maior que a oferta quais foram os critérios de selecção nessa situação. Obrigado. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado.....

--------- Tem a palavra, e é o último pedido para declaração de voto que foi formulado pelo Dr. Guedes de Almeida, do CDS/PP. .....

--------- **Guedes Almeida –** O meu voto contra foi apenas no sentido de que há aqui, digamos assim, a politica do facto consumado, isto é, faz-se tudo e depois tem a cobertura contra aquilo que a Lei impõe. Isto poderia levar, em extremo, à anulação de todas as inscrições e só serem permitidas a partir desta data, houve tempo útil para o documento ser submetido a apreciação, nem sequer foi submetido a apreciação e nem sequer aqui foram referidos quais foram os critérios de selecção para seleccionar os jovens para esses campos de férias. De maneira que perante isto votei contra.....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

--------- Só uma correcção porque a Sessão é gravada e depois há a transcrição das actas, o Sr. Deputado Jorge Laranjinha fez a observação de que tinha sido votado pelo Movimento Sempre Presente com voto contra , não foi o caso, apenas votou contra, o deputado do Movimento Sempre Presente, Jorge Laranjinha, sendo que os restantes deputados presentes, do Movimento Sempre Presente, votaram com abstenção. .....

--------- Passamos para o ponto seguinte. .....

PONTO 4.3.4 - ESTUDO TÉCNICO E DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRO DA EMPRESA, TERRA FRIA CARNES UNIPESSOAL, LDA.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. .....

"I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de Junho do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

"ESTUDO TÉCNICO E DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRO DA EMPRESA, TERRA FRIA CARNES UNIPESSOAL, LDA.

Pelo Sr. Presidente foi presente uma comunicação dirigida a esta Câmara Municipal, contendo a deliberação tomada em reunião realizada no dia 09 de Junho de 2011, pelo Conselho de Gestão da empresa Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda., fundamentada no estudo de viabilização económica e financeira, elaborado pela empresa, Gestluz Consultores, (anexo 1) adjudicado pela Câmara Municipal e previamente distribuído ao Executivo Municipal com a Ordem de Trabalhos para a Reunião desta Câmara Municipal de 13 de Junho de 2011.

O Sr. Vice Presidente, na qualidade de Presidente do Conselho de Gestão, introduziu o assunto, abordando-o nos termos seguintes:

"A empresa Terra Fria Carnes Lda., foi criada em 20 de Julho de 1998. Integraram a constituição da Sociedade – a Câmara Municipal de Bragança, a Cooperativa Agro-pecuária Mirandesa, a Associação de Criadores de Gado de Bragança e o Agrupamento de Produtores de Cordeiros Bragançanos, Lda., com um capital social de 5 000 000$00 (25 000€) sendo a participação dos sócios de 49,98%, 16,66%, 16,67%, 16,6% respectivamente.

O Agrupamento de Produtores de Cordeiros Bragançanos não realizou o seu capital social e teve que sair da sociedade, sendo a sua quota repartida entre o Associação de Criadores de Gado de Bragança e a Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa, passando estas a deter 24,02% e 26% respectivamente

A empresa tem por objecto o abate, transformação e comercialização de carnes e a realização de investimentos em matadouros, desmancha de carnes e salsicharia, bem como distribuição e a administração dos bens imóveis de que seja titular.

Iniciou a sua actividade com a construção do matadouro e sala de desmancha e embalagem de carne, beneficiando de ajudas através dos Programas PAMAF (113 790 316$00) e LEADER II (8 571 276$00). O total de investimento rondou os 200 000 000$00 (1 000 000€).

O matadouro iniciou o serviço de abates no ano de 2001.

Desde o início da constituição da sociedade que a Câmara Municipal tem manifestado, publicamente, o desejo de serem os restantes sócios os detentores da maioria do capital social, por entender, face ao objecto da empresa, dever a mesma ter uma gestão privada, ligada à produção e não uma gestão pública, para a qual esta Câmara Municipal não tem vocação atendendo à especificidade do negócio a desenvolver e para o qual os procedimentos administrativo-financeiros públicos não são adequados.

No entanto a evolução verificada no sector pecuário do concelho, à semelhança do país, foi no sentido de um acentuado decréscimo da actividade com consequências directas na saúde financeira das estruturas associativas representativas dos produtores. A diminuição constante de efectivos pecuários, nomeadamente de bovinos, teve reflexos negativos na actividade da empresa, situação que tem conduzido a resultados negativos consecutivos na exploração do matadouro.

A fragilidade financeira dos sócios representantes da produção não lhes permitiu acompanhar os aumentos de capital necessários para o regular funcionamento da empresa, vendo-se o município obrigado a adquirir em 2006, a totalidade das quotas detidas pelos referidos sócios que entretanto já haviam negociado entre si (em 2005 a Associação de Defesa Sanitária – ADS, comprou a quota da Cooperativa Agropecuária Mirandesa).

Apesar desta evolução societária, a Câmara Municipal continua com a mesma opinião de que a viabilidade da empresa passa por esta desempenhar outras áreas de negócio, para que está vocacionada, nomeadamente a compra, abate e venda de carne e não se limitar ao serviço de abate.

Há outros aspectos que devem ser realçados, que caracterizam a evolução do sector no concelho e sustentam a nossa opinião:

- O mercado da carne em Bragança tem registado alterações significativas nos últimos anos, quer a nível da produção quer do abastecimento. A nível da produção o efectivo pecuário no concelho tem vindo a diminuir significativamente nos últimos anos. A nível do abastecimento público a maioria das grandes/médias superfícies comerciais dispõem de centrais de abastecimento próprias exteriores à região. Os talhos fixos e rolantes procuram cada vez menos os animais nos produtores, preferindo fornecedores directos de carcaças e sobretudo de determinadas peças da carcaça.

- O transporte de animais vivos requer um conjunto de exigências higio-sanitárias que não estão ao alcance da maioria dos produtores e dos talhantes, o que desencoraja o transporte ao matadouro.

- A proximidade do concelho com a maior região produtora de carne de Espanha (Castela e Leão) associada a uma reduzida fiscalização, torna o mercado local muito vulnerável, registando-se uma permanente entrada no mercado de Bragança de carcaças provenientes de Espanha a preços mais competitivos mas de inferior qualidade.

Apesar das dificuldades do sector, a empresa, Terra Fria Carnes, Lda., tem vindo a desempenhar um papel fundamental no apoio à actividade pecuária do concelho, aos agricultores, aos empresários do sector da restauração e salsicharia e também aos consumidores do concelho e da região.

Ao fim de 10 anos de actividade a empresa tinha em 31 de Dezembro de 2011 um Passivo no montante de 390 888,62€ e um Activo no valor de 312 321,98€. Esta situação financeira foi melhorada no primeiro trimestre de 2011, pois a 31 de Março o total do Passivo era de 358 591,19€ e o Activo era de 376 074,66€, significando um Capital Próprio positivo no valor de 17 483,47€. Nesta data o capital social da empresa é de 635 000,00€.

A empresa cumpre a missão para que foi criada, presta serviços de qualidade, tem bons recursos humanos, boas condições de funcionamento, está em bom estado de conservação, e tem uma óptima localização.

Foi o assunto debatido entre os membros do Executivo e de seguida o Sr. Presidente da Câmara Municipal, fez a seguinte proposta:

Que a Câmara Municipal aprove o Plano de Acção, tendo em vista a concessão de exploração, manutenção do equipamento na posse do Município de Bragança, extinção da Empresa e que contempla as seguintes Acções:

1. Autorizar a empresa a lançar Concurso Público para a concessão e exploração das instalações e actividade a terceiros, conforme programa de concurso e caderno de encargos específico e detalhado, que se submete para apreciação e que se anexa, (anexo 2). O caderno de encargos deve garantir a boa manutenção/substituição do equipamento, ao longo do período da concessão.

2. Autorizar a liquidação de todo o passivo da Empresa a fornecedores, com recurso a suprimentos a efectuar pelo Município de Bragança, no caso de a empresa não dispor de recursos

financeiros suficientes (anexo 3 – balanço reportado a 31 de Março), bem como autorizar a transferência do passivo da Empresa à banca, para o Município de Bragança;

3. Autorizar a transferência da propriedade sobre os activos para o Município de Bragança;

4. Autorizar a transferência dos trabalhadores para o adjudicante do concurso, mantendo-se os contratos de trabalho e condições em vigor (anexo 4);

5. Autorizar a extinção da Empresa, Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda., após cessão da posição contratual ao Município

Após análise e discussão, foi deliberado, com seis votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, e uma abstenção do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, aprovar, a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, nos termos do n.º 1 e alínea c) do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 44.º do citado Diploma.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e para efeitos da alínea c) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18, de Setembro, alterada pelada Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Intervenção do Sr. Presidente

O Sr. Presidente apresentou a seguinte Declaração de Voto:

"A opção da concessão pública da exploração e manutenção do património na titularidade do Município, parece-nos a situação adequada, pois permite que a actividade da empresa venha a ocorrer na fileira do sector – actuando junto da produção, na prestação de serviços e na distribuição, com ganhos para os agricultores e para os consumidores, solução de maior amplitude em termos comerciais, uma vez que, no formato actual só intervém na prestação do serviço de abate.

Ao garantir a titularidade do património na posse do Município, este necessário e relevante equipamento ligado ao abastecimento público, assegura

a continuidade da actividade, apoiando a agricultura da região, sector estratégico do País e que muito pode vir a ajudar a superar as graves dificuldades no sector.

A construção do matadouro foi ao encontro de uma necessidade e vontade dos agricultores, sendo uma solução positiva.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Maria Salomé Mina e Leonel Branco Afonso

Os Srs. Vereadores, apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

No decurso do ano de 1998, mais concretamente a 20 de Julho, foi constituída a empresa Terra Fria Carnes, Lda., como resultado de uma opção estratégica, tida à data pelo executivo como "a prioridade total em termos do investimento", o que hoje, face à realidade vigente, veio a gorar todas as expectativas.

Integraram a constituição da Sociedade – a Câmara Municipal de Bragança, a Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa, o Agrupamento de Defesa Sanitário (ADS) e a Associação de Criadores de Ovinos Bragançanos, num primeiro momento, vindo este ultimo a não fazer parte da Sociedade.

Face a um conjunto de vicissitudes ocorridas desde então, nomeadamente desentendimentos entre os integrantes da Sociedade, a definição dos destinos da Terra Fria Carnes ficou sob a égide da Câmara Municipal de Bragança, entidade que, em termos técnicos, demonstrou incapacidade na gestão e o acumular de, sucessivos, défices de exploração, a ponto de, para assegurar a rentabilidade "zero" da empresa, ser necessário triplicar a produção.

Este desenlace previsível, poderia ter sido evitado. À Câmara competir-lhe-ia concentrar-se na disponibilização da ferramenta alavancadora de desenvolvimento económico (agro-pecuário) e de serviço público. A gestão/operacionalização desse desiderato deveria ser conduzido por alguém conhecedor da actividade. Não foi. Em suma, a política de empresarialização da Câmara redundou em fracasso estratégico, facto indubitável que tem que ser assumido, sem dramas, com naturalidade, e de onde se devem retirar as devidas ilações políticas.

Tal como temos referido em vários momentos, designadamente nas votações de aumento de capital e de apreciação do relatório e contas, a situação empresarial da Terra Fria Carnes caracteriza-se, hoje, por inadequação às exigências de mercado, num contexto de concorrência feroz, cada vez mais competitivo, caracterizado por elevados padrões de eficácia e de eficiência no funcionamento empresarial.

O desenvolvimento de uma política comercial consistente de sustentabilidade empresarial, nunca desenvolvida, no âmbito da complexa fileira da carne, desde a aquisição da matéria-prima (gado), passando pelo abate e transformação de carcaças e, ainda, pela comercialização e transporte até ao retalhista, desde logo, suscita forte questionamento de compatibilidade e de vocação com a função autárquica, sobretudo se tivermos presente que corre o século XXI e que integramos a União Europeia.

Atentos ao estudo encomendado pela Câmara à Gestluz, queremos assinalar que, o mesmo, centra-se, fundamentalmente, num diagnóstico, evoluindo muito pouco no que seria mais espectável e desejável – a simulação do impacto para o município, da concretização dos cenários 1.1;

2.1 e 2.2 da matriz de análise. Aliás, se o objectivo fosse, apenas, o diagnóstico, os dados coligidos na relatório obter-se-iam nos serviços da empresa e/ou do Município. Não basta atirar para o caderno de encargos com algumas componentes que expectavelmente e intuitivamente se considerariam como basilares no negócio.

No entanto, e com o intuito de contribuir para a resolução do problema dos sucessivos aumentos de capital e dos consecutivos défices de exploração da Terra Fria Carnes, votamos favoravelmente a proposta de extinção da empresa e de cedência de exploração.

Intervenção do Sr. Vice Presidente

O Sr. Vice Presidente apresentou a seguinte Declaração de Voto:

A proposta apresentada contempla a concessão da exploração a terceiros seguida da extinção da empresa Terra Fria Carnes - Unipessoal, Lda.

Trata-se da medida mais adequada atendendo ao historial da empresa e aos objectivos para que foi criada.

Concretizando um anseio de há muitos anos manifestado pelos agricultores, a Câmara Municipal, liderou o processo de constituição da empresa com a construção do matadouro e sala de desmancha, tendo como parceiros essenciais as associações representantes dos criadores de pecuária do concelho.

Sempre foi entendimento da Câmara Municipal de Bragança de que a gestão da empresa deveria ser privada, atendendo à vocação da autarquia, por um lado e ao objectivo comercial da empresa por outro. Só com gestão privada a empresa tem condições para desenvolver cabalmente as componentes da transformação e comercialização da carne, sendo esta a única via de a empresa, Terra Fria Carnes, se assumir como um elemento impulsionador da pecuária no concelho e na região.

Ao longo dos últimos 10 anos a actividade pecuária no concelho decresceu significativamente devido à ausência de políticas no sector, tendo tido reflexos nos resultados financeiros da empresa, devido à diminuição do serviço de abates.

Não obstante a recuperação de serviços verificado a partir do mês de Março do corrente ano, a Câmara Municipal de Bragança, continua a acreditar de que a empresa deve prestar outros serviços que não seja somente o abate de animais, nomeadamente a compra e venda da carne, e por essa via se assuma com um pólo dinamizador da pecuária do concelho e contribuir para o aumento da produção de um produto que o país é deficitário.

Com a concessão da exploração a operadores privados, mediante o seguimento de um caderno de encargos explicito e detalhado que garanta a conservação e renovação de todos os equipamentos ao longo da concessão, fica salvaguardada a continuidade da actividade de abate de animais no concelho, podendo a empresa ser extinta, passando todo o activo e passivo para a Câmara Municipal de Bragança, dado ser esta o único sócio. "

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Junho de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier"

II – ANEXOS:

ANEXO 1 – Relatório Final – Terra Fria Carnes, Unipessoal, Ld.ª - Estudo de viabilização económica e financeira - e Anexos: Balanço e balancete a 31 de Março 2011;

ANEXO 2 – Concurso Público Internacional – Programa e Caderno de Encargos com anexos: Anexo I – Código exploração que contem os direitos e deveres das partes relativas à exploração; Anexo II – Designação do equipamento e Planta de localização;

ANEXO 3 – BALANÇO (individual) em 31 de Março de 2011 e Balancete Geral (analítico);
ANEXO 4 – Mapa de Pessoal da Terra Fria Carnes, Unipessoal Ld.ª

--------**Presidente da Mesa –** O Sr. Presidente da Câmara pretende fazer uma introdução. .....

--------- Peço, mais uma vez, atenção aos senhores deputados que não deu entrada ainda nenhuma outra candidatura para os órgãos de que falámos há pouco, relativamente aos Presidentes de Junta de Freguesia. A Mesa continua a aguardar.....

--------- **Presidente da Câmara –** Relativamente ao ponto votado anteriormente, o Regulamento, só há um critério, como tem existido em todos os anos anteriores, que o Município tem concretizado as férias desportivas e culturais, fixa o limite de alunos e o critério é o da ordem de inscrição, não há outro, quando esgotou terminaram as inscrições. .....

--------- Segundo - Não se trata de uma política de facto consumada, antes pelo contrário, trata-se de uma política de respeito pela legalidade, pelo Órgão deliberativo, porque o Regulamento diz: deve ser feito um regulamento de enquadramento da actividade, o Município fê-lo em termos técnicos/jurídicos com competência, contrariamente ao que refere o deputado Jorge Laranjinha, a gente que trabalhou os documentos tem competência, são técnicos competentes, sabem o que estão a fazer, não estão a aligeirar as coisas da forma tão simples como refere. .....

--------- Por outro lado o Executivo também sabe ler, nós acompanhamos a elaboração dos respectivos processos, até um documento simples, bem estruturado técnica/juridicamente, não vale a pena minimizar dessa forma as coisas quando elas são bem feitas e úteis. De resto, assistiu o direito à AM se estivesse mal elaborado o Regulamento, se o reprovar, as férias continuariam sem regulamento, como se fizeram em anos anteriores. Pareceu-nos mais justo, mais adequado acelerar o processo e pô-lo à consideração do órgão competente. Muitos municípios não farão esse Regulamento durante anos, há municípios que não têm sequer o POCAL implementado. .....

--------- Vou passar ao ponto em causa Terra Fria e Carnes Ld.ª e fazer algumas considerações adicionais relativamente àquilo que é o documento que serve de suporte à decisão que é solicitada à AM e também as declarações que constam da respectiva acta da certidão de reunião de Câmara. .....

--------- **Apresentou, por escrito, o seguinte: .....**

--------- "A proposta apresentada à AM resulta da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de treze Junho, em resultado de decisão tomada pelo Conselho de Gestão da empresa a nove de Junho de 2011, fundamentada em estudo elaborado pela empresa, Gesteluz Consultores, estudo adjudicado pela Câmara Municipal. .....

--------- A decisão tomada pelo Conselho de Gestão, submetida a reunião de Câmara e agora em discussão na Assembleia Municipal, consiste na obtenção de autorização para a concessão pública da exploração das instalações e actividade a terceiros (conforme programa de concurso e caderno

de encargos); autorizar a liquidação do passivo a fornecedores; autorizar a transferência do passivo à banca para o Município; autorizar a transferência de propriedade dos activos para o Município; a transferência dos trabalhadores para o adjudicante do concurso; cessão de posição contratual para o Município e a extinção da empresa. .....

--------- Breves notas acerca dos antecedentes da criação da empresa - Bragança durante décadas teve Matadouro Municipal tal como a generalidade dos Municípios, processo que resultou de uma necessidade de melhoria das condições sanitárias relacionadas com o abate feito pelos agricultores e por negociantes e também devida ao crescimento de consumo de carne resultado do aumento do poder de compra dos cidadãos.....

--------- Assim o abate evoluiu em termos de organização e das condições sanitárias. Com a política promovida através do IROMA, de concentração do abate, foi construído o matadouro industrial do Cachão, dimensionado para uma capacidade muito elevada relativamente á produção da altura, mas com a perspectiva de um grande impulso de desenvolvimento da agricultura do Nordeste Transmontano, incluindo a pecuária, projecto que as condições políticas não vieram a viabilizar, sem que antes tivessem encerrado todos os matadouros municipais, excepto Miranda do Douro.....

--------- Os agricultores em geral, não se conformaram com a situação, em particular os produtores de raça Mirandesa (a raça predominante na altura do encerramento do matadouro, ainda uma raça de trabalho), e mantiveram de pé, por boas razões, a reivindicação de construção do matadouro municipal, tema que ajudou a perder e a ganhar eleições. .....

--------- No espaço do antigo matadouro, localizado junto da antiga Estação Ferroviária, após encerramento, foram instalados os Serviços Municipais de Limpeza e Jardins do município e no ano de 1997, aí foi autorizada a instalação de uma superfície comercial, o LIDL, em negócio ruinoso para o município, e no dia 6 de Janeiro de 1998, no dia e momento de posse da nova equipa da Câmara Municipal, a empresa LIDL inicio a demolição das instalações, um acto um tanto provocatório, dado o momento político e o facto de os Serviços da Câmara Municipal aí instalados, cerca de oitenta trabalhadores não terem instalações alternativas. A demolição foi temporariamente nesse mesmo momento impedida, após assinatura do acto de posse, de modo a resolver a instalação dos Serviços e eventual renegociação. .....

--------- A 20 de Julho de 1998, foi criada a empresa Terra Fria Carnes, Ld.ª. A partir dessa data foram elaborados os projectos, obtidas as necessárias ainda que difíceis aprovações, parte do financiamento para a construção e equipamentos, obtido o licenciamento industrial e iniciada a actividade de abate no ano de 2001. Neste curto espaço de tempo, concretizou-se este projecto tão

emblemático para os agricultores. Lembro que há catorze anos atrás, a dimensão e número de explorações pecuárias era muito maior do que actualmente, que quase toda a carne que se comia era proveniente da agricultura do concelho, enquanto hoje a maioria da carne servida nos restaurantes e vendida nos talhos, vem de Espanha. Neste período de tempo as políticas de âmbito nacional para a agricultura, acrescidas das que vinham de trás, arruinaram o mundo rural, contribuindo para o despovoamento e enfraquecimento social e económico, assim como para o empobrecimento do País. .....

--------- A construção do matadouro municipal como infra-estrutura de serviço público ligada ao abastecimento era na altura importante, não o sendo menos actualmente, não admira pois que a sua construção tenha sido prometida em várias campanhas eleitorais autárquicas, tendo até sido recolhidos fundos financeiros junto dos agricultores para a sua construção, contributo a que muitos agricultores não quiseram furtar-se mesmo que modestos, recolha feita por parte de quem politicamente se comprometeu a construi-lo, não o fizeram, como não prestaram contas do dinheiro recebido, devolvendo-o aos agricultores. .....

--------- Em Dez. de 1997, assumimos com os agricultores o compromisso de construir esse equipamento e fizemo-lo de forma firme, o Dr. Luís Afonso enquanto vice-presidente da Câmara Municipal, foi o mais firme lutador pela construção do matadouro, sabe o quanto foi necessário lutar, vencer adversidades, conquistar boas vontades, colocar de lado questões secundárias para não prejudicar o objectivo principal. Pessoas e dirigentes que tinham obrigação de fazer o que deviam, mais não o fizeram do que ajudar criaram dificuldades de diversa ordem, prejudicando o muito fragilizado sector da pecuária. .....

--------- O objectivo inicial e actua do município foi o de, desde a criação da empresa tentar assegurar numa primeira fase a constituição da empresa e o seu regular funcionamento ao nível da prestação de serviços (ou seja do abate), em conjunto com as associações representativas e de seguida criar condições para que a gestão evoluísse para a responsabilidade directa das Associações, atendendo á especificidade do sector á qual os procedimentos de gestão pública não se adequam de forma suficiente e pelo contrário, assegurar que o negócio da empresa se fizesse em toda a fileira, ou seja, compra, abate e venda directa e eventualmente a transformação rentabilizando os recursos e o equipamento, entregando assim a exploração do matadouro aos movimento associativo da Lavoura. .....

--------- A elevada fragilidade da Agricultura no país em termos económicos e sociais, em particular no Interior Norte, arrastou o sector associativo para uma situação de elevada fragilidade financeira e

associativa (diminuição constante dos efectivos pecuários; do valor de venda; abandono da actividade por envelhecimento dos agricultores; forte concorrência do mercado vizinho de Espanha; evolução do sistema de abastecimento público), situação que se repercutiu na empresa a dois níveis: a diminuição constante dos serviços prestados, funcionando abaixo da capacidade instalada o que obrigou a aumentos do capital social para assegurar o funcionamento da empresa, situação que as associações não puderam acompanhar, e obrigou a que o município tivesse que adquirir a totalidade do capital social. .....

--------- Pensamos tal como no momento de constituição da empresa que a actividade é necessária á região, agora mais do que nunca pois é necessário fomentar a produção de bens alimentares e encontrar alternativas de emprego e de uso sustentável dos recursos. Achamos que a empresa é financeiramente viável actuando em áreas de negócio mais amplas para as quais está preparada e que têm que ir do fomento e garantia de compra dos efectivos aos agricultores; do abate à transformação e venda directa no mercado de distribuição, o que só pode acontecer se a gestão evoluir, razão pela qual apresentamos a presente proposta, uma vez que as perspectivas iniciais não se concretizaram. .....

--------- **No estudo de desenvolvimento futuro** foram caracterizados quatro cenários, tendo-se optado pelo cenário que nos parece dar mais garantias ao futuro e interesse dos agricultores, o de a Câmara Municipal " manter a propriedade em posse do município, com cedência da exploração", o que representa libertar a empresa de uma parte substancial de encargos fixos relacionados com a actividade operacional a concretizar no momento do inicio da concessão. .....

--------- Foi desenhado um Plano de Acção com a identificação da metodologia a seguir, em termos financeiros, patrimoniais, técnico jurídicos e das decisões a tomar pela empresa, pela Câmara Municipal e pela assembleia Municipal. A concessão de serviço público ocorrerá mediante concurso público internacional, será pelo período de quinze anos, podendo ser prorrogado por mais cinco mediante o investimento que o concessionário venha a propor; o concessionário obriga-se a manter ao longo de todo o período da concessão a sua sede em Bragança; obriga-se a integrar o pessoal existente (dez trabalhadores); o preço base da concessão é de 1500€ por mês; o critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para o concedente e resultará do somatório da ponderação do plano económico e financeiro com 40% de peso e do preço com 60%; será exigida garantia bancária de 4% do valor da concessão (821.543,38€), a fiscalização da concessão e outras condições contratuais constam do programa de concurso e caderno de encargos anexos á presente proposta de resolução. .....

--------- Finalmente salientar que a actividade da empresa tem crescido significativamente e de forma continuada ao longo deste ano, tendo captado novos e alguns antigos clientes, destacando os seguintes indicadores: no ano de 2002 o abate total foi de 708595 toneladas, no ano de 2010 atingiu o valor mais baixo, 354328 toneladas o equivalente a 50% do ano inicial e a projecção para o corrente ano é de 543823 toneladas o que representa um crescimento de 53% relativamente ao ano de 2010 e representará 76,7% do abate feito no ano inicial. .....

--------- A empresa em termos tecnológicos e sanitários está em bom estado, o pessoal é responsável dedicado e bem preparado, o Conselho de Gestão tem feito o possível, com empenho o que tem apesar das dificuldades permitido á empresa manter uma imagem de confiança e segurança juntos dos seus clientes.".....

--------- É neste cenário de maior dificuldade empresarial e de maior fragilidade de empresas ligadas a este sector, nomeadamente o Cachão e outras que esta nossa unidade industrial conseguiu captar novos clientes e assegurar o regresso de outros. .....

--------- Presidente da Mesa - Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- Posto isto pedimos aos Srs. Deputados que façam a sua inscrição para pedidos de esclarecimentos. Registamos quatro pedidos de pedido de esclarecimento, Jorge Laranjinha, José Brinquete, Guedes de Almeida e Manuel Pires. .....

--------- Jorge laranjinha, tem a palavra para formular os esclarecimentos que pretende obter da Câmara Municipal de Bragança. .....

--------- Jorge laranjinha – Antes de mais, se me permite, eu queria, desde já, agradecer-lhe por ter rectificado a minha declaração de voto, muito obrigado e pedia desculpas aos meus companheiros de bancada, pelo engano. .....

--------- Não sei se me é permitido, mas gostaria de responder ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente à sua resposta, ...

--------- Presidente da Mesa – Estamos na discussão do outro ponto, já não lhe é permitido. .....

--------- Jorge Laranjinha – Ok! Obrigado. Estranha-me, de facto, um bocado, a inclusão deste ponto nesta ordem de trabalhos, porque na última Assembleia, se bem me lembro, o Sr. Presidente da Câmara e agora voltou a referi-lo aqui, referiu que as vendas no Matadouro estavam a aumentar, fruto do aumento de abates. Se está a aumentar e pelo relatório que eu vi como análise aligeirada, os custos estão a diminuir, a receita está aumentar, embora que ligeiramente. .....

--------- A questão que eu coloco e que me faz um bocado de confusão é porquê agora a cedência da exploração do Matadouro? Se, por outro lado, é referido ainda no relatório que certos e

determinados pressupostos e condições que são apresentadas pelo Executivo para uma melhoria da actividade do Matadouro, para o tornar viável. Ora se tem essas ideias na mente porquê não as aplicar? Dizer que essas ideias são válidas, e fazem do Matadouro uma empresa melhor se for um terceiro a explorar, porque? .....

--------- Por outro lado, li num ponto também do Relatório que a Câmara vai viabilizar a construção de infra-estruturas, de apoio ao Matadouro, que englobem portanto a área de exploração do Matadouro. Se quer fazer isso então porque é que vendeu os terrenos em data anterior, porque não ficou com os terrenos em vez de os alienar? Isto são questões e eu não estou aqui a discutir termos técnicos, se é viável ou não é viável, para mim é viável enquanto empresa Municipal que é, se é empresa já devia ser viável ou pelo menos ser gerida por alguém que soubesse, esta é a minha opinião. .....

--------- Por outro lado dizer que o efectivo tem diminuído, ????, mas se ele tem aumentado, se tem entrado mais efectivo pecuário no Matadouro é porque o Matadouro está a trabalhar bem, ou está a andar com as coisas para a frente e então ceder agora a exploração, neste momento, suscita-me dúvidas. .....

--------- Portanto eram estas questões que gostaria de colocar aqui ao Sr. Presidente da Câmara, ao Executivo, e que eu gostaria de ver respondidas. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem palavra, agora, para formular o seu pedido de esclarecimento, José Brinquete da CDU.

--------- José Brinquete – Sr. Presciente da AM, devo dizer, desde inicio, que o tempo que disponho não é por forma a poder debater como eu acho que devia ser debatido, pelo menos da minha parte, este ponto, é muito pequeno para a importância que o ponto tem, daí que a minha intervenção quer agora, quer depois nas intervenções, vai ser muito prejudicada por isso. De qualquer maneira, em relação às perguntas gostava de colocar uma primeira questão, que é: .....

--------- Todos nós recebemos este estudo, este estudo tudo indica que foi feito num gabinete no litoral, lá muito longe, agarrando umas estatísticas que já não existem, como podem verificar as estatísticas aqui usadas e que são a base fundamental deste documento, são do senso agrícola de mil novecentos e noventa e nove, têm doze anos, têm doze anos. Eu tenho aqui, é só o resumo, mas tenho também o restante do senso agrícola de dois mil e nove, aqui está dois mil e nove e que saíram no dia quinze de Maio de dois mil e onze, isto foi *publicado pela net* do Ministério da Agricultura, isto é o resumo, mas depois temos o resto. .....

--------- Bem, e depois nós comparamos, por exemplo, dizem as estatísticas, que aqui são copiadas de noventa e nove, que o Concelho tem 43 953 (quarenta e três mil, novecentos e cinquenta e três) ovinos. Estão aqui muitos Presidentes de Junta, devem estar cá quase todos se não falhou nenhum, e a primeira pergunta é se eles têm ideia de que pelo menos em média por cada Freguesia há mil cabeças de ovelhas? Dado completamente desactualizado. .....

--------- Também é verdade que o efectivo pecuário de todas as áreas reduziu bastante, mas o Sr. Presidente só constata, mas não diz quem foram os responsáveis políticos pelas políticas agrícolas que levaram à baixa desse efectivo. .....

--------- Portanto, não querendo saber quanto custou este estudo, que deve ter custado muito, este estudo em rigor não vale nada, tem doze anos de atraso, não é base para nada, foi dinheiro mal gasto. Por exemplo, este estudo refere que existe a Associação de Cordeiro Bragançano, é de quem não vive cá, o Agrupamento dos Cordeiros Bragançanos não existe, neste momento, e é lamentável que nós vimos aqui discutir um assunto tão importante, na base de resultados falsos, e eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara pudesse dizer alguma coisa sobre isso, o que é que pensa desta situação que não é base nenhuma para discussão.....

--------- Por último, referir-me e dirigir-me ao Presidente da Mesa da Assembleia, para dizer que em rigor o ponto da ordem de trabalhos não está correcto tal como está redigido na ordem de trabalhos, não é o estudo que nós vamos apreciar! É precisamente aqueles cinco pontos que o Sr. Presidente da Câmara disse: Extinção, passagem de dívidas, pagamento de dívidas, etc. etc. e concessão das instalações. .....

--------- Obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra o Sr. Deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida. .....

--------- Guedes de Almeida – Ora bem, este ponto foi levantado na última Assembleia Municipal, que foi aqui debatido de uma forma muito superficial e foi requerido pelo CDS/PP. Na altura parece que o cenário estava todo bem, mas pelos vistos havia já um estudo, pelo menos encomendado devia estar, e as questões que eu vou pôr a título de pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente, onde se situa a empresa para este estudo? . .....

--------- Tem aqui nas soluções que apresenta, por exemplo prevê aqui a transferência dos trabalhadores. Os trabalhadores foram consultados para serem transferidos para a empresa a quem irá ser concessionada a exploração? Que isto depende da vontade deles não pode ser imposto, a Empresa nem tem que autorizar nem tem que desautorizar, eles só são transferidos se quiserem. .....

--------- Segundo - isto também vai implicar custos, portanto quando entregar isto será a custo zero , isto é, quanto é que a Câmara Municipal vai pagar para deixar as contas do Matadouro a zero? .....

--------- Para concluir, desde a sua inauguração, desde a sua entrada em funcionamento até agora, quanto é que a Câmara Municipal já injectou económica e financeiramente no Matadouro Municipal? .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, para formular as suas questões, o Sr. Deputado Manuel Pires, do PS. .....

--------- **Manuel Pires –** Srs. Deputados, Mesa, Governo Municipal, eu só queria colocar aqui uma questão simples, que penso que nos vamos repetir relativamente a isso. É se a nível do Mercado o Município realmente já perspectivou se há potenciais interessados no modelo que propõem de transferência de funcionários e de exploração do Matadouro, de acordo aquilo que foi proposto aqui pelo Sr. Presidente. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Sr. Presidente, houve várias questões formuladas e solicitávamos ao Sr. Presidente que procedesse às respostas às questões, mas de facto e dando razão ao Sr. Deputado José Brinquete, é opinião da Mesa que, de facto, o ponto não está agendado de forma adequada, o ponto vem agendado com designação " Estudo técnico e de viabilidade económica da empresa, Terra Fria Carnes, Unipessoal Limitada", pelo que há aqui de facto um conjunto de pontos que merecem deliberação, há aqui vários pontos: autorizar a empresa a lançar concurso público para a concessão de exploração das instalações e actividade a terceiros; autorizar o recurso a suprimentos, para a liquidação do passivo, todo o passivo da empresa; autorizar a transferência da propriedade sobre os activos para o Município de Bragança; autorizar a extinção Empresa, Terra Fria Carnes Unipessoal, Ld.ª, após cessão da posição contratual ao Município. Eu confesso que não estava presente nesta Comissão Permanente, e fico também surpreendido pela designação que é dada ao tema que está agora proposto para votação, de qualquer forma foi a designação que veio na certidão da Câmara Municipal. Temos aqui uma dificuldade que vamos ter que avaliar. .....

--------- É verdade que a certidão da Câmara é clara. A minha proposta, a proposta da Mesa é a seguinte: a descrição na agenda não está adequada, mas a certidão da Câmara, aquela que foi remetida, como proposta do Executivo, é clara nos cinco pontos que aqui coloca, sendo que está apenas agendado um ponto poderíamos considerar a votação que se venha a manifestar por parte dos Srs. Deputados, de acordo com a certidão da Câmara, ou seja, votar os cinco pontos que estão na certidão. E é isso que a Mesa tem para dizer a vocês, vamos votar o ponto de acordo com a

proposta discutida e deliberada na Câmara Municipal e cujo texto consta na certidão. A agenda está expressa da forma como está, não poderemos proceder agora a alteração da agenda, podemos eventualmente corrigir o texto.....

--------- Aqui, de facto, há um estudo técnico de viabilidade económica, penso que se está a votar um estudo técnico, e o que se está a votar é algo diferente. .....

--------- Bom, entretanto, eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente que responde-se às questões formuladas, sendo certo, Sr. Deputados, vamos votar o documento que é a certidão que faz parte dos documentos que veio da Câmara, é esta que foi discutida na Câmara e é proposta à AM, é a certidão, independentemente da designação do ponto da agenda, serve de suporte, enfim, à indução deste tema, tenha uma designação que não está a mais correcta, na minha opinião. .....

--------- Sr. Presidente, tem a apalavra. .....

--------- Presidente da Câmara – De facto o que está em causa é a Assembleia votar o plano de acção que consta do Estudo que foi distribuído, portando essa nota, os cinco pontos que votaram o plano de acção, o estudo em si mesmo não precisava de vir à Assembleia, precisa de vir é o plano de acção , não é? .....

--------- Respondendo ao Deputado Jorge Laranjinha, o negócio da carne é negócio de privados, não é um negócio de Administração Pública, qualquer cidadão percebe isso. .....

--------- O espaço para a ampliação da actividade da empresa está bem definido, há espaço suficiente, dois lotes com muita capacidade para expansão de actividade. Por outro lado tenho a obrigação, como Presidente de Câmara, de fender os Membros do Conselho de Gestão, são pessoas qualificadas, Sr. Deputado, são pessoas qualificadas, sabem do sector, sabe o Vice Presidente, pela sua formação profissional, pela sua experiência política e de gestão, sabem outros membros que estão no Conselho de Gestão, não são propriamente iniciados neste processo, são pessoas responsáveis, e eu já o disse anteriormente quando apresentei o assunto e volto a reafirmar, que a qualificação do Conselho de Gestão é inquestionavelmente boa, e portanto eles souberam gerir, não geriram mal. Se o Sr. Deputado tiver alguém interessado no concurso e que encontre melhores elementos da gestão é uma ajuda que concede a essas pessoas. .....

--------- Brinquete, a equipe técnica, resposta objectiva, é uma equipe do Porto, foram consultadas cinco empresas, esta empresa apresentou o melhor resultado, o melhor preço para a execução, é uma empresa credível em termos de assessoria, trabalha muito na área Metropolitana do Porto, mas não limitámos essa empresa, consultámos cinco. .....

--------- Os dados não estão desactualizados como isso, vai-me desculpar, a empresa sabe o que está a fazer, tem os seus técnicos, acompanhámos o processo, também dominamos a informação, não dominamos a informação mais tarde do que domina o Brinquete, pode ter a certeza, no Gabinete de Planeamento do Município. .....

--------- O número de ovinos que o Concelho tem anda nesse valor dos quarenta e cinco mil, é preciso também estudar, ver, que a realidade não é, se calhar, tão… é preciso estudar mais, no fundo, não é? Para dominar melhor a informação. .....

--------- Encargo do Município - com dívidas de curto prazo são a trinta e um de Março de 58. 998.08€ (cinquenta e oito mil novecentos e noventa e oito euros e oito cêntimos); a divida de médio e longo prazo é de 248.018.68€ (Duzentos e quarenta e oito mil e dezoito euros e sessenta e oito cêntimos), o que significa que é determinação da Autarquia entregar totalmente livre a gestão, a concessão de exploração de qualquer divida de curto, médio ou longo prazo, enfim ao concessionar, e também salientar que o Conselho de Gestão reuniu com os trabalhadores da empresa indicando-lhes qual iria ser o caminho a seguir e os trabalhadores no tempo certo poderão fazer a sua opção de aceitar integrar este processo, ou de não aceitar e serem indemnizados pela empresa, portanto não tem nada de novo é o normal. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- O Sr. Deputado Guedes de Almeida quer fazer uma intervenção? Faça o favor de vir aqui ao microfone para ficar gravado. .....

--------- **Guedes de Almeida –** O ponto de ordem à Mesa é este, a AM está confrontada aqui com um ponto de ordem que é completamente diferente daquilo que se pretende agora vir a debater e discutir, aqui o que diz em concreto é - estudo técnico e de viabilidade económica e financeira da empresa - não fala, em momento algum, e isto é junto, é junto ao relatório aqui, pelo menos a minha convicção é que eu vinha aqui discutir o relatório, e talvez surgiriam alternativas, que havia outras, e até localmente podiam discutir este relatório, e haver alternativas para este relatório, não se vêm aqui discutir, e não consta, e são matérias importantes, para autorizar a empresa a lançar concurso público, não consta na ordem de trabalhos é um ponto muito importante, tem que ser deliberado, obriga a um estudo profundo por parte dos membros desta AM. Autorizar a liquidação do passivo, também como vimos aqui, passa dos trezentos mil euros, são muitos mais, portanto não pode ser agora debatido aqui, não vindo na ordem de trabalhos. Autorizar a transferência da propriedade, também não. Autorizar a transferência de trabalhadores, depende dos trabalhadores, tem que haver uma consulta prévia aos trabalhadores, os trabalhadores também devem entrar

neste debate, é um dos pontos críticos digamos assim da liquidação da empresa municipal, faz parte da lei e não pode agora aqui. Eu considero isto um logro, se isto não for retirado, viemos aqui com um tema, discutir um relatório técnico, que está aqui passível de ser discutido, já se começou aqui a perguntar quem é a empresa, afinal é do Porto, poder-se-ia perguntar porque é que localmente não há um debate sobre isto, a lei permite um debate municipal, até pela localização do Mercado e agora iremos votar outros pontos que, na minha perspectiva, são ilegais, são ilegais discuti-los e vota-los agora, sobretudo estamos já aqui a definir o futuro dos trabalhadores, ou tem que ir ou são indemnizados, só serão indemnizados se quiserem, senão têm que ser reintegrados nos quadros da Câmara Municipal. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Bom, o que eu dizia há pouco é que eventualmente pode não ser feliz a designação do ponto, mas também não há dúvidas, aquilo que consta na certidão que é encaminhada pela Câmara Municipal para AM, o titulo é este - Estudo Técnico e de Viabilidade Económica da Empresa, Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda.. É claro o que é proposto, é isso que está em causa, está na certidão, independentemente da correcta definição de como está descrito o ponto, porque diz, foi o assunto debatido entre os Membros de Executivo e de seguida o Sr. Presidente da CMB faz a seguinte proposta: Que a Câmara Municipal aprove o Plano de Acção, tendo em vista a concessão de exploração, manutenção do equipamento na posse do Município de Bragança, extinção da Empresa e que contempla as seguintes acções - estou a falar da pagina 4 deste documento da certidão - ponto um, ponto dois, ponto três, ponto quatro, ponto cinco. Foi o que foi proposto pelo Sr. Presidente de Câmara ao Executivo da Câmara, foi o que foi votado no Órgão Executivo, e é o que é, também com deliberação, por unanimidade, do Órgão, neste caso deliberado por unanimidade do Órgão do Executivo, submetido à aprovação da AM, ou seja, é esta proposta que a Câmara faz, aprovar o Plano de Acção tendo em vista a concessão da exploração etc., está tudo designado na certidão. Não há dúvidas, para mim, do que se está aqui a tratar, o que posso entender e foi aquilo que eu expressei, a minha opinião é, da menos, ou melhor, conseguida designação para o titulo que é dado a este ponto, mas é clara a deliberação que a proposta tomou, é clara a proposta que a Câmara faz ao Órgão deliberativo para decisão, e é isto que nós vamos ter que votar. .....

--------- Portanto, finalizadas estas questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados, a Mesa solicita inscrições para intervenções sobre este ponto. .....

--------- Guedes de Almeida, José Brinquete, Jorge Laranjinha, Amândio Gomes, Manuel Pires, José Lourenço, do Movimento e Luis Filipe Fernandes, do PS. São estas as inscrições que obtemos até ao momento. Sr. Deputado Guedes de Almeida, tem a palavra para a sua intervenção. .....

--------- **Guedes de Almeida –** Sob protesto, eu considero que esta discussão e pelo menos deliberação que vai ser tomada, na minha perspectiva, é ilegal, estamos aqui a discutir assuntos que são muito importantes e que mereceriam maior debate, debate local, debate junto dos agricultores, há elementos escritos que deviam ser ouvidos, a população, comerciantes e trabalhadores. Portanto este ponto foi trazido aqui em Abril, em Abril nada disto se dizia, mas já havia qualquer coisa na manga, porque diz, brevemente virá, aliás certamente nessa altura já estaria em elaboração este estudo, um estudo suportado em elementos completamente desactualizados, para não dizermos que são falsos, mas desactualizados são, porque esta politica do Matadouro, o Sr. Presidente insinuou aqui, só não disse os nomes, é que houve peditórios antes, subentendeu-se que não devolveram o dinheiro aos lavradores, e isto cabia aqui, e hoje falou-se de toponímia, prestar uma grande homenagem a um Transmontano que seria o Eng. Camilo de Mendonça. .....

--------- Há um Matadouro no distrito que dava para resolver todos estes problemas, em determinada altura e era o professor Cabaço Silva Primeiro-Ministro, o Eng. Eurico de Melo, Ministro da Administração Interna, salvo o erro, e em que foi deliberado encerrar todos os Matadouros por questões higiene/ sanitárias e também de produção e concentrar tudo no Cachão, haveriam aí todas as condições. Mas não! Houve a politica das capelinhas e chegou-se a este ponto, como se chegou ao ponto, o Sr. Presidente Jorge Nunes é eleito, fez a promessa, mas imediatamente se deu conta que isto era deficitário, no entanto cada vez que aqui se debatia o problema isto não era deficitário, isto era rentável, isto tinha que continuar, era para bem dos lavradores. .....

--------- E traz-nos agora depois de uma discussão aqui levantada pelo CDC/PP, na última AM, a discussão, digamos assim, da venda ou da entrega a alguém. Eu pergunto se já se sabe quem é, para entregar a exploração do Matadouro.....

--------- E, Já agora, pergunto - porquê não vir também o Mercado Municipal, já que era uns dos pontos de agenda últimos, do Mercado Municipal também ser liquidada como empresa municipal? Tem sido esquecida, vamos aguardar quando é que vem, também justifica a sua extinção porque são deficitários e altamente deficitários. .....

--------- Portanto eu aqui relembrava que este Distrito deve prestar uma homenagem ao Eng. Camilo de Mendonça, esse sim é que fundamentou a criação de matadouros e devidamente estruturados, e não pode vir também neste relatório o Sr. Presidente dizer que é do Governo, a crise também

começa, e eu tenho dito aqui quase em todas mas sessões, onde tenho a minha intervenção, por parte da Autarquia. .....

--------- A autarquia de Bragança sendo um Concelho eminentemente agrícola não tem um pelouro de agricultura, os agricultores deste Concelho andam completamente, digamos assim, abandonados à sua sorte e à politica do Terreiro do Paço, aliás o Eng. Baltazar na última sessão, salvo o erro, em Janeiro, disse aqui que para tomar um café é preciso vender 2 kg de azeitona, a Câmara Municipal tem conhecimento disto, no entanto não tem pelouro, tem pelouro para tudo, menos para a agricultura. .....

--------- E não deixa de ser estranho, quando anteriormente, antes de Abril deste ano, o Sr. Presidente vinha com números, mesmo tomando por suporte o relatório da Gestluz, o Sr. Presidente disse que eram cinco. Eu gostaria de saber, se ele pudesse e quisesse informar, quais seriam as outras quatro empresas que foram consultadas e também quanto é que custou este estudo, que desde praticamente a sua instalação, que tem sido deficitária a gestão do Matadouro de Bragança, que é assim que é conhecido. Trata-se de um relatório que suporta estas decisões, ele aqui não as aponta, aponta quatro soluções, ou três soluções, no entanto foi-se para esta porque? É o Sr. Presidente que decide? Não são ouvidas as partes interessadas, directamente na problemática? O estudo aponta aqui duas ou três alternativas, mas não! Já se definiu uma! Quer dizer, nem se dá hipótese à AM de as discutir nem baixam à Comissão de Economia para de facto dar a sua orientação, decidiu-se já por uma. .....

--------- Mas fala aqui o que é a Carne Mirandesa, a Carne Mirandesa é produzida exclusivamente com animais de raça Mirandesa, obrigatoriamente inscritos no livro, quer dizer, isto é um estudo que seria feito aí no Instituto Politécnico, não seria preciso recorrer ao Porto, à Gestluz Consultores....

--------- Mas eu estou aqui a saber de números económicos, para além da sua desactualização, começa logo – "situação económico/ financeira, principais indicadores: os capitais próprios negativos, que reflectem um profundo desequilíbrio na empresa no que respeita à sua capacidade de desenvolver uma actividade sustentável do ponto de vista económico/financeiro, isto com base desde a sua instalação. .....

--------- Os indicadores de endividamento da empresa revelam dificuldades crescentes - diz o relatório - o que respeita a liquidez da empresa os seus valores apontam para potenciais dificuldades de tesouraria e dificuldades em satisfazer os compromissos a curto prazo, esta é a situação actual. O volume de vendas tem diminuído ao longo do período analisados, sendo a maior quebra em 2007,

2008 em 9%." Portanto observam-se que os custos operacionais também tem vindo a diminuir, embora em menor proporção que as vendas. .....

--------- Os custos com pessoal permanecem, a rubrica com mais peso, 27%, também não é muito, relativamente, digamos assim, à exploração da empresa. .....

--------- Os combustíveis e o consumo têm tido em conjunto uma importância crescente na estrutura dos custos, isto é, a principal fonte de rendimentos da Terra Fria Carnes é representada pelo abate de animais e desmanche das respectivas carcaças, e adicionalmente o Matadouro presta serviços de distribuição de carcaças, carnes processadas nas instalações evitando o transporte ao quilómetro. O Matadouro funciona em média duzentos e cinquenta e cinco dias por ano". .....

--------- Pronto, este relatório, no fundo, diz que ninguém vai pegar, nestas condições, na empresa, não há ninguém que pegue, nenhum empresário sério, e sobretudo com as condições que impõem, durante quinze anos, e têm que manter o pessoal, não pode a Câmara interferir, digamos assim, na gestão de pessoal de qualquer empresa privada que venha a concessionar isto. .....

--------- Eu propunha aqui, e atrevo-me a fazer um requerimento à Mesa, que será discutido já imediatamente, é que esta proposta seja retirada da ordem de trabalhos e que seja agendada uma AM extraordinária, exclusivamente para debater este ponto da Empresa Municipal Matadouro, conjuntamente com a Empresa Municipal Mercado de Bragança. .....

--------- Porque há aqui uma dissonância, o título do ponto da ordem de trabalhos não obriga a que sejam aqui introduzidos os pontos para debate, discussão e decisão daqueles quatro pontos apontados pela Câmara Municipal, isto é, a Câmara Municipal manda a certidão, mas podê-la-ia mandar apenas para discutir tecnicamente este estudo e não para fazer aquela deliberação, o ponto de ordem de trabalho deveria dizer: discussão e votação dos seguintes pontos apresentados pelo Município. .....

--------- E o requerimento que eu faria era precisamente no sentido de ser retirada da ordem de trabalhos, ser convocada uma nova Assembleia exclusivamente para debater este ponto da ordem de trabalhos, em que sejam ouvidos os trabalhadores, o comércio local e os agricultores, e a partir daí depois estes elementos críticos que são essenciais na discussão deste problema, a AM pronunciar-se pela melhor solução. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu quero pedir ao Sr. Deputado que o requerimento que diz que vai apresentar, e que o fez de voz, proceda à devida inscrição para ficar no processo, de forma escrita, assinado por si. Os requerimentos dão entrada, como é o caso deste requerimento, por parte do Sr. Deputado Guedes de Almeida do CDS/PP, são recebidos pela Mesa e

são imediatamente votados sem discussão, votados de imediato, pelo que se encontra em votação o requerimento que o Sr. Deputado vai fazer chegar à Mesa, de forma escrita, mas que anunciou ao microfone. .....

--------- Portanto está para votação este requerimento de retirada deste ponto da agenda, sendo que, quero recordar, que, de facto, a retirada ou a inclusão de pontos na agenda de trabalhos carece da obtenção de aprovação de dois terços da Assembleia, pelo que estamos então no processo de votação. .....

"REQUERIMENTO

--------- Considerando que o ponto 4.3.4 da Ordem de Trabalhos agenda o título " estudo Técnico e de viabilidade económico-financeiro da empresa, Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda." que exclui, objectivamente, a discussão, decisão e votação dos pontos propostos pela Câmara Municipal de Bragança, decisões que obrigam à discussão e preparação dos temas envolvidos. .....

Tanto mais que o mesmo envolve matérias de natureza laboral que deveriam ser chamados a participar os trabalhadores.....

--------- Assim, o CDS/PP propõe que o referido ponto seja retirado da ordem de Trabalhos e que o mesmo ponto seja objecto de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, antecedida de discussão pública junto dos comerciantes, agricultores, trabalhadores da empresa e população interessada.....

--------- Proponente do CDS/PP .....

a)António Guedes de Almeida" .....

--------- **FOI O MESMO REQUERIMENTO SUBMETIDO A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REJEITADO, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS CONTRA, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E DEZ VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA MEMBROS PRESENTES.**.....

--------- **Presidente da Mesa** - Declaração de voto? Declaração de voto de José Luís Baltazar, Manuel Pires e José Lourenço do Movimento Sempre Presente. Sr. Deputado José Baltasar, tem a palavra para a sua declaração de voto .....

--------- **José Baltazar –** Quero dizer que votei contra este requerimento pelo facto de o considerar inoportuno atendendo ao percurso que o País está a atravessar. Fora dessa situação acho que este assunto merecia um tratamento com a profundidade que o requerimento com certeza contempla, mas nesta fase eu não acho oportuno que isso acontecesse. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado do PS, Manuel Pires. .....

--------- **Manuel Pires** – A declaração do PS foi de abstenção principalmente por isto, de facto os documentos que nos foram dados são precisos, dizem exactamente o que é que temos que fazer, portanto a certidão da Câmara não nos oferece dúvidas. .....

--------- Já relativamente ao ponto da agenda, como foi dito aqui pelo Sr. Presidente da Assembleia, é evidente que oferece dúvidas, mas como nós estamos de boa fé nisto, achamos que não devemos obstaculizar o trabalho que naturalmente estamos aqui a desenvolver e devemos discutir o ponto. ....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, para a sua declaração voto, o Sr. Deputado do Movimento Sempre Presente, José Lourenço. .....

--------- **José Lourenço –** Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Exmo. Executivo, Caros Vereadores, Caros Deputados, Exmos. Presidentes de Junta e demais presentes. .....

--------- O Movimento teve que votar a favor deste requerimento apresentada pelo CDS/PP, atendendo à sensibilidade e à importância da questão, acho que… .....

--------- **Presidente da Mesa –** A Mesa não vai deixar de conceder o tempo que o Regimento dá para direito de resposta, depois, enfim, da ofensa politica que você provocou, pelo que tem tempo até três minutos para proceder aos esclarecimentos necessários. .....

--------- **José Lourenço –** Eu acho que houve aqui um mal entendido, não costumo querer ofender, muito menos os Srs. Presidentes de Junta, e aquilo que eu quis dizer, é se os Srs. Presidentes de Junta consultaram os produtores locais. Eu digo isto porque? Tenho o meu motivo de ter perguntado isto, eu também pertenço a uma Freguesia rural e que o distinto Presidente de Junta veio aqui repudiar as minhas palavras, a minha preocupação é que não vejo neste estudo, que nos foi feito, uma auscultação aos nossos produtores locais, produtores pecuários por conseguinte. .....

--------- A diferença, querendo responder a quem me está aqui a fazer a pergunta, é que sãos os produtores locais que melhor têm a noção do funcionamento do Matadouro, o Matadouro é algo muito complexo por aquilo que nos temos apercebido nos últimos tempos, e vocês, alguns de vocês, porque são também produtores têm a noção que é muito complexo, deve ser muito complexo gerir o Matadouro, agora, o Matadouro lida com uma coisa que é carne, faz parte da alimentação, a alimentação onde os nossos bens, melhores… .....

--------- **Presidente da Mesa –** Sr. Deputado, está a extravasar, está a extravasar. .....

--------- **José Lourenço –** Não estou a extravasar, isto tem a ver apenas com a preocupação em os Srs. efectivamente, e eu volto a reiterar as palavras que acho que foram mal entendidas, de auscultar os vossos concidadãos, alguns de vocês são produtores pecuários, se efectivamente consideram que esta é a melhor solução para o Matadouro do nosso Concelho. É tão simples como isto, se isto vos ofendeu peço imensa desculpa, não era essa a intenção, o que está aqui em causa e a intenção única era efectivamente termos as melhores soluções para a nossa cidade, para a nossa região, e as decisões que tomarmos, ainda que custem um bocadinho mais ao País, temos direito, temos direito a elas porque foram tomadas decisões que custaram muito a todos nós e que só usufruem delas determinadas regiões do país, se esta custar um bocadinho mais ao País, que seja tomada, mas que seja tomada com pés e cabeça, porque o Matadouro já sofreu decisões erradas ao longo destes anos, se vamos aqui hoje tomar mais uma! .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Ainda há mais declarações de voto, julgo eu, de Bruno Veloso, do PS, ...

--------- Bruno Veloso, tem a palavra, e depois segue-se Guedes de Almeida. .....

--------- **Bruno Veloso –** Era só para reforçar aquilo que já o meu camarada Pires declarou, porque é da nossa declaração de voto, porque nos parece que apesar do ponto, e chamava a atenção mais uma vez, nesta declaração de voto, à Mesa da AM para ter mais algum cuidado com o ponto, agora o que me parece inevitável é que, de facto, o documento anexo e a certidão são muito claros sobre as matérias a debater. .....

--------- E permitam-me também que no âmbito desta declaração de voto, extrapole aquilo que seria uma declaração de voto só para fazer uma pequena sugestão à Mesa que é a seguinte, ou seja, propunha a esta Assembleia a alteração do ponto em causa, de uma forma muito simples, com estes cinco pontos que constam da certidão, porque, de facto, e com esta ordem, porque, de facto, são sobre estes que esta Assembleia terá que se pronunciar, mas eu acho que isso ficou claro, apesar do ponto não estar absolutamente claro no agendamento, acho que a matéria em anexo nos remete para apreciação deste documento, portanto não nos pareceu, e também daí a abstenção sobre este ponto, é que quer dizer, só, claramente, quem de facto não estudou a matéria e não verificou este ponto é que não saberia para o que vinha, porque efectivamente eles estão aqui neste ponto. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, Guedes de Almeida.....

--------- **Guedes de Almeida -** Foi aqui debatido, pelos menos, um ponto que é ilegal e desse tentarei salvaguardar a legalidade, que é autorizar a transferência dos trabalhadores para o adjudicante do

concurso, mantendo-se os contratos de trabalho e condições em vigor. Esta Assembleia não tem competências para deliberar sobre esta matéria. A declaração de voto, votar contra é que, de facto, depois durante em todos estes anos aqui ter sido feita a apologia de que tinha sido uma promessa que era dos interesses dos agricultores. .....

--------- **Domingos Seca -** É que eu hoje tenho dúvidas, se os agricultores se queixam da gestão da Câmara, tenho algumas dúvidas que com o gestor privado venham a ficar mais beneficiados do que o que estão. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Sr. Deputado, vou ter que lhe pedir o obséquio de suspender a sua declaração de voto, porque acabo de ser informado que há um problema técnico com a gravação, pelo que vamos ter que suspender a sua intervenção para poder ser gravada, coisa que não está acontecer de momento, só um bocadinho de paciência Srs. Deputados. .....

--------- Já estamos em condições. Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta, pode começar de início porque não ficou nada gravado. .....

--------- **Domingos Seca** – Pronto, se não ficou nada gravado, o que eu tenho a dizer, eu abstive-me, mas abstive-me no sentido de que os agricultores quer da minha terra ou quer de outra terra, não venham a ser mais prejudicados do que são hoje, com a nova gestão, do que são com a gestão actualmente da Câmara, que eu estou ali ao pé de uma pessoa que realmente é de um dos utilizadores do Matadouro de Bragança, se calhar com mais efectividade, que mais lá mete para matar e ele diz-me que neste momento que o Matadouro que tem estado a servi-lo mais ou menos. Se é assim eu não sei qual é o prejuízo, nem quero saber do Matadouro, mas em termos de gestão tenho algumas dúvidas. Depois o consórcio que vier a ficar com essa exploração servia melhor os agricultores deste Concelho, que estão a ser servidos pela Câmara? .....

--------- Tenho dito. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado. .....

--------- Bom, estão terminadas as declarações de voto relativamente à votação ocorrida para o requerimento apresentado pelo CDS/PP. .....

--------- Ainda estávamos quando Guedes de Almeida fez aquela proposta, era o primeiro inscrito, de modo que vamos retomar as inscrições para as intervenções que estavam a decorrer sobre este ponto. E assim tem a palavra o Sr. Deputado do Movimento Sempre Presente, Jorge Laranjinha. Não está presente? .....

--------- José Brinquete, tem a palavra para a sua intervenção sobre este ponto. .....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, como ponto prévio devo dizer, não basta o Sr. Presidente da Câmara vir aqui a confundir as coisas para que elas sejam diferentes. Eu quando abordei os dados do estudo foi na base de uma análise objectiva, em nenhum momento disse se a empresa era credível ou não, mas o Sr. Presidente deu-lhe mais jeito por a eventualidade de ter dito que a empresa era credível e não falou da importância de um estudo baseado em dados falsos, desactualizados, e dei dois ou três exemplos para além do próprio senso agrícola.....

--------- Neste momento gostava de fazer a seguinte intervenção. .....

--------- **Apresentou, por escrito, o seguinte: .....**

--------- **"**No dia da inauguração do Matadouro Municipal o senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção e perante milhares de agricultores a quem ofereceu o repasto, sublinhou como razão principal para a construção deste equipamento o facto da Associação Nacional de Criadores de Raça Mirandesa / Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa estar associada a este empreendimento. Era como que uma garantia de sucesso da viabilidade do matadouro, ou seja, o seu principal garante, reafirmava o Sr. Presidente. .....

--------- Passados mais ou menos 3 anos, em 2004, desenvolveu-se um conflito com a Mirandesa por parte da Câmara Municipal e da Associação de Criadores de Gado Bragançano, conflito que até hoje não ficou suficientemente claro e transparente. .....

--------- Na verdade, esta Assembleia Municipal nunca teve conhecimento integral da extensa carta (oficio nº 79/2004) que a Cooperativa enviou ao sócio maioritário. .....

--------- Sabemos pelo menos que a Cooperativa Agro-Pecuária propôs à Câmara Municipal, sócio maioritário que detinha a Presidência da Empresa, o desejo de obter 51% do capital da empresa e concomitantemente a gestão da mesma, a par de outros objectivos que manifestaram, designadamente desenvolver outras instalações, em terreno próprio, junto ao Matadouro, para desenvolver de forma sustentável o sector da produção, transformação e comercialização da Mirandesa. .....

-------- A Câmara Municipal não deu qualquer resposta no prazo estabelecido (60 dias). Aliás um dos accionistas do Matadouro, através de uma rádio local disse a propósito que se não estavam satisfeitos que mudassem.....

--------- Hoje é possível perceber onde queriam chegar aqueles que "correram" com a Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa do Matadouro Municipal de Bragança e que retiraram de forma pouco correcta o terreno que a Câmara tinha entregue à Mirandesa para construção da sua sede.....

--------- Primeiro compraram a quota da Mirandesa, depois a Câmara tomou conta de todo o capital social e agora cumpre-se o objectivo que sempre tiveram: acabar com o Matadouro Municipal, prejudicar os criadores de gado do concelho e enfraquecer este importante sector económico e social.- .....

--------- Em suma: o senhor Presidente da Câmara e os seus homens de confiança na direcção *do matadouro*, nunca tiveram uma estratégia para Empresa, daí que o balanço que hoje é possível fazer é sem dúvida de uma Administração ruinosa e incompetente. .....

--------- Pela nossa parte não concordamos com a solução agora apresentada e propomos em alternativa, ...

REQUERIMENTO

--------- 1. A transformação da Empresa Terra Fria Carnes Unipessoal, Lda., em Matadouro Municipal, obrigando-se o município a estabelecer um Programa que viabilize este equipamento publico e desenvolva a produção animal do concelho, onde as Associações de Produtores possam ter uma palavra a dizer, designadamente: .....

--------- A Cooperativa Agro-pecuária Mirandesa

--------- A Associação de Criadores de Gado de Bragança .....

--------- O Agrupamento de Produtores de Cordeiros Bragançanos,

--------- A Associação de Produtores de Raça Bisara .....

--------- A Associação de Caprinicultores de Raça Serrana .....

--------- A Associação de Produtores de Ovinos de Raça Galega Bragançana .....

--------- Etc.” .....

--------- Obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. É um requerimento que a CDU entrega na Mesa e passa à votação sem qualquer discussão. .....

--------- **FOI O MESMO REQUERIMENTO SUBMETIDO A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REJEITADO, COM CINQUENTA E SETE VOTOS CONTRA, TREZE ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.** .....

--------- **Presidente da Mesa -** Declarações de voto, Srs. Deputados? Guedes de Almeida, José Brinquete e José Luís Baltazar. Guedes de Almeida, tem a palavra para a sua declaração de voto, e vamos levar esta sequência como acabei de referir, José Brinquete a seguir e José Luís Baltazar no final. -- .....

--------- **Guedes de Almeida –** Dá vontade de rir, que de facto a democracia é complicada, no final, depois desta votação, chega-se à conclusão é que ninguém queria Matadouro, porque o mérito da proposta apresentada por o Brinquete é precisamente retornar às origens de quem quis o Matadouro, seria um Matadouro, consultar as Associações de produtores, de criadores, isto é uma última tentativa… .....

--------- **Presidente da Mesa –** Sr. Deputado, porque é que o Sr. Deputado votou contra? Se faz favor fazia a sua declaração de voto. .....

--------- **Guedes de Almeida –** Analisando o antagonismo nas votações, relativamente ao espírito que levou à criação do Matadouro, que agora chega-se à conclusão que ninguém quis o Matadouro, o Matadouro nunca devia ter existido, e não devia ter sido construído, isto é uma análise que nos leva nestes dez anos. Atendendo ao facto votei com o José Brinquete porque efectivamente ele quis retomar, digamos, o espírito porque foi criado o Matadouro em mil novecentos e noventa e nove, afinal ninguém quis. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua declaração de voto. .....

--------- Tem, agora, a palavra, José Brinquete. .....

--------- **José Brinquete –** Sr. Presidente da AM, eu queria dizer, como declaração de voto, que aparentemente a minha proposta foi derrotada, mas a vida vai provar que ela vai sair vencedora, não é a primeira vez que propostas deste tipo são votadas aqui e são derrotadas por vossas Exas., com toda a legitimidade, mas depois os concursos internacionais ficam desertos e o Município tem que gerir as coisas. .....

--------- Lembro, por exemplo, o caso do estacionamento do Shopping Center, só que depois vamos para aí com despesas acrescidas e com muito mais tempo perdido, e portanto pensava e pensa a CDU que esta é a única solução que salvaguarda os interesses dos agricultores e dos consumidores do Concelho de Bragança. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado do PSD, José Luís Baltazar. Depois a declaração de voto de Jorge Laranjinha, talvez não tenha reparado que tinha colocado o braço no ar! Foi assim e mantém a intenção de declaração de voto? Muito obrigado. .....

--------- **José Baltazar –** Eu votei contra porque este assunto é demasiadamente importante para ser discutido assim de uma maneira tão breve como foi apresentado, de resto acho que terá que voltar novamente a este espaço para discutirmos no âmbito mais profundo possivelmente com outros

argumentos, de modo a que todas as pessoas fiquem esclarecidas para depois decidir com mais verdades sobre este assunto. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Sr. Deputado do Movimento Sempre Presente, Jorge Laranjinha, pode fazer a sua declaração de voto. E com ela terminamos as declarações sobre a votação que decorreu sobre o requerimento da CDU. .....

--------- **Jorge Laranjinha –** Muito obrigado, Sr. Presidente. Nós abstivemo-nos nesta votação pela simples razão que consideramos que o tema deve ser mais discutido, ter uma discussão mais alargada. A proposta do Brinquete, se viermos a ter a oportunidade de voltar a discutir o assunto, ele deve-a voltar a trazer aqui à AM para discutir com mais tempo e fazer as coisas com mais consciência e não fazer as coisas apressadamente, é aquilo que se está a fazer é apressar muito as coisas. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Quero lembra que não se está a fazer nada apressadamente, essa expressão pode colocar em causa o exercício da condução dos trabalhos por parte da Mesa, pois os requerimentos entraram, surpreenderam a Mesa, surpreenderam os Srs. Deputados, mas foram discutidos tal como o Regimento manda, e fizemo-lo de forma ordenada, sem pressas. .....

--------- Vamos continuar as intervenções, neste momento cabe ao deputado Amândio Gomes, do PSD, proceder à sua intervenção. .....

--------- **Amândio Gomes –** Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes da Junta, Srs. Membros da AM, minhas Sras. e meus Srs. .....

--------- Tenho, neste caso, a ingrata missão de me pronunciar sobre um assunto para o qual talvez eu não esteja muito bem preparado, em relação a outras pessoas que aqui se encontram, para discutir a proposta que aqui nos é apresentada. .....

--------- Relativamente à forma como vinha descrita na elaboração da agenda da reunião, bom, talvez tenha acontecido um momento menos feliz à Comissão Permanente na elaboração do título a discutir. Porque na verdade o que se pretendia e pretende aqui discutir é não só o estudo técnico de viabilidade económica da Empresa Terra Fria Carnes Unipessoal Lda., mas sobretudo as decisões que a empresa Terra Fria Carnes Unipessoal Lda. tomou, em função das opiniões emitidas no estudo e em relação às quais houve a ponderação necessária por parte da empresa e também por parte da Câmara Municipal que sobre elas se debruçou, e como sendo o sócio principal e único, teve também que sancionar. .....

--------- Já nos foi aqui dito porque é que a empresa chegou à solução última de transferir para privados a exploração da empresa e dos equipamentos que ela contém. .....

--------- Nós sabemos que a lavoura tem atravessado períodos cada vez mais difíceis e se nalgum campo ainda se verificava alguma rentabilidade era efectivamente no campo pecuário, mas a concorrência, também desenfreada, provocada por vendedores espanhóis e outros, chega-se à conclusão de que a exploração que a Empresa Terra Fria Carnes Lda. está a fazer não é viável. E não é viável porquê? Porque além de abater o gado e o comercializar e fazer o seu transporte ela nunca será rentável se não houver outras operações a efectuar pela própria empresa, como seja a compra e venda de gado, compra ao produtor para o vender depois aos comerciantes que fazem a sua distribuição pelo público.....

--------- Portanto é com base nesta situação que a Câmara entendeu que a manutenção do Matadouro sem que a mesma nos conduza à extinção pura e simples deste equipamento, passa pela cedência da exploração ao campo de privado. Porquê? Porque realmente a Câmara não tem condições para autorizar um sistema de compra e venda de animais, haveria sempre suspeitas, de qualquer maneira, que a Câmara produzisse esse tipo de negócio. Ora, a Câmara não se pode sujeitar a esse tipo de suspeitas, por isso penso que é mais viável para a Câmara adjudicar a exploração da empresa a privados, porque eles têm mais liberdade de acção, e ao mesmo tempo que faz esta transferência de gestão, ela, segundo as instruções contidas no estudo que foi feito pela empresa, a que o elaborou, a Gestluz Consultores, ela assegura também, de certo modo, o controle dessa empresa e não permite que ela pura e simplesmente passe para a efectivação de outro negócio sem desprezo pelos agricultores que provavelmente poderiam chegar a uma altura em que se veriam privados do seu Matadouro. .....

--------- Portanto há aqui uma posição muito firme da Câmara a assegurar a manutenção do Matadouro que tanto os agricultores desejaram e ainda desejam, como é óbvio, pelas conveniências que também para eles este equipamento acarreta. .....

--------- Por isso mesmo eu penso que não teremos muita escolha dentro das quatro possibilidades que havia para resolver o problema do Matadouro, esta de entregar a sua exploração dos equipamentos da Empresa Terra Fria Carnes, entregá-lo a um privado mediante um concurso público que contem claramente todas as condições em que o privado que venha a ser contemplado com a adjudicação, contem.....

--------- Portanto tudo aqui é linear, tudo aqui é claro, tudo aqui é transparente, e a Câmara assegura, como era seu dever, a manutenção do equipamento que irá beneficiar a lavadoura e que

tanto é precisa, e que com certeza o privado que vier a ficar com a exploração tem que assegurar, porque de outra forma a Câmara tem também mecanismos para chamar a si novamente, enfim, esta cedência de exploração. .....

--------- Por isso mesmo eu propunha que votássemos as cinco autorizações que a Câmara propõe e que pede o sancionamento desta Assembleia. .....

--------- Muito obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Só ficar uma correcção que, de facto, quando o Sr. Deputado chamou a atenção para a Comissão Permanente para na próxima vez ter mais cuidado na designação dos títulos da agenda, mas o que eu percebo daqui é que o título que foi colocado foi passado na integra dos documentos que provinham da Câmara, portanto fica esta correcção. .....

--------- Bom, ainda temos mais intervenções e nesse sentido passamos a palavra ao Sr. Deputado Manuel Pires, do PS, para a sua intervenção. .....

--------- Manuel Pires – Sr. Presidente, obrigado. Passo já a expor os argumentos do PS, que a maior parte dos argumentos fazem parte da certidão e daquilo que foi o sentido de voto dos Vereadores do PS. Já foi dito aqui pelo Sr. Presidente que naturalmente o Matadouro ajudou a ganhar e a perder eleições, é um facto, o PS também perdeu as eleições muito por culpa do Matadouro, e é verdade que o actual Presidente também ganhou as eleições muito por culpa disto. Também é verdade que não vale a pena estarmos aqui a carpir mágoas relativamente a isto, agora o que naturalmente nós fomos dizendo sucessivamente ao longo dos anos, relativamente a esta matéria, é que a Empresa Terra Fria Carnes dava sucessivos prejuízos, houve sucessivos aumentos de capital para suprir estes prejuízos. .....

--------- Posto isto, o que é que hoje nos trás aqui? O que nos trás aqui é exactamente acabar de vez com este tipo de solução. Já percebemos que a Câmara Municipal não tem vida para ser empresário, nem no Mercado Municipal, nem na Terra Fria Carnes, e o que nos vêm propor naturalmente hoje aqui é que passemos a um concurso internacional para adjudicação da respectiva exploração. Relativamente a isto é salvaguardado, naturalmente, nos concursos, neste tipo de contratos, é sempre salvaguardado o interesse dos dois outorgantes, independentemente de quem eventualmente está na Câmara neste momento, e quem eventualmente vier a ser Executivo Municipal, sobrará sempre para um dos outorgantes denunciar o contrato se eventualmente não for cumprido. .....

--------- Aquilo que também foi aqui levantado e eu perguntei ao Sr. Presidente, e o Sr. Presidente naturalmente não me esclareceu, e que me oferece naturalmente algumas dúvidas, e já foi aqui argumentado por um homem com formação jurídica, como é o Deputado do CDS, o Dr. Guedes de Almeida, também oferece de facto aqui algumas dúvidas relativamente a esta situação. De qualquer maneira aquilo que se propõem é isto, e, em principio, o PS está disponível, porque há muito tempo vem dizendo que a situação das duas empresas municiais, não só desta, mas das duas empresas municipais, era insustentável e que teriam que arranjar a solução. A solução foi esta, vamos ver se eventualmente resolve a situação, se não resolver também é verdade que sobrará sempre para o Município resolver esta situação de maneira a salvaguardar os interesses da agricultura do Concelho e do País. .....

--------- Tenho dito, ...

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do Movimento Sempre Presente, José Lourenço. .....

--------- José Lourenço – Obrigado, Sr. Presidente. Chegados a este ponto e falando um bocadinho do comércio da Carne, que acho que a título de preambulo daquilo que vou a dizer a seguir, acho que há duas ópticas, é o produtor, alguns estarão aqui presentes, e o mercado da carne a partir desse elemento tem histórias rocambolescas, ouvem-se histórias, de facto, desde os intermediários enganarem nas balanças, nos Matadouros serem trocadas carcaças, enfim, é um negócio muito complexo que tem pormenores que a gente nem imagina, às vezes, e por aí não vamos entrar tanto. Do ponto de vista, do consumidor, que somos nós todos, o mercado da carne de facto também podia funcionar de outra forma dependendo de nós próprios. Consumir localmente, consumir carne de Bragança, consumir carne abatida no Matadouro de Bragança é uma forma de contribuirmos para a nossa economia, e eu pergunto - quantos de nós é que o fazem, quantos de nós é que temos cuidado de o fazer? E também pergunto à Câmara, sempre que tem eventos e que leva pessoas a restaurantes se tem o cuidado de escolher restaurantes que efectivamente gastam do Matadouro de Bragança, é uma forma de estar até a zelar pelos seus próprios investimentos. .....

--------- Acho que se podia ter feito muita coisa nestes anos, pelo jeito de má gestão do Matadouro, deste criar uma marca carnes de Bragança que fosse fixada nos restaurantes que efectivamente gastassem carnes dali e não de outros sítios. Acho que é um mercado muito complexo, muito dado a sensibilidades de cada pessoa, mas acho que muito podia ter sido feito. .....

--------- Por consequente houve uma má gestão de uma empresa Camarária, em última análise é o Executivo que deve ser responsabilizado, mas dá-me a ideia que como outros serviços Camarários

que estavam a ser mal geridos, bastou mudar a gestão para que passassem a funcionar melhor, não sei porque é que no caso do Matadouro, identificados que estão os problemas de gestão, porque é que não são tomadas essas mesmas medidas para dar um rumo melhor e os indicadores presentes até indicam que efectivamente há uma melhoria a nível financeiro das contas do Matadouro, por vários motivos, mas que seria de aproveitar e se calhar dar mais algum tempo. .....

--------- E esta privatização que hoje estamos aqui a discutir pode ter efeitos de facto muito nefastos, para já o carácter internacional do concurso pode provocar que um dos factores do próprio estudo como negativos ao mercado de carne na nossa zona, que é a vinda de carne de Espanha, imaginem uma empresa Espanhola ficar com adjudicação do Matadouro e quer dizer utiliza-lo para monopolizar ainda mais o mercado, digamos prejudicar ainda mais os nossos produtores. Já alguém pensou nisto? É que convinha pensar? .....

--------- Por outro lado e isto são umas palavras que eu vou dizer, que me são transmitidas por uma pessoa que é inspector sanitário num Matadouro particular, não vou dizer onde, no litoral, num grande matadouro, matadouro que abate mais num mês do que em Bragança, se calhar, em dois ou três anos, e há vários inspectores sanitários, e para terem uma ideia de como funciona aquilo é basicamente assim: Obviamente que uma gestão privada visa o lucro maximizado, quanto mais carne metem lá, mais eu ganho, ora, basicamente, os inspectores sanitários da forma que estão assalariados, neste momento, são coagidos pelo proprietário do Matadouro a passar toda a carne, porque aquele inspector que não passar toda a carne, com o tempo, obviamente que não pode ser de um momento para outro, mas com o tempo deixam de ter emprego nessa área e por isso é que temos carne de suíno com tuberculose no mercado. E por conseguinte acho que a gestão privada tende a ser maximizada e até tende a maximizar os lucros e nem tudo vale para esse fim. Uma gestão Camarária eficaz acho que era o que mais se adequava provavelmente à nossa realidade sócio cultural, à nossa realidade sócio económica dos nossos produtores. .....

--------- Como tal, atendendo a que tudo está proposto, tudo está preparado para a aprovação daquilo que nos é trazido aqui hoje, nós não vamos poder fazer mais do que abstermo-nos porque consideramos que não foram esgotados todos os mecanismos, todos os recursos, todas as ideias que pudessem ser de facto adjuvadas para dar um futuro melhor ao nosso Matadouro e acho que poderia continuar em mãos não privadas. . .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Eu passaria a chamar o seguinte interveniente, para a sua intervenção, que é o último inscrito, que o Sr. Deputado do PS, Luís Filipe Fernandes. .....

--------- Mas, Sr. Deputado José Lourenço, eu tenho que lhe dizer uma coisa, em abono da verdade e para não ficar enfim na consciência das pessoas alguma das coisas que o Deputado disse, que poderá perturbar as pessoas, tenho que fazer uma correcção. O Corpo Nacional de Inspectores em Portugal é completamente independente dos proprietários dos Matadouros, são funcionários do Estado, e esta obrigatoriedade de serem o Corpo Nacional de Inspectores, funcionários do Estado, torna a sua capacidade de decisão completamente independente da gestão dos Matadouros, não é verdade, fica esta correcção, e esse é o principio do Corpo Nacional de Inspectores. .....

--------- Tem, então, a palavra Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes para a sua e última intervenção sobre este tema. .....

--------- Luís Fernandes – Uma vez mais, boa tarde a todos. Eu vou começar exactamente por esta última intervenção, e penso que, ó! José Lourenço, desculpa lá, mas penso que com estes alertas e estas suspeitas não ajudas a resolver problema nenhum, pelo contrário, deixas algumas suspeitas no ar que deixa muita gente a pensar e uma classe no geral que penso que não será toda corrupta e que estamos a trabalhar com matérias muito sensíveis, tivemos cá recentemente alguns casos que puseram em pânico a Europa por uma pequena suspeita e coisas destas são muito graves de dizer numa Assembleia destas. .....

--------- Em elação à minha intervenção que o meu camarada Pires, eu tinha aqui esta frase porque efectivamente também me ficou no ouvido, quando o Sr. Presidente disse que este assunto já deu para perder e ganhar eleições, é verdade! Houve alguém que perdeu eleições e que o Sr. Presidente da Câmara no seu primeiro mandato ganhou eleições exactamente um pouco à luz deste assunto do Matadouro. E hoje estamos aqui para exactamente enterrar o Matadouro no que à Câmara diz respeito, ou seja, passados dezasseis anos o Sr. Presidente da Câmara não pode, de maneira nenhuma, passar por este assunto e lavar as mãos como Pilatos, ele tem que assumir a responsabilidade de que efectivamente a gestão do Matadouro falhou, porque se não tivesse falhado, se hoje a gestão do Matadouro estivesse a correr de vento em popa, não estávamos aqui para resolver este problema, e politicamente o Sr. Presidente tem que assumir esta responsabilidade como tem que assumir a responsabilidade da falha que teve em relação ao tratamento, como tratou toda a politica agrícola no Concelho de Bragança. .....

--------- Meus Srs. passados dezasseis anos digam-me uma iniciativa que tenha vindo da Câmara Municipal de Bragança, e não venham dizer que não tem responsabilidade nesse campo, porque tem responsabilidade nesse campo, temos Concelhos onde há iniciativas muito proveitosas em relação à agricultura, uma iniciativa que tenha resultado no Concelho de Bragança em prol da

agricultura e dos agricultores do Concelho de Bragança, nós estamos num Concelho meramente rural, onde vários problemas surgem. E vejam, eu alanquei aqui algumas situações, que me dão razão: não há hoje uma estrutura de apoio, no Município de Bragança, aos agricultores. .....

--------- Falou-se muito da criação de um gabinete de apoio ao agricultor, numa estrutura qualquer de apoio ao agricultor, não há! .....

--------- Temos uma Casa do Lavrador que foi criada com princípios e com objectivos definidos, o que é hoje a casa do Lavrador? Nada! É a sede de algumas Associações que se dedicam a tudo menos ao apoio ao agricultor, se não vejam o que é que está lá sediado, que a maior parte, a não ser a ADS que eventualmente pode dar alguma apoio, todas as outras se limitam pura e simplesmente a fazer subsídios e a … .....

--------- - .....

--------- **Luís Fernandes -** É um apoio, mas a maior parte das associações faz isso, agora directamente o apoio ao agricultor, nada, zero! .....

--------- O mercado do gado foi prometido, o Mercado do gado na última Assembleia, chegamos à conclusão de que não vamos ter no Concelho de Bragança Mercado do Gado nenhum, porque vamos ter um Tauródromo que diz que ao mesmo tempo vai ser o Mercado do Gado, ou seja, não vai ser nada. .....

--------- O próprio Mercado Municipal, hoje já aqui foi dito e levantada a questão porque é que não veio hoje aqui a sua alienação, a sua extinção, mas vai vir num futuro próximo, também está directamente ligado ao apoio ao agricultor e também foi um falhanço total e rotundo. Vem-nos dizer que o Matadouro teve uma boa gestão, não pondo em causa as pessoas que estão lá e que se dedicaram àquilo, quando chegamos a meio milhão de passivo, pergunto, onde está a boa gestão? Não podemos, e o Sr. Presidente da Câmara tem que de uma vez por todas assumir este ónus, assumir este falhanço rotundo no apoio em toda a estrutura de apoio aos agricultores e da nossa região. Foram catorze anos neste processo e chegámos à conclusão de que estamos hoje aqui para discutir a alienação daquilo que foi uma bandeira deste Município, uma bandeira que durante vários anos foi agitada, que deu frutos, que deu votos. .....

--------- Portanto, e para terminar, era isto que eu queria dizer, que gostava que o Sr. Presidente da Câmara viesse aqui humildemente, já que nós vamos, pronto, que não há outra solução, apoiar esta iniciativa de passagem à privatização do Matadouro, mas que ele tivesse a hombridade de o reconhecer que falhou em toda a politica de apoio à agricultura no Concelho de Bragança. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- O PSD pede nova intervenção, DR. Amândio Gomes tem a palavra, que ainda tem tempo… .....

--------- - .....

--------- **Presidente da Mesa –** Não, tem tempo o Partido, o Regimento diz que a gestão, peço desculpa, tenho que fornecer aqui este esclarecimento, o Regimento é claro e diz que a gestão do tempo e das intervenções é da competência dos grupos municiais, se tiver tempo, o PSD tem ainda tempo, foi pedido a inscrição, uma reinscrição do Dr. Amândio Gomes, a Mesa aceita porque o PSD tem ainda tempo disponível, o mesmo acontece… .....

--------- - .....

--------- **Presidente da Mesa -** Não, não, peço desculpa, aqui não, o Sr. Deputado esteve desatento, eu tenho que falar com transparência para que não fiquem dúvidas quanto à isenção desta Mesa que é o seguinte: O Sr. Deputado Amândio Gomes fez uma interpelação à Mesa, que eu não entendi e pedi que viesse aqui e que me disse o que pretendia. .....

--------- Ele disse - Pretendo fazer uma nova intervenção.....

--------- Perguntei à Sra. Secretária - o PSD tem tempo ainda para fazer intervenção? Foi claro na sua justificação, tem, demos-lhe a palavra, se por acaso o Sr. Deputado não tivesse tempo, nós recusávamos, mas se o Sr. Deputado dissesse que estava em defesa da honra nós concederíamos, se entendêssemos, o tempo disponível. Há bocadinho o que aconteceu é que o PS não tinha tempo! O PS tem tempo e se pretender, tem sido assim ao longo do tempo, a Mesa só não concede a palavra quando já não existe tempo. .....

--------- - .....

--------- **Presidente da Mesa -** Peço desculpa, eu acabei de dizer que o Sr. Deputado fazendo uma chamada de atenção à Mesa e eu não percebendo o que ele queria, pedi que se dirige-se à Mesa, devem ter reparado que ele se dirigiu à Mesa há instantes, quando estava no uso da palavra julgo que o Deputado Manuel Pires, e disse-me o que é que pretendi, tendo tempo, a Mesa aceita o tempo, só não aceita quando não há tempo. Neste caso o Sr. Deputado tem um pedido de intervenção, o PSD tem tempo disponível, como tem o PS, que se quiser usar o tempo podem usa-lo ainda. Faça favor Sr. Deputado tem a palavra. .....

--------- Amândio Gomes – Ora bem, eu penso que não podia deixar passar o conteúdo da informação do Sr. Deputado Dr. Filipe, e não podia pelo seguinte, porque há aqui uma vontade desenfreada de culpar o Sr. Presidente da Câmara por tudo quanto na lavoura acontece de mal. .....

--------- Eu pergunto ao Sr. Deputado se não entende que hoje qualquer Presidente da Câmara está impossibilitado de lutar contra as medidas do Governo, pois se ele paga para o lavrador não

trabalhar, como é que o Sr. Presidente da Câmara h*á-de* arranjar, enfim, um artificio qualquer para que os lavradores produzam mais, etc., etc., se eles têm um negocio muito melhor, que é não trabalhar para receber os subsídios que o Estado lhe confere. Portanto aqui não há culpa a atribuir ao Sr. Presidente da Câmara. .....

--------- Por outro lado a gestão de qualquer equipamento que à Câmara diz respeito, ou que é sua propriedade, é uma gestão dinâmica, tem que ser observadas as condições desde a sua criação do equipamento até à sua finalidade. .....

--------- Porque eu pergunto - se a Câmara hoje criasse um equipamento que se visse claramente, passado alguns tempos, que era inviável, a Câmara era obrigada a manter esse equipamento? Porque? .....

--------- Bom, em vez de sermos tão acintosos nas recriminações ao responsável pelo Município, penso que devíamos verificar melhor, primeiro, quais as condições que o Município tem para desenvolver este, aquele ou outro assunto, e só depois prenunciar-nos, mas com alguma justiça para não cairmos na situação de estarmos a fazer acusações que não devem ser produzidas. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- - .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito bem, o PS tem cinco minutos e meio para utilizarem, sim, está aceite. .....

--------- Luís Fernandes – Ó! Sr. Dr. Amândio Gomes, há aqui muito agricultor, e não sei se eles gostaram de ouvir dizer da sua boca que os agricultores do nosso Concelho são uns preguiçosos, uns comodistas e que se cingem só a receber os seus subsídios e a não fazer mais nada. Eu pertenço a uma aldeia e conheço bem o nosso mundo rural e quero-lhe dizer que temos agricultores que trabalham muito, que se sacrificam e que não são comodistas, e que precisavam efectivamente de apoio de algumas estruturas do Concelho de Bragança. E não me venha dizer que a Câmara não tem competências nessa matéria, tem competências e tem deveres, não pode estar à espera só que o Governo Central faça, também deve disponibilizar, e eu dei exemplos aqui de algumas infra-estruturas que foram criadas e que não tiveram o devido resultado, devido à gestão que a Câmara imprimiu a essas infra-estruturas, que custaram muitos milhares de euros ao erário público, subsidiados pelo Governo Central e a Comunidade Europeia e que hoje vemos pura e simplesmente abandonados sem o proveito devido para os nossos agricultores. Foi isso que eu quis dizer e lamento que o Sr. tenha essa ideia dos nossos agricultores, que eu não tenho. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- - .....

--------- **Presidente da Mesa -** Noto que o Sr. , mas antes, Dr. Amândio Gomes, tenho de facto um pedido de defesa da honra por parte do Movimento Sempre Presente, na pessoa do Sr. Deputado Agostinho Diz, e de seguida a Mesa aceita a sua inscrição de defesa da honra. .....

--------- Manuel Diz – Muito boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, respectivos Vereadores, Membros Deputados.....

--------- Eu não fazia a mínima intenção de vir aqui se não fosse chamado vigarista, aqui nesta sala, porque eu trabalho na Casa do Lavrador, conjuntamente comigo trabalha a Associação de Criadores de Gado de Bragança que presta excelentes trabalhos, a Arbória, que presta serviços a nível florestal no Concelho de Vinhais, Vimioso, e Bragança, a ANA que está instalada em Izeda e também em Bragança, que também presta serviços a si e a outros, a todos quanto nos solicitam, sem qualquer tipo de discriminação.....

--------- Mas, ainda, voltando ao Matadouro, apraz-me registar as três colunas do *topográfico*, muito obrigado, eu aí, pela parte que me toca, vou-me abster, mas sem antes lhe poder dizer assim - o suplicio tem que acabar. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua defesa da honra. .....

--------- Dr. Amândio tem o seu tempo de defesa da honra.....

--------- Amândio Gomes – Serei muito breve. É que o Sr. deputado Filipe veio aqui a pôr na minha boca palavras que eu não preferi, eu disse apenas e tão só que a culpa do estado em que se encontra hoje a lavoura cabe assacá-la ao Governo Central, porque se ele não tivesse criado mecanismos que eram mais rentáveis para o lavrador não produzir do que estando a produzir, automaticamente a lavoura estaria, enfim, noutra situação do que aquela que hoje se encontra. De maneira que fique bem claro que eu não preferi as palavras que o Sr. Deputado Filipe me atribuiu. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

--------- O PS tem quatro minutos, e há um pedido de intervenção da Sra. Deputada Fátima Renovato. .....

--------- Não gasta os quatro minutos? Sra. Deputada, há uma inscrição do seu Partido, também. .....

--------- Maria Veloso – Não vou gastar porque vou ser breve, só quero dizer o seguinte: é que realmente há momentos nesta Assembleia que são lamentáveis, porque se chega a uma situação que eu penso que poderia ser perfeitamente evitável, se as coisas desde o início viessem devidamente estruturadas, devidamente agendadas e sabermos o que é que efectivamente viemos para aqui discutir. Depois começa-se a dizer palavras que eu acho que são, podem ser interpretadas

como ofensivas, dizem todos e não diz ninguém, porque ao fim ao cabo chega-se a um momento que se criou aqui esta confusão, que acaba por baralhar cada vez mais as pessoas, e as votações fazem-se de uma forma irreflectida, muitas vezes, era um assunto que efectivamente era demasiado importante e é demasiado importante para ser tratado de uma maneira tão, parece-me a mim, não superficial em tempo, mas pelo menos com falta de profundidade e de debate sobre este assunto. .....

--------- E quero dizer, depois há coisas que eu também não posso concordar com o Sr. Dr., quer dizer, os subsídios, acho que o agricultor já é tão penalizado, que pela própria tempo, pelas próprias condições climatéricas, o subsidio e certamente também o Sr. Presidente, toda a actuação do Sr. Presidente não é em função em relação aos agricultores de terem ou não terem subsídio, quer dizer acho que isso não resulta em nada. .....

--------- - .....

--------- **Maria Veloso -** Percebi perfeitamente! O Sr. veio aqui dizer que os agricultores já tinham subsídios suficientes portanto para não trabalharem, foi aquilo que entendeu toda a gente. O Sr. Dr. podia não querer dizer isso, mas foi aquilo que transpareceu e aquilo que as pessoas entenderam. Pronto mas eu não quero entrar nessa porque não vim aqui para entrar nessa, eu só vim aqui para dizer que efectivamente isto originou-se ou criou-se esta situação por falta de esclarecimento inicial e por uma agenda que não vinha correcta e mal elaborada, pronto, é só isso, e que se deve ter cuidado quando efectivamente o assunto é tão importante para vir aqui é porque é importante e que deve ser tratado com mais cuidado. .....

--------- É só, obrigada. .....

--------- Presidente da Mesa – Sra. Deputada, gastou dois minutos e vinte e três segundos. .....

--------- Mas eu tenho que responder à Sra. Deputada e dizer assim: o assunto não está, eu peço desculpa, a minha opinião é que o assunto está estruturado, os documentos da Câmara são claros, se o titulo da agenda não está o mais adequado, os documentos estão, eles são profundos e bem claros naquilo que se pretende, porque a decisão, a proposta que foi tomada como base para a deliberação da Câmara está clara na pagina quatro. Portanto a Mesa refuta qualquer argumentação de que o assunto não está devidamente documentado e preparado. .....

--------- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS. .....

--------- Luís Fernandes – Eu porque fui interpolado, de certo modo, ali por o nosso colega do Momento Sempre Presente, quando diz que lhe chamaram vigarista por estar na Casa do Lavrador, interpretou mal as minhas palavras Sr. Deputado, porque aquilo que eu disse foi que as associações

que estão hoje a prestar serviço na Casa do Lavrador não estão a prestar o serviço original com que a Casa do Lavrador foi programada. .....

--------- Pergunto - conhece o protocolo inicial da Casa do Lavrador? Conhece! Então vamos discutir isso os dois e vamos ver que todos os serviços que hoje ali estão não foram programados nem faziam parte dos objectivos iniciais da Casa do Lavrador, que é diferente daquilo que o Sr. disse, está bem? Eu não disse que as Associações estão lá mal, estão lá, pagam a sua renda, estão lá instaladas, agora o objectivo com que a Casa do Lavrador, não foi, de maneira nenhuma, instalar lá associações para prestar serviços, foi outro objectivo muito mais amplo e foi para isso que a Casa do Lavrador foi subsidiada inicialmente, foi isso que eu quis dizer. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Não há mais intervenções sobre este tema. Não sei se a Câmara Municipal pretende fazer algum esclarecimento adicional sobre o tema. Nesse sentido o Sr. Presidente tem a palavra para as finais apresentações de defesa da posição da Câmara. .....

--------- **Presidente da Câmara** – Os documentos elaborados pela Câmara Municipal que serviram de suporte à sua decisão e enviados para esta Assembleia estão, sobre ponto de vista técnico/jurídico, bem elaborados, por empresa competente, em resultado de um concurso realizado para o efeito, que envolveu a Sociedade Portuguesa de Inovação, *Fátima-Pereira-Duarte-Carlos, Associados, Gestluz* e a Escola de Gestão do Porto.....

--------- O que nós pretendemos, verdadeiramente, não é limitar a actividade deste importante e relevante equipamento de abastecimento público, antes pelo contrário, queremos que uma nova fase de impulso ao desenvolvimento da sua actividade, de apoio à lavoura, seja desenvolvida, foi sempre essa a nossa intenção inicial, que o Movimento Associativo da Lavoura viesse a tomar conta da exploração deste equipamento, depois de devidamente instalado e regularizado o início da sua actividade ao nível do funcionamento. Essa situação não foi possível concretizar-se, salientei que, por debilidade do Movimento Associativo, debilidade que resultou fundamentalmente do quadro em que os nossos lavradores e o Movimento Associativo têm desenvolvido a sua acção, quadro limitado, com muita dificuldade, que os fragiliza e a consequência foi aquela que resultou na aquisição da totalidade do capital social por parte da Câmara Municipal. .....

--------- Dentro dos cenários que estão apresentados, o que é proposto para decisão da AM é aquele que dá mais garantias futuras à Lavoura, ou seja, o Município mantém a propriedade do património, do equipamento, e concessiona a exploração publicamente através de concurso público internacional, ou seja, uma atitude de absoluta transparência e não com a prévia selecção de

eventual empresa contratante, desconhecemos até se o Mercado irá reagir positivamente a esta iniciativa da Câmara, se não reagir não há crise nenhuma, a empresa continua com a sua laboração e o Município volta a ter tempo para equacionar outras alternativas.....

--------- Portanto eu acho que estamos a trabalhar no plano certo, com a opção certa, e é essa que trazemos bem estruturada, para a AM.....

--------- Evidentemente que também há quem não estude devidamente os documentos, também há quem tenha versões sobre esta matéria, evolução de actividade do Matadouro durante estes anos, só uma visão, era importante que tivessem outra visão. E o Brinquete se quiser ter outra visão eu recomendo-lhe que fale, por exemplo, com o Eng. Rui Caseiro, do Concelho de Gestão do Matadouro, e poderá ter mais em pormenor aquilo que foram os desenvolvimentos da actividade e o relacionamento com o Movimento Associativo durante estes últimos anos. Há momentos em que técnicos tendem a confundir as suas funções técnicas com as decisões legitimas dos directores do Movimento Associativo, isso prejudica a lavoura e a lavoura esteve prejudicada por acção de algumas pessoas, recomendo-lhe que ouça essa e outra versão, compare as duas para poder perceber como é que as coisas decorrem. .....

--------- Queria ainda salientar que a Casa do Lavrador acolhe o Movimento Associativo de Apoio à Lavoura, foram criadas por parte do Município condições para que estas associações desenvolvam as suas actividades, fazem-no, penso eu, com muita empenho, com bastante trabalho, num quadro de muita dificuldade, sem garantia de um orçamento sequer, contrariamente a muita gente que iniciou o mês e já tem o mês ganho, e cujo trabalho não é avaliado nas suas instituições, valia a pena fazer um exercício de consciência e de reflexão quando se fazem alguns apontamentos e se dirigem algumas farpas erradas designadamente ao Movimento Associativo dos Agricultores. .....

--------- Queria também deixar outra nota, nunca ouvimos os agricultores falar mal do Matadouro, não temos nenhuma reacção nesse sentido, os agricultores querem o Matadouro, nós queremos que o Matadouro continue e queremos salvaguardar essa continuidade mantendo a propriedade do lado da Câmara Municipal, ou seja, do lado do Município, ou seja a solução escolhida, do nosso ponto de vista é a solução certa e é aquela solução que ainda proximamente caso a concessão não funcione, ou seja, o Mercado pode não reagir com interesse a uma concessão a este nível, mesmo assim nós temos toda a margem, cem por cento da margem, para voltar equacionar outras soluções, nos órgãos certos, no tempo certo. .....

--------- Quero ainda salientar que com a Raça Mirandesa, um dos factores essenciais, um aspecto importante relacionado com o lançamento do projecto do Matadouro foi a queixa sistemática dos

agricultores, enfim, pelas dificuldades relacionadas com a sua actividade e com o comércio dos seus animais, e da Mirandesa, com as dificuldades inerentes ao transporte dos animais para o abate no Cachão. Pois bem, foi preciso que ocorressem evoluções na estrutura técnica de apoio às Associações para que a Associação da Mirandesa regressasse a uma proposta que o Município de Bragança sempre manteve de pé, que era a exigência de que a Associação de Raça Bovino Mirandesa abatesse os animais dos agricultores de Bragança no Matadouro de Bragança, abatesse os animais de Vinhais no Matadouro de Vinhais, e abatesse os animais do Planalto no Matadouro de Miranda do Douro. Mas isso não foi possível por teimosia e mau serviço que o Secretário do Executivo da Associação prestou aos agricultores e à agricultura da nossa região. No próximo dia 1 de Junho esta Associação vai mudar de atitude, dia 1 de Julho vai fazer exactamente isto, começar a abater em Bragança, em Vinhais e em Miranda do Douro, deixando de ir abater ao Cachão, porque é um contra-senso, inicialmente diziam - os animais entram em stress, perdem peso, custa mais aos agricultores, custa mais à Associação - porquê ter mantido, durante estes anos, essa actividade? Pergunto eu - Isso beneficiou os agricultores? Os agricultores foram ouvidos relativamente a esta politica que foi conduzida? Seguramente que não foram. Um erro grave que foi cometido. .....

--------- Queria também ainda deixar outra nota. O Dr. Luís Afonso e outros Srs. Deputados já tiveram a oportunidade de salientar, é de que não se pode lançar a suspeição sobre a inspecção sanitária nos Matadouros, enfim, a inspecção sanitária é autónoma, paga pelo Ministério da Agricultura, não é contratada pela entidade proprietária ou concessionária dessas unidades, quer dizer, não faz sentido que esse tipo de situações ocorra, é absolutamente injusta em termos éticos e profissionais sobre esses profissionais e vale a pena, mais uma vez, neste âmbito, quem profere as palavras fazer o seu exercido de consciência relativamente àquilo que é a sua atitude no seu próprio serviço, é uma exigência que lhe pesa face às palavras proferidas. .....

--------- Finalmente dizer que estamos conscientes de que este projecto, para nós, foi um projecto emblemático, continua a ser ainda mais emblemático, vamos continuar a envolver no sentido de se já com o modelo de gestão actual se consegue previsivelmente recuperar para as quinhentas toneladas, o desejável é que com uma gestão privada chegue às novecentas toneladas que foi para esse montante que foi dimensionado, e fazê-lo é preciso ter consciência porque a realidade nos dias actuais é muito mais exigente nesse plano, hoje o transporte de animais não é feito como era à dez, quinze anos atrás, as exigências são outras, os talhantes não abatem animais, compram carcaças, quer dizer, o negócio faz-se de outra forma, portanto é preciso que esta unidade se oriente para o Mercado, de forma diferente, para garantir o apoio à lavoura, porque esse é o seu objectivo

primeiro e também o apoio aos consumidores oferecendo-lhe a oportunidade de consumir carne de muito melhor qualidade, consumindo carne dos nossos agricultores, ajudando ao desenvolvimento da actividade económica do nosso Concelho e à criação de novos postos de trabalho. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Presidente. .....

--------- - .....

--------- **Presidente da Mesa -** Defesa da honra? Peço desculpa, não quero perturba-lo, mas a Mesa não registou nenhuma ofensa. .....

--------- Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra para defesa da honra. .....

--------- **Luís Fernandes** – Quem não se sente não é filho de boa gente. Sr. Presidente, quero-lhe dizer uma coisa, quando disse que havia pessoas que falavam, que se metiam com as instituições e que não sabiam do que falavam, que no início do mês já tinham o ordenado garantido e que não eram avaliados nas suas instituições, se era para mim quero-lhe dizer que está muito enganado, porque profissionalmente cheguei onde cheguei, fui avaliado durante uma carreira académica no ensino superior e para ser Professor Coordenador é preciso fazer muita prova. .....

--------- Segundo - Está mal enganado porque a partir de Janeiro de 2010, no ensino superior há avaliação de docentes, portanto, neste momento, somos avaliados. .....

--------- Terceiro – Se, em termos de movimento associativo, estava a falar para mim, está muito enganado, porque pertenço aos corpos sociais, à direcção de uma cooperativa, a maior cooperativa que o Sr. Presidente da Câmara tem no Concelho de Bragança, o Lagar Cooperativa dos Agricultores da Região de Izeda, e que já precisou do Sr. Presidente da Câmara e da Câmara e o Sr. virou-lhe as costas, pura e simplesmente. .....

--------- Presidente da Mesa – Sr. Deputado da CDU, José Brinquete, para o direito de resposta, tem a palavra, se faz o favor. .....

--------- **José Brinquete** – Sr. Presidente da AM, parecendo que não a discussão que aqui estamos a ter, com intervenções mais interessantes e com intervenções menos interessantes, globalmente reflectem a importância que estamos a dar a este assunto e a forma como todos, de uma forma ou de outra, achamos que é importante o Matadouro. .....

--------- E eu pedi a palavra para o direito de resposta, sobretudo que o Sr. Presidente da Câmara disse, que eu percebi, que precisa de conhecer a verdade toda, e eu admito que preciso de conhecer a verdade toda e é com todo o gosto que poderei depois falar com o Eng. Rui Caseiro. O que eu não percebo é porque é que nós não temos aceso à celebre carta, eu citei até o número do ofício, n.º 79 de 2004, parece até que tem nove páginas e que são as razões fundamentais da Cooperativa Agro

Pecuária Mirandesa. E na verdade nós hoje, neste ponto, nesta etapa do Matadouro, que começou a sua actividade em 2001, podemos saber uma coisa com precisão porque isso o Sr. Presidente da Câmara não desmentiu, é que a Raça Mirandesa era uma das bases de sustentabilidade do Matadouro, e o próprio facto de o Solar da Mirandesa ter o Concelho com mais efectivos do Concelho de Bragança, não é nada bom que esta Associação que tem a projecção nacional e mundial que tem, não tenha tido condições para ficar em Bragança com uma sede e a gerir também o Matadouro. E há um momento em que se propunha, inclusive, ficar com 51% do capital e isso não foi aceite, na altura, e agora é aceite vender o capital todo, isto é verdade, já não é bem vender o capital todo de facto, é concessionar a exploração do Matadouro e nós sabemos que a concessão da exploração do Matadouro nunca é boa porque deixa de prestar um serviço social que a Câmara prestava. .....

--------- A mim resta-me portanto a esperança de que, e aliás o Sr. Presidente admitiu, fico mais tranquilo, que não estou sozinho nessa análise, a esperança de que o Matadouro vai continuar nas mãos do Município e o Município mas tarde ou mais cedo vai ter que gerir o Matadouro com competência e com sentido empresarial, porque uma Câmara Municipal ou o Governo, quando se diz que não estão vocacionados, estão vocacionados, a linha ideológica neoliberal, como dizia o Dr. Nuno Reis, é precisamente de privatizar tudo, para que depois aumentem os impostos, aumentem as taxas de serviços, tudo, é tudo. Depois o capital anda sempre a mamar do Governo, como sabemos, anda sempre a mamar das autarquias, não é? Depois também não pode viver sozinho, o capital privado normalmente e quanto mais poderoso mais saca ao erário público e portanto, Sr. Presidente da Câmara a minha grande preocupação é que houve momentos aqui determinantes, claro que eu penso que se houve um conflito, nós conhecemos, eu tive acesso como todos tiveram acesso, ao comunicado que a Associação e a Cooperativa fizeram aos produtores, um comunicado de duas páginas, aliás tenho ali dentro da pasta. Pelo que está nesse comunicado eu imagino o que é que estará na carta e sabemos que nestes conflitos, sobretudo quando se colocam questões até de índole pessoal e portanto convívios pessoais que são completamente impossíveis, depois há acusações de parte a parte, mas aqui devia ter sido salvaguardado o interesse de uma produção fundamental como era a Mirandesa, dos agricultores, dos consumidores, falou-se aqui muito dos produtores, mas dos consumidores também, e o que acontece agora nesta nova situação que o Sr. Presidente da Câmara informou, e vou terminar, que é boa, que a Raça Mirandesa finalmente vai abater nos respectivos Concelhos, é uma medida de bom senso, mas já não é nas condições em que seria se fosse também responsável pela administração e gestão do Matadouro. .....

--------- Muito obrigado. .....

--------- Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Terminaram as intervenções, vamos partir para a votação, eu peço aos Srs. Deputados alguém que esteja perto das cortinas, o favor de correr aquela cortina, porque não vamos ter condições de visualização dos Srs. Deputados que votam contra, com abstenção ou a favor. .....

--------- Assim já a Mesa pode observar os votos. Bom, caros Deputados, Srs. Presidentes de junta, vamos votar sobre este assunto. .....

--------**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM DOIS VOTOS CONTRA, SEIS ABSTENÇÕES E SETENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.**.....

--------- **Presidente da Mesa -** Declarações de voto, Srs. Deputados? Três declarações de voto, Guedes de Almeida em primeiro lugar, José Brinquete a seguir, por fim Manuel Pires. .....

--------- Tem a palavra Sr. Dr. Guedes de Almeida.....

--------- Guedes de Almeida – Apenas acentuar a minha posição de voto, o votar contra esta proposta pelas razões que invoquei inicialmente, isto é, por alguma confusão relativamente ao tema e relativamente aos pontos que eram mais importantes que não constavam na ordem de trabalhos e sobretudo, pelo menos, consta um que é ilegal e não devia ser discutido nesta Assembleia, que é o que tem a haver apenas e exclusivamente com a vontade dos trabalhadores. .....

--------- Também por verificar esta proposta contra, que foi uma maneira fácil da Câmara se libertar de um encargo, não são meio milhão de euros, serão feitas as contas se efectivamente ainda vier a ser cedida a sua exploração, será superior a meio milhão de euros que a Câmara gastou mal gasto com aquilo que foi um brinquedo numas eleições para agora acabar de uma forma que eu considero com alguma irresponsabilidade porque não foram salvaguardados os interesses. Portanto, no mínimo, um milhão de euros digamos assim será o dinheiro mal gasto pela Câmara com uma actividade que desde de início foi dito que não tinha vocação, que não tinha mesmo, e chega-se ao fim de dez anos e conclui que efectivamente não tinha vocação e com um pressuposto que não me convence, isto é, que agora tem as condições, se agora tinha as condições deveria continuar e apostar efectivamente numa gestão que estivesse mais ao serviço do interesse público do que privatizá-la. De qualquer forma teria que ter uma solução e esta proposta é apresentada e convêm que esta Assembleia registe isso, por quem é que criou, o Matadouro, ou por quem determinou a sua extinção, o Sr. Presidente da Câmara.....

--------- A proposta é apresentada, segundo diz a reunião de Câmara, pelo Sr. Presidente da Câmara Jorge Nunes, com elementos que são totalmente contraditórios, a fundamentação daquilo que se discutiu até esta data aqui nesta Assembleia, e durante o curso de dez anos. Efectivamente isto já foi aqui, já aclarou, que poderá obviamente e pelas condições que aqui disse e que eu não li neste documento, não haverá operador privado nenhum que lhe pegue nessas condições, até porque são propostas que não obrigarão uma entidade privada a ter uma determinada actividade, a manter um determinado número de quadro de pessoal, não há essa intervenção ao nível do contrato de cessão de exploração.....

--------- E depois, por quinze anos, o material, o equipamento do Matadouro é da Câmara, nada consta aqui como é feita a manutenção do equipamento do Matadouro, não é do edifício, do equipamento, do que vai abater, eu não li, e portanto de qualquer maneira, uma renda de trezentos contos para um equipamento daqueles, mensal, também considero que economicamente não será a melhor solução para a Câmara Municipal, um investimento com uma renda de trezentos contos mensal, mil e quinhentos euros são trezentos contos, portanto considero que efectivamente é uma renda demasiado baixa, irá de certa forma, além da degradação do património que se deteriora com o uso, irá onerar mais a Câmara. .....

--------- De qualquer forma tinha que ter uma solução, a solução seria a extinção, ainda não foi instinto o Matadouro, será o último valão de oxigénio. De maneira que considero que efectivamente esta solução não seria a melhor, deveria haver mais discussão e poderia ser pelo encerramento do Matadouro. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado.....

--------- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado da CDU, José Brinquete.

--------- **José Binquete –** Sr. Presidente da AM, eu pedi para fazer uma declaração de voto para dizer o seguinte: Eu votei contra, mas não sou daqueles que considero que o caderno de encargos e o concurso internacional não tem transparência e não está bem elaborado, eu considero que tem transparência e está bem elaborado, considero que é que não sou favorável a esta opção neoliberal e capitalista, é só por isso. .....

--------- Em relação aos trabalhadores tenho uma diferença de opinião daqueles que ficaram preocupados com os trabalhadores, aqui, na medida em que as decisões que tomamos nesta AM não se podem sobrepor à legislação nacional, sobre o direito ao trabalho, o que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que os trabalhadores têm sempre o direito de opção, ninguém os obriga,

embora, às vezes, há formas de obrigar, claro! Mas ninguém os obriga a aceitar a integração da empresa nas condições que lhe apresentarem, são sempre livres de aceitarem ou não aceitarem.....

--------- Por último, dizer que a razão maior, aquela fundamental, que levou a que votasse contra é porque apresentei uma alternativa, embora derrotada, mas sou coerente com a alternativa e estou convencido que vai ser essa alternativa que vai vingar num futuro muito próximo. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Tem a palavra, agora, o Deputado do PS, Manuel Pires, para a sua declaração de voto. .....

--------- **Manuel Pires** – O PS viabilizou a proposta do Executivo Municipal fundamentalmente por isto: Nós quando somos críticos temos que ser consequentes, nós sempre criticámos os passivos e sempre criticámos o aumento do capital social, se criticámos e nos propõem uma solução nós devemos ser consequentes e ser a parte dessa solução, foi isso que o PS hoje aqui quis demonstrar. É evidente que peço, naturalmente ao Executivo, relativamente a isto que acautele o interesse do Município e que acautele também o interesse dos trabalhadores que trabalham nesta infra-estrutura. .....

--------- **Presidente da Mesa –** Muito obrigado, Sr. Deputado. .....

--------- Está finalizado este conjunto de declarações de voto, vamos passar para o último ponto da agenda. .....

--------- **PONTO 4.4 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, PARA INTEGRAREM OS SEGUINTES ÓRGÃOS:.....**

- Comissão de Protecção Civil; .....
-Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. .....

--------- **Foi presente pelo Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia na Comissão Permanente, pelo PSD, o Sr. Adriano Augusto Correia Rodrigues, a seguinte**

"**PROPOSTA DE LISTA**

Lista de Candidatos a Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia nos seguintes Órgãos:

-**Comissão de Protecção Civil** – Telmo Ramiro Prada Afonso – PJF de Espinhosela .....

-**Comissão de Ordenamento do Plano do Parque Natural de Montesinho** – Paulo Hermenegildo de Castro João – PJF de Rabal. .....

O Proponente,.....

a) Adriano Augusto Correia Rodrigues" .....

--------- De acordo com a explicação que foi feita há pouco, apenas para a Comissão de Protecção Civil e a Comissão Técnica de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. Temos já dois lotes de boletins de voto, temos noventa e nove boletins de voto, neles constam, em titulo, a respectiva designação da Comissão, os nomes dos candidatos, entrados até ao momento, Paulo Hermenegildo de Castro João, Presidente de Junta da Freguesia de Rabal, para a Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, e Telmo Ramiro Prada Afonso, Presidente de Junta de Freguesia de Espinhosela, como representante na Comissão de Protecção Civil. .....

--------- Nós vamos fazer a chamada dos Srs. Deputados, vamos entregar um boletim de cada Comissão para vocês procederem a votação, naquele espaço ali, a votação será por ordem normal do partido mais votado, na sequencia da listagem que temos e os Srs. Presidentes de Junta por ordem alfabética. Eu chamo inicialmente para votar, os membros da Mesa, para depois fazerem o trabalho necessário de descortino. .....

--------- Portanto Sr. Professor Acúrcio, Madalena Morgado e eu próprio. .....

--------- Srs. Deputados, tendo, os Membros da Mesa, já procedido à votação, vamos começar a chamada.....

--------- Após eleição, por escrutínio secreto, e num universo de oitenta e nove votantes a referida lista obteve os seguintes resultados:.....

Comissão de Protecção Civil:

Votos a favor – 60 .....

Votos nulos – 4.....

Votos em branco - 25.....

Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho:

Votos a favor – 58 .....

Votos nulos – 6.....

Votos em branco - 24.....

--------- E com estes resultados damos por terminada a Sessão da Assembleia Municipal do dia 27 de Junho de 2011. .....

--------- Muito boa noite a todos, até breve. .....

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso
Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira
Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Anibal de Jesus Raimundo Morais
António Almeida Dionísio
António Manuel Pereira
António Manuel Teixeira Batista
António Nuno Neves Pires
Armando José Pereira
Carlos José Cadavez
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
João Paulo da Veiga Matos
Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós
José Alberto Moutinho Moreno
José Luís Baltazar
Maria do Amparo Mendes Alves
Maria Teresa
Mário Francisco Gomes
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Luís Esteves Fernandes
Rui Fernando Rodrigues Correia

PARTIDO SOCIALISTA

Alcidio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso

Dinis Manuel Prata Costa
Fernando Carlos da Silva Paula
João Batista Ortega
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Celina da Silva Paula
Maria de Fátima Renovato
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Nuno Filipe Canelhas Miranda
Vanda Marisa Graças Espírito Santo

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Hugo Manuel Rodrigues Pereira
Jorge Manuel Xavier Laranjinha
José Fernando Cameirão
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José António Saraiva Brinquete

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

António Guedes de Almeida

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernando Valente
Baçal	João Luís Correia Rodrigues
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto)
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Afonso

Faílde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo de Parad	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Anibal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parad. Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes

Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
Rio de Onor	António José Preto
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Francisco João Silva Ribeiro (Substituto)
Samil	Eduardo Joaquim Portela
St.ª Comba Rossas	Elídio Alexandre Morais
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	David António Rodrigues (Substituto)
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

I I – FALTAS

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale (justificada)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Macedo do Mato	João do Nascimento Fernandes
Parada	Norberto Santos Costa
Quintela de Lampaças	Victor Manuel Costa

B- CÂMARA

PRESENÇAS:

Presidente - António Jorge Nunes
Vereadores: Rui Afonso Caseiro
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Humberto Francisco da Rocha
Hernâni Dinis Venâncio Dias

--------- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezanove horas e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na quarta sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em ___/___/2011 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.....

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____

NOTAS:

1 - As páginas 93 a 95 e 128 a 262 dizem respeito a anexos das certidões, os quais constam do original e podem ser consultados nos respectivos Serviços.

2 - Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.